

Raízen Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de março de 2017 e relatório dos
auditores independentes**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	17



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Raízen Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Raízen Energia S.A. (Companhia), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Raízen Energia S.A. em 31 de março de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização dos instrumentos financeiros derivativos e designação de contabilidade de proteção (“*hedge accounting*”) (Nota explicativa nº 24) - Controladora e Consolidado

Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos bem como os julgamentos realizados pela Companhia na determinação inicial de uma relação de *hedge* e do impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas usadas teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chaves da Companhia relacionados ao cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e também a documentação preparada para designação do *hedge accounting*.

Avaliamos, com a utilização dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia para calcular o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, tais como: transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado e risco de crédito da própria Companhia.

Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às premissas utilizadas para calcular o valor justo dos ativos e passivos financeiros derivativos e de determinação do *hedge accounting*.

Valorização do ativo biológico e adoção inicial das modificações a IAS 41 / CPC 29 e a IAS 16 / CPC 27 (Notas explicativas nºs 2.3 e 7) - Controladora e Consolidado

Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor justo dos ativos biológicos da Companhia e do impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como, pelas mudanças nas políticas contábeis devido à adoção das modificações nas normas contábeis IAS 41 - Ativo Biológico e Produto Agrícola (CPC 29) e IAS 16 - Imobilizado (CPC 27), consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chaves da Companhia relacionados ao cálculo do valor justo dos ativos biológicos.

Avaliamos, com a utilização dos nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia para calcular o valor justo dos ativos biológicos, tais como: preço do açúcar, produtividade, área estimada e custos operacionais.



Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação as premissas utilizadas para calcular o valor justo dos ativos biológicos.

Avaliação do valor recuperável de ágios por expectativa de rentabilidade futura originados em combinações de negócios (Nota explicativa nº 12) - Controladora e Consolidado

Combinações de negócios ocorridas em anos anteriores resultaram em reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente. A avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa da Companhia envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo preços das *commodities* como o açúcar, taxas de câmbio, de crescimento e de desconto, e pode resultar em impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por essas razões, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável disponibilizados pela Companhia.

Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e a metodologia utilizadas pela Companhia, especialmente as relativas à taxa de desconto, expectativas de preço das vendas das *commodities*, produtividade das áreas agrícolas, desempenho do açúcar total recuperável (“ATR”) e custos operacionais e administrativos.

Avaliamos a sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros.

Comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, por unidade geradora de caixa e avaliamos a adequação das divulgações da Companhia, principalmente as relativas as premissas adotadas no cálculo do valor recuperável dos ágios.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Nota explicativa nº 15) - Controladora e Consolidado

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerados recuperáveis com base na projeção de lucros tributáveis futuros.

A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros e depende da capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar materialmente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por essas razões, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chaves relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises da projeção de lucros tributáveis futuros disponibilizadas pela Companhia.

Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e a metodologia utilizadas pela Companhia, especialmente as relativas às expectativas de preço das vendas das *commodities*, custos operacionais e administrativos e a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração.

Avaliamos a sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais.

Analisamos à data das demonstrações financeiras, as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pela Companhia para sua utilização.

Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização dos prejuízos fiscais não utilizados e das diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia, principalmente as relativas às expectativas de realização de ativos fiscais diferidos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins das IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 1º de abril de 2015 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2015), preparado originalmente antes das mudanças nas políticas contábeis devido à adoção de modificações nas normas IAS 16 - Imobilizado (CPC 27) e IAS 41 - Ativo Biológico e Produto Agrícola (CPC 29), descritas na nota nº 2.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 22 de junho de 2015. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2017, examinamos os ajustes nos valores correspondentes dos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 1º de abril de 2015 e em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 1º de abril de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 14 de junho de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		2017	2016 Reapresentado	1º de abril de 2015 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado	1º de abril de 2015 Reapresentado
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3	555.852	506.602	3.543.766	3.437.612	2.987.675	3.795.287
Caixa restrito	4	151.067	759.032	85.482	234.200	811.487	131.311
Instrumentos financeiros derivativos	24	372.926	513.987	704.752	422.055	566.477	759.306
Contas a receber de clientes	5	114.305	130.696	107.770	371.930	457.795	331.638
Estoques	6	416.641	324.669	193.169	647.046	505.420	354.862
Ativos biológicos	7	1.105.800	829.317	506.004	1.276.321	973.373	595.200
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	15.a.1	491.994	87.426	25.878	564.271	111.367	36.859
Impostos a recuperar		66.983	146.400	87.709	123.373	195.924	157.304
Outros ativos financeiros	8	11.048	10.028	12.931	11.048	10.028	12.931
Partes relacionadas	9	760.909	1.056.483	1.702.330	758.803	244.095	767.894
Dividendos a receber	10	44.994	6.762	85.889	-	-	-
Outros créditos		258.412	222.099	193.440	332.395	311.008	258.332
Total do ativo circulante		4.350.931	4.593.501	7.249.120	8.179.054	7.174.649	7.200.924
Não circulante							
Instrumentos financeiros derivativos	24	151.717	674.660	315.279	160.325	674.660	315.279
Outros ativos financeiros	8	1.207.258	1.430.176	957.821	1.222.820	1.445.442	968.420
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	15.a.1	179.643	481.290	405.802	191.878	560.920	508.360
Impostos a recuperar		43.124	8.285	12.395	48.506	23.854	32.184
Partes relacionadas	9	313.717	429.466	285.964	3.009.917	1.662.646	1.429.358
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	15.b	45.962	257.861	247.175	19.562	275.688	299.137
Depósitos judiciais	16	151.909	117.626	94.118	275.766	231.652	205.797
Outros créditos		129.327	82.605	85.134	158.875	112.992	102.064
Investimentos	10	5.629.786	4.758.982	3.980.000	244.429	210.425	210.586
Imobilizado	11	4.952.965	4.872.240	5.032.661	8.826.627	8.766.215	8.980.240
Intangível	12	1.086.176	1.100.568	1.111.282	1.443.041	1.471.421	1.494.333
Total do ativo não circulante		13.891.584	14.213.759	12.527.631	15.601.746	15.435.915	14.545.758
Total do ativo		18.242.515	18.807.260	19.776.751	23.780.800	22.610.564	21.746.682

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março

(Em milhares de Reais – R\$)

(continuação)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		2017	2016 Reapresentado	1º de abril de 2015 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado	1º de abril de 2015 Reapresentado
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	14	638.228	506.559	965.310	1.005.578	1.619.259	1.377.898
Instrumentos financeiros derivativos	24	260.404	459.252	194.108	294.094	490.650	224.078
Fornecedores	13	545.779	569.053	331.640	948.360	891.846	568.296
Ordenados e salários a pagar		311.414	333.963	277.554	361.806	382.263	321.116
Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar	15.a.2	-	-	-	28.227	41.426	8.862
Tributos a pagar		73.767	81.490	56.884	143.274	160.366	99.537
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18.b	45.167	134.865	51.066	45.167	134.865	51.066
Partes relacionadas	9	360.739	957.163	1.907.772	325.168	256.300	226.854
Adiantamento de clientes	5	122.317	66.833	22.642	177.816	105.912	132.138
Outras obrigações		47.057	45.037	21.104	92.857	90.794	62.729
Total do passivo circulante		2.404.872	3.154.215	3.828.080	3.422.347	4.173.681	3.072.574
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	14	3.967.057	4.368.190	4.104.279	9.313.113	8.257.189	9.047.745
Instrumentos financeiros derivativos	24	34.405	168.903	56.231	74.134	193.667	56.231
Tributos a pagar		157.383	161	134.125	169.747	4.445	169.116
Partes relacionadas	9	1.890.419	2.353.907	4.587.652	801.090	1.113.079	2.194.965
Provisão para demandas judiciais	16	229.815	205.055	185.560	293.913	265.150	244.480
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	15.b	-	-	-	185.706	89.066	76.914
Outras obrigações		173.409	173.442	105.270	136.558	131.863	109.103
Total do passivo não circulante		6.452.488	7.269.658	9.173.117	10.974.261	10.054.459	11.898.554
Total do passivo		8.857.360	10.423.873	13.001.197	14.396.608	14.228.140	14.971.128
Patrimônio líquido							
Capital social	18.a	6.456.346	6.423.054	4.923.054	6.456.346	6.423.054	4.923.054
Reservas de capital	18.a	1.089.121	1.092.690	1.092.538	1.089.121	1.092.690	1.092.538
Ajustes de avaliação patrimonial	18.c	(43.474)	(493.996)	15.248	(43.474)	(493.996)	15.248
Reservas de lucros		1.883.162	1.361.639	744.714	1.883.162	1.361.639	744.714
		9.385.155	8.383.387	6.775.554	9.385.155	8.383.387	6.775.554
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	(963)	(963)	-
Total do patrimônio líquido		9.385.155	8.383.387	6.775.554	9.384.192	8.382.424	6.775.554
Total do passivo e patrimônio líquido		18.242.515	18.807.260	19.776.751	23.780.800	22.610.564	21.746.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de março

(Em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	19	6.115.030	6.322.344	12.180.692	11.867.088
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	21	(4.607.586)	(4.549.972)	(9.372.051)	(9.029.702)
Lucro bruto		1.507.444	1.772.372	2.808.641	2.837.386
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	21	(546.878)	(507.344)	(688.568)	(656.247)
Gerais e administrativas	21	(380.760)	(382.261)	(531.527)	(528.563)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(157.517)	22.745	(130.211)	49.885
Resultado da equivalência patrimonial	10	750.862	495.489	(69.635)	(73.260)
		(334.293)	(371.371)	(1.419.941)	(1.208.185)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social		1.173.151	1.401.001	1.388.700	1.629.201
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	23	(622.567)	(892.247)	(868.270)	(969.697)
Receitas financeiras	23	303.100	609.043	665.347	664.798
Variações cambiais, líquidas	23	(67.505)	(455.735)	(68.164)	(441.525)
Efeito líquido dos derivativos	23	763.665	602.125	736.068	577.360
		376.693	(136.814)	464.981	(169.064)
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social		1.549.844	1.264.187	1.853.681	1.460.137
Imposto sobre a renda e contribuição social	15.a				
Corrente		(164.301)	(1)	(327.156)	(149.646)
Diferido		19.036	(251.696)	(121.858)	(298.001)
		(145.265)	(251.697)	(449.014)	(447.647)
Lucro líquido do exercício		1.404.579	1.012.490	1.404.667	1.012.490
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia		1.404.579	1.012.490	1.404.579	1.012.490
Acionistas não controladores da Companhia		-	-	88	-
		1.404.579	1.012.490	1.404.667	1.012.490
Lucro líquido por ação ordinária:					
Básico e diluído	18.f			0,190	0,152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u> <u>(Reapresentado)</u>
Lucro líquido do exercício	1.404.579	1.012.490	1.404.667	1.012.490
Resultado abrangente				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Ajuste de avaliação patrimonial - Perdas atuariais	(2.633)	(112)	(3.175)	(134)
Ajuste de avaliação patrimonial - Perdas atuariais (efeito reflexo de controladas)	(373)	(15)	-	-
Tributos diferidos sobre ajustes (Nota 15.b.3)	895	38	1.064	45
	<u>(2.111)</u>	<u>(89)</u>	<u>(2.111)</u>	<u>(89)</u>
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado				
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como - <i>Hedge accounting</i> (Nota 24.e)	681.858	(771.555)	681.858	(771.555)
Efeitos de conversão de moeda estrangeira - CTA	2.605	56	2.605	56
Tributos diferidos sobre ajustes (Nota 15.b.3)	(231.830)	262.344	(231.830)	262.344
	<u>452.633</u>	<u>(509.155)</u>	<u>452.633</u>	<u>(509.155)</u>
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	<u>450.522</u>	<u>(509.244)</u>	<u>450.522</u>	<u>(509.244)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.855.101</u>	<u>503.246</u>	<u>1.855.189</u>	<u>503.246</u>
Atribuível a:				
Acionistas controladores da Companhia	1.855.101	503.246	1.855.101	503.246
Acionistas não controladores da Companhia	-	-	88	-
	<u>1.855.101</u>	<u>503.246</u>	<u>1.855.189</u>	<u>503.246</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de Reais - R\$)

	Atribuível aos acionistas da Controladora											
	Capital social	Reservas de capital			Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Reserva de capital	Reserva especial de ágio			Reserva de incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros				
Saldos em 1º de abril de 2015, conforme divulgado anteriormente	4.923.054	849.427	243.111	15.248	30.256	50.111	664.002	-	6.775.209	-	6.775.209	
Impacto da aplicação da adoção das modificações ao IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29	-	-	-	-	-	-	345	-	345	-	345	
Saldos em 1º de abril de 2015 (reapresentado)	4.923.054	849.427	243.111	15.248	30.256	50.111	664.347	-	6.775.554	-	6.775.554	
Resultado abrangente do exercício												
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	-	(173.154)	1.185.644	1.012.490	-	1.012.490	
Ajustes de avaliação patrimonial - Hedge accounting (Nota 24.e)	-	-	-	(509.211)	-	-	-	-	(509.211)	-	(509.211)	
Efeitos de conversão de moeda estrangeira - CTA	-	-	-	56	-	-	-	-	56	-	56	
Ajustes de avaliação patrimonial - Passivo atuarial	-	-	-	(89)	-	-	-	-	(89)	-	(89)	
	-	-	-	(509.244)	-	-	(173.154)	1.185.644	503.246	-	503.246	
Contribuições dos (distribuições aos) acionistas da Companhia												
Reconhecimento inicial de participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(963)	(963)	
Aumento de capital (Nota 18.a)	1.500.000	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000	-	1.500.000	
Constituição de reserva de incentivos fiscais de controladas (Nota 18.d.ii)	-	-	-	-	139.885	-	-	(139.885)	-	-	-	
Pagamento de dividendos (Nota 18.b.i)	-	-	-	-	-	-	(385.700)	-	(385.700)	-	(385.700)	
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 18.b)	-	-	-	-	-	-	-	(9.865)	(9.865)	-	(9.865)	
Constituição de reservas (Nota 18.b)	-	-	-	-	-	59.283	976.611	(1.035.894)	-	-	-	
Outros	-	152	-	-	-	-	-	-	152	-	152	
	1.500.000	152	-	-	139.885	59.283	590.911	(1.185.644)	1.104.587	(963)	1.103.624	
Saldo em 31 de março de 2016 (reapresentado)	6.423.054	849.579	243.111	(493.996)	170.141	109.394	1.082.104	-	8.383.387	(963)	8.382.424	
Resultado abrangente do exercício												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.404.579	1.404.579	88	1.404.667	
Ajustes de avaliação patrimonial - Hedge accounting (Nota 24.e)	-	-	-	450.028	-	-	-	-	450.028	-	450.028	
Ajustes de avaliação patrimonial - Passivo atuarial	-	-	-	(2.111)	-	-	-	-	(2.111)	-	(2.111)	
Efeitos de conversão de moeda estrangeira - CTA	-	-	-	2.605	-	-	-	-	2.605	-	2.605	
	-	-	-	450.522	-	-	-	1.404.579	1.855.101	88	1.855.189	
Contribuições dos (distribuições aos) acionistas da Companhia												
Efeito reflexo na aquisição da Fuels (Nota 27.1.ii.a)	-	(38)	-	-	-	-	-	-	(38)	(88)	(126)	
Resgate e destinação de dividendos aos acionistas portadores de ações preferenciais (Nota 18.b)	33.292	(3.531)	-	-	-	-	(2.420)	(29.151)	(1.810)	-	(1.810)	
Constituição de reserva de incentivos fiscais de controladas (Nota 18.d.ii)	-	-	-	-	65.316	-	-	(65.316)	-	-	-	
Pagamento de dividendos e Juros sobre capital próprio (Nota 18.b)	-	-	-	-	-	-	(639.000)	(200.000)	(839.000)	-	(839.000)	
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 18.b)	-	-	-	-	-	-	-	(12.485)	(12.485)	-	(12.485)	
Constituição de reservas (Nota 18.b)	-	-	-	-	-	61.588	1.036.039	(1.097.627)	-	-	-	
	33.292	(3.569)	-	-	65.316	61.588	394.619	(1.404.579)	(853.333)	(88)	(853.421)	
Saldo em 31 de março de 2017	6.456.346	846.010	243.111	(43.474)	235.457	170.982	1.476.723	-	9.385.155	(963)	9.384.192	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto sobre a renda e contribuição social	1.549.844	1.264.187	1.853.681	1.460.137
Ajustes de:				
Depreciação e amortização	1.370.296	1.383.092	1.818.791	1.876.896
Ganho decorrente de mudança no valor justo e realização da mais ou menos valia dos ativos biológicos	(272.992)	(318.224)	(304.621)	(375.582)
Equivalência patrimonial em controladas e coligadas	(750.862)	(495.489)	69.635	73.260
Ganho de capital por diluição de participação societária	(14.312)	(15.121)	(14.697)	(15.583)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	355.409	1.149.406	409.920	1.180.716
Resultado apurado nas baixas do ativo imobilizado	(6.898)	(6.060)	1.979	9.255
Perda com operações comerciais	19.349	16.756	16.741	59.464
Reconhecimento de créditos extemporâneos	(10.219)	(34.945)	(6.737)	(38.406)
Constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, líquida	109	1.302	1.811	5.025
Constituição de provisão para demandas judiciais e contingências, líquida	52.352	23.989	70.308	33.451
Perdas (ganhos) não realizados em operações com derivativos	130.290	(1.143.718)	163.471	(1.115.465)
Constituição (reversão) de perda estimada para realização e obsolescência de estoques	61.895	(392)	72.383	377
Constituição (reversão) de perda estimada com investimentos, ativos imobilizados e intangíveis, líquidas	151.875	(1.497)	156.200	(1.869)
Receita de subvenção para investimentos - ICMS	-	-	(67.758)	(40.646)
Outros	(2)	(8)	(24.327)	(65.821)
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes e adiantamentos de clientes	59.222	(25.635)	146.600	(91.737)
Estoques	(104.420)	(37.808)	(160.803)	(74.186)
Caixa restrito	623.635	(660.194)	588.321	(660.192)
Instrumentos financeiros derivativos	637.343	560.385	616.172	560.384
Depósitos judiciais	(18.572)	(46.987)	(22.506)	(48.639)
Fornecedores e adiantamentos a fornecedores	(82.403)	241.951	(50.813)	173.497
Impostos a recuperar e a pagar	(119.922)	(11.064)	(137.944)	13.807
Partes relacionadas	(82.966)	(303.769)	(322.820)	93.029
Provisão para demandas judiciais	(18.103)	(5.655)	(32.615)	(12.435)
Ordenados e salários a pagar	(9.906)	56.410	(1.336)	40.579
Outros ativos e passivos, líquidos	(25.338)	(3.260)	30.558	39.404
Imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido pago	-	-	(75.050)	(36.137)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.494.704	1.587.652	4.794.544	3.042.583
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições, líquidas de caixa adquirido	(274)	-	(274)	-
Caixa obtido em operação de incorporação	-	-	6.647	-
Adições ao investimento	(206.502)	(819.457)	(144.709)	(48.513)
Adições ao imobilizado e intangível	(1.049.863)	(863.397)	(1.387.840)	(1.199.771)
Dividendos recebidos de controladas	5.658	85.889	-	-
Caixa recebido na alienação de ativo imobilizado	25.129	14.967	24.663	17.092
Adições aos ativos biológicos	(455.684)	(420.609)	(530.209)	(494.457)
Recebimento de principal de empréstimos e financiamentos concedidos intragrupo	-	-	316.900	-
Recebimento de juros de PPEs concedidos - intragrupo	-	-	59.547	22.090
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.681.536)	(2.002.607)	(1.655.275)	(1.703.559)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital, incluindo caixa adquirido	-	-	3.751	-
Captações de empréstimos e financiamentos - terceiros	90.217	685.045	2.526.974	1.461.957
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos - terceiros	(383.059)	(1.154.693)	(3.432.129)	(2.693.820)
Amortizações de juros de empréstimos e financiamentos - terceiros	(377.766)	(408.352)	(651.257)	(678.540)
Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos (caixa restrito)	-	-	10.413	(108)
Dividendos pagos	(976.285)	(311.766)	(976.285)	(311.766)
Amortizações de principal de PPEs captados - intragrupo	(646.664)	(709.882)	-	-
Amortizações de juros de PPEs captados - intragrupo	(76.439)	(159.957)	-	(22.827)
Gestão de recursos, líquidos - intragrupo	598.740	(537.029)	(135.706)	98.902
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(1.771.256)	(2.596.634)	(2.654.239)	(2.146.202)
Acréscimo (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	41.912	(3.011.589)	485.030	(807.178)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	506.602	3.543.766	2.987.675	3.795.287
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	7.338	(25.575)	(35.093)	(434)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	555.852	506.602	3.437.612	2.987.675

Informações suplementares ao fluxo de caixa estão demonstradas na Nota 28.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços	6.398.882	6.595.288	12.900.645	12.557.268
Devoluções de vendas, descontos e abatimentos	(8.878)	(6.303)	(11.257)	(10.198)
Constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, líquida	(109)	(1.302)	(1.811)	(5.025)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(5.642)	21.248	25.989	48.016
	<u>6.384.253</u>	<u>6.608.931</u>	<u>12.913.566</u>	<u>12.590.061</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.079.593)	(2.210.932)	(6.124.579)	(5.981.389)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(659.555)	(608.422)	(809.235)	(769.049)
Ganho decorrente de mudança no valor justo e realização da mais ou menos valia dos ativos biológicos	272.992	318.224	304.621	375.582
Constituição (reversão) de perda estimada com investimentos, ativos imobilizados e intangíveis, líquidas	(151.875)	1.497	(156.200)	1.869
Reversão (constituição) de perda estimada para obsolescência de estoques	(61.895)	392	(72.383)	(377)
	<u>(2.679.926)</u>	<u>(2.499.241)</u>	<u>(6.857.776)</u>	<u>(6.373.364)</u>
Valor adicionado bruto	<u>3.704.327</u>	<u>4.109.690</u>	<u>6.055.790</u>	<u>6.216.697</u>
Depreciação e amortização	(1.370.296)	(1.383.092)	(1.818.791)	(1.876.896)
Valor adicionado líquido produzido	<u>2.334.031</u>	<u>2.726.598</u>	<u>4.236.999</u>	<u>4.339.801</u>
Valor adicionado recebido em transferências				
Resultado da equivalência patrimonial	750.862	495.489	(69.635)	(73.260)
Receitas financeiras	303.100	609.043	665.347	664.798
Ganho com variações cambiais	3.486	198.933	2.706	195.862
Ganho em operações com derivativos	763.665	693.685	736.068	668.922
	<u>1.821.113</u>	<u>1.997.150</u>	<u>1.334.486</u>	<u>1.456.322</u>
Valor adicionado a distribuir	<u>4.155.144</u>	<u>4.723.748</u>	<u>5.571.485</u>	<u>5.796.123</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	911.537	1.051.432	1.234.931	1.273.054
Benefícios	222.840	128.579	276.800	236.691
FGTS	98.651	66.503	117.464	117.679
	<u>1.233.028</u>	<u>1.246.514</u>	<u>1.629.195</u>	<u>1.627.424</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	263.263	88.251	576.159	374.844
Tributos federais diferidos	(19.036)	251.696	121.858	298.001
Estaduais	179.149	183.304	463.286	460.644
Municipais	6.364	1.936	8.158	2.572
	<u>429.740</u>	<u>525.187</u>	<u>1.169.461</u>	<u>1.136.061</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	622.567	892.247	868.270	969.697
Perda com variações cambiais	70.991	654.668	70.870	637.387
Perda em operações com derivativos	-	91.560	-	91.562
Aluguéis e arrendamentos	394.239	301.082	429.110	321.502
	<u>1.087.797</u>	<u>1.939.557</u>	<u>1.368.250</u>	<u>2.020.148</u>
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos e juros sobre capital próprio	211.636	9.865	211.636	9.865
Lucros retidos	1.192.943	1.002.625	1.193.031	1.002.625
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	(88)	-
	<u>1.404.579</u>	<u>1.012.490</u>	<u>1.404.579</u>	<u>1.012.490</u>
Valor adicionado distribuído	<u>4.155.144</u>	<u>4.723.748</u>	<u>5.571.485</u>	<u>5.796.123</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Contexto operacional

A Raízen Energia S.A. (“Companhia”, “Raízen Energia” ou “RESA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na Categoria B, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, número 1.327, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP. A Companhia é indiretamente controlada em conjunto pela Royal Dutch Shell (“Shell”) e Cosan Limited (“Cosan”) e foi formada em 1º de junho de 2011.

O termo Raízen, quando mencionado, corresponde à formação da *joint venture* entre Shell e Cosan, do segmento de etanol, açúcar e energia.

A Companhia e suas controladas têm como atividade preponderante a produção e comércio de açúcar e etanol, inclusive no exterior por meio das controladas Raízen Trading LLP e Raízen International Universal Corporation, assim como a cogeração de energia elétrica produzida a partir do bagaço de cana-de-açúcar, por meio de suas 24 usinas localizadas na região Centro-Sul do Brasil.

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12 a 18 meses para maturação e o período de colheita inicia-se, geralmente, entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, a RESA e a Wilmar International Limited criaram uma *joint venture* chamada Raízen and Wilmar Sugar Pte. Ltd., ou RAW, para atender a crescente demanda global de açúcar VHP do Brasil. A RAW é uma *joint venture* entre a Raízen e a Wilmar, 50% e 50%, e combinará os pontos fortes do maior produtor brasileiro de açúcar VHP com o maior *trader* mundial da *commodity*. Todas as aprovações regulamentares relevantes para o estabelecimento da *joint venture* foram obtidas.

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016, a Companhia e suas controladas passaram pelas seguintes reestruturações societárias: i) incorporação de forma reversa da Raízen Tarumã Ltda. (“Tarumã”) pela Raízen Paraguaçu Ltda. (“Paraguaçu”); ii) incorporação da Raízen Luxembourg S.A. (“Luxembourg”) pela Raízen Fuels Finance S.A. (“Fuels”); e iii) reestruturação societária envolvendo ativos líquidos relativos à atividade de cogeração de energia elétrica. Os detalhes destas operações estão descritos na nota 27.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 14 de junho de 2017.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável, pela valorização de determinados ativos e passivos como instrumentos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos, os quais são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia, e aquelas utilizadas como base para avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada sociedade. Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio do fechamento do exercício e os resultados foram apurados pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos de conversão estão registrados no patrimônio líquido dessas controladas.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras.

Essas estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as estimativas e premissas realizadas poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia e suas controladas.

As principais estimativas e premissas contábeis significativas estão mencionadas a seguir:

Imposto sobre a renda, contribuição social e outros tributos a pagar

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda e contribuição social, quando aplicável, em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. Quando aplicável, a Companhia também reconhece provisões para cobrir determinadas situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos e o resultado ou resultado abrangente no período em que o valor definitivo é determinado.

Subvenção para investimentos - ICMS

A Companhia, por meio das controladas Raízen Centroeste Açúcar e Álcool Ltda. (“Centroeste”) e Raízen Caarapó, possui programa de incentivo estadual, na forma de financiamento de parte do pagamento do ICMS. A utilização dessas subvenções para investimento está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas nos programas, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia.

As receitas provenientes destes incentivos são registrados no resultado do exercício, conforme divulgado nas Notas 21.a. e 22.

Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. Adicionalmente, a Companhia reconhece tributos diferidos com base nas diferenças temporárias determinadas a partir da base fiscal e o valor contábil de determinados ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos que poderão ser reconhecidos, com base em um prazo razoável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de racionalização fiscais futuras.

Os impostos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço somente quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota 15.

Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 7.

A partir do exercício findo em 31 de março de 2017, o valor justo do produto agrícola passou a se aproximar substancialmente ao valor justo de realização do ativo biológico, principalmente pelo fato da redução da quantidade de fluxos de caixa e utilização somente de premissas anuais e não mais de longo prazo, no cálculo do valor justo dos ativos biológico, após a adoção das alterações das normas citadas na Nota 2.3.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ativos imobilizados e intangíveis, incluindo ágio

O tratamento contábil dos ativos imobilizados e intangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento da Administração.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando isto é possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Para mais detalhes sobre os instrumentos financeiros, vide Nota 24.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Raízen Energia e suas controladas nos exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016. As controladas diretas e indiretas estão listadas a seguir:

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017		2016	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Agrícola Ponte Alta Ltda. (Nota10.d.i)	91,21%	8,79%	99,99%	0,01%
Agropecuária Santa Hermínia Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
América Trading Investments (i)	-	-	-	100,00%
Benálcool Açúcar e Álcool Ltda.	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Bioenergia Araraquara Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
Bioenergia Barra Ltda.	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Bioenergia Caarapó Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
Bioenergia Costa Pinto Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
Bioenergia Gasa Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
Bioenergia Jataí Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
Bioenergia Maracaí Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
Bioenergia Rafard Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
Bioenergia Serra Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
Bioenergia Tarumã Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
Bioenergia Univalem Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
Raízen Centroeste Açúcar e Álcool Ltda.	47,37%	52,63%	47,37%	52,63%
Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda.	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Raízen Ásia PT Ltd.	-	100,00%	-	100,00%
Raízen Biotecnologia S.A.	100,00%	-	100,00%	-
Raízen Caarapó Açúcar e Álcool Ltda.	31,48%	68,52%	31,48%	68,52%
Raízen Energy Finance Ltd.	100,00%	-	100,00%	-
Raízen Fuels Finance S.A. (ii)	100,00%	-	-	-
Raízen International Universal Corp.	100,00%	-	100,00%	-
Raízen Luxembourg S.A. (iii)	-	-	100,00%	-
Raízen North América, Inc.	-	100,00%	-	100,00%
Raízen Paraguaçu Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Raízen Tarumã Ltda. (iv)	-	-	99,99%	0,01%
Raízen Trading LLP	-	100,00%	-	100,00%
TEAS Terminal Exp. de Álcool de Santos Ltda.	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Unimodal Ltda.	53,17%	20,24%	53,17%	20,24%
Raízen e Wilmar Açúcar Ltda. (v)	99,00%	1,00%	99,00%	1,00%
Raízen Biogás Ltda. (vi)	99,90%	0,10%	-	-
Raízen Biogás SPE Ltda. (vi)	99,90%	0,10%	-	-

- (i) Empresa extinta em 22 de agosto de 2016, cujo acervo patrimonial, no montante de R\$ 34.111, foi vertido à sua controladora Paraguaçu, com consequente baixa do investimento.
- (ii) Empresa adquirida em 29 de julho de 2016 (Nota 27.1.ii).
- (iii) Empresa incorporada em 15 de setembro de 2016 pela Fuels.
- (iv) Empresa incorporada em 1º de junho de 2016 pela Paraguaçu.
- (v) Anteriormente denominada Raízen Açúcar Ltda.
- (vi) Empresas criadas em 24 de maio e 31 de outubro de 2016, respectivamente, tendo como objetivo principal a produção e a comercialização de biogás industrial, adubo organomineral e energia elétrica a partir de resíduo da cana-de-açúcar.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data da aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Os saldos mantidos entre as companhias consolidadas tais como: receitas, despesas, ganho e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias são eliminados em sua totalidade.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no Patrimônio líquido.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos assumidos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos (incluindo contingentes) assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação em que não é controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo quanto pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A forma de mensuração da participação não controladora é determinada para cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando aplicável, nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controlada na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício a título de compra vantajosa.

2.3. Reapresentação de valores correspondentes

2.3.1. Mudanças nas políticas contábeis devido a adoção de modificações nas normas contábeis

A Companhia adotou a partir de 1º de abril de 2016 as modificações às normas IAS 16 - Imobilizado (CPC 27) e IAS 41 - Ativo Biológico e Produto Agrícola (CPC 29). Com as modificações, os ativos biológicos para produção (*bearer biological assets*), no caso da Companhia, soqueiras de cana-de-açúcar, não mais fazem parte do escopo do IAS 41 / CPC 29 e devem ser contabilizadas de acordo com o IAS 16 / CPC 27, ou seja, custo menos exaustão acumulada e eventual perda por *impairment*. O ativo biológico consumível, no caso da Companhia, cana em pé, é mensurado ao valor justo e continuam no escopo do IAS 41 / CPC 29.

A data de transição das referidas normas foi 1º de abril de 2014, início do período comparativo mais antigo das demonstrações financeiras, já que a Companhia apresenta três anos de resultados em suas demonstrações financeiras combinadas consolidadas anuais do Grupo Raízen (“Grupo”) arquivadas na *Security Exchange Commission* (“SEC”) devido a *Rule 3-09* aplicável à necessidade da acionista Cosan. A Companhia optou por adotar o custo atribuído para o ativo imobilizado na data de transição.

Os impactos nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de março de 2016 e 1º de abril de 2015, assim como nas demonstrações de resultados do exercício e demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de março de 2016, são como segue:

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Balanços patrimoniais

	31 de março de 2016			1º de abril de 2015			Controladora
	Conforme divulgado anteriormente	Ajustes na aplicação do IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Ajustes na aplicação do IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29	Reapresentado	
Ativos							
Ativos biológicos (Nota 7)	-	829.317	829.317	-	506.004	506.004	
Outros	3.764.184	-	3.764.184	6.743.116	-	6.743.116	
Ativo circulante	3.764.184	829.317	4.593.501	6.743.116	506.004	7.249.120	
Impostos de renda e contribuição social diferido (Nota 15)	180.678	77.183	257.861	252.186	(5.011)	247.175	
Investimentos (Nota 10)	4.781.965	(22.983)	4.758.982	3.989.382	(9.382)	3.980.000	
Ativos biológicos	2.132.422	(2.132.422)	-	1.662.597	(1.662.597)	-	
Imobilizado (Nota 11)	3.796.144	1.076.096	4.872.240	3.861.330	1.171.331	5.032.661	
Outros	4.324.676	-	4.324.676	3.267.795	-	3.267.795	
Ativo não circulante	15.215.885	(1.002.126)	14.213.759	13.033.290	(505.659)	12.527.631	
Total do ativo	18.980.069	(172.809)	18.807.260	19.776.406	345	19.776.751	
Total do passivo	10.423.873	-	10.423.873	13.001.197	-	13.001.197	
Patrimônio Líquido							
Reserva de lucros	1.534.448	(172.809)	1.361.639	744.369	345	744.714	
Outros	7.021.748	-	7.021.748	6.030.840	-	6.030.840	
Total do patrimônio líquido	8.556.196	(172.809)	8.383.387	6.775.209	345	6.775.554	
Total do passivo e patrimônio líquido	18.980.069	(172.809)	18.807.260	19.776.406	345	19.776.751	
							Consolidado
	31 de março de 2016			1º de abril de 2015			
	Conforme divulgado anteriormente	Ajustes na aplicação do IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Ajustes na aplicação do IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29	Reapresentado	
Ativos							
Ativos biológicos (Nota 7)	-	973.373	973.373	-	595.200	595.200	
Outros	6.201.276	-	6.201.276	6.605.724	-	6.605.724	
Ativo circulante	6.201.276	973.373	7.174.649	6.605.724	595.200	7.200.924	
Impostos de renda e contribuição social diferido (Nota 15)	186.665	89.023	275.688	299.314	(177)	299.137	
Investimentos (Nota 10)	210.425	-	210.425	210.586	-	210.586	
Ativos biológicos	2.463.488	(2.463.488)	-	1.959.859	(1.959.859)	-	
Imobilizado (Nota 11)	7.537.931	1.228.284	8.766.215	7.615.059	1.365.181	8.980.240	
Outros	6.183.588	(1)	6.183.587	5.055.795	-	5.055.795	
Ativo não circulante	16.582.097	(1.146.182)	15.435.915	15.140.613	(594.855)	14.545.758	
Total do ativo	22.783.373	(172.809)	22.610.564	21.746.337	345	21.746.682	
Total do passivo	14.228.140	-	14.228.140	14.971.128	-	14.971.128	
Patrimônio Líquido							
Reserva de lucros	1.534.448	(172.809)	1.361.639	744.369	345	744.714	
Outros	7.020.785	-	7.020.785	6.030.840	-	6.030.840	
Total do patrimônio líquido	8.555.233	(172.809)	8.382.424	6.775.209	345	6.775.554	
Total do passivo e patrimônio líquido	22.783.373	(172.809)	22.610.564	21.746.337	345	21.746.682	

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Demonstrações dos resultados

	1º de abril de 2015 a 31 de março de 2016					
	Controladora			Consolidado		
	Conforme divulgado anteriormente	Ajustes na aplicação do IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Ajustes na aplicação do IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29	Reapresentado
Receita operacional líquida	6.322.344	-	6.322.344	11.867.088	-	11.867.088
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados (Nota 21)	(4.308.226)	(241.746)	(4.549.972)	(8.767.347)	(262.355)	(9.029.702)
Lucro bruto	2.014.118	(241.746)	1.772.372	3.099.741	(262.355)	2.837.386
Despesas operacionais (Nota 10)	(357.769)	(13.602)	(371.371)	(1.208.185)	-	(1.208.185)
Resultado financeiro	(136.814)	-	(136.814)	(169.064)	-	(169.064)
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	1.519.535	(255.348)	1.264.187	1.722.492	(262.355)	1.460.137
Imposto sobre a renda e contribuição social (Nota 15.a)	(333.891)	82.194	(251.697)	(536.848)	89.201	(447.647)
Lucro líquido do exercício	1.185.644	(173.154)	1.012.490	1.185.644	(173.154)	1.012.490

(iii) Demonstração do valor adicionado

	1º de abril de 2015 a 31 de março de 2016					
	Controladora			Consolidado		
	Conforme divulgado anteriormente	Ajustes na aplicação do IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Ajustes na aplicação do IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29	Reapresentado
Receitas	6.610.428	-	6.610.428	12.591.930	-	12.591.930
Insumos adquiridos de terceiros	(2.258.992)	(241.746)	(2.500.738)	(6.112.878)	(262.355)	(6.375.233)
Valor adicionado bruto	4.351.436	(241.746)	4.109.690	6.479.052	(262.355)	6.216.697
Depreciação e amortização	(1.383.092)	-	(1.383.092)	(1.876.896)	-	(1.876.896)
Valor adicionado líquido produzido	2.968.344	(241.746)	2.726.598	4.602.156	(262.355)	4.339.801
Valor adicionado recebido em transferências	2.010.752	(13.602)	1.997.150	1.456.322	-	1.456.322
Valor adicionado a distribuir	4.979.096	(255.348)	4.723.748	6.058.478	(262.355)	5.796.123
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal	1.246.514	-	1.246.514	1.627.424	-	1.627.424
Impostos, taxas e contribuições	607.381	(82.194)	525.187	1.225.262	(89.201)	1.136.061
Remuneração de capitais de terceiros	1.939.557	-	1.939.557	2.020.148	-	2.020.148
Remuneração de capitais próprios	1.185.644	(173.154)	1.012.490	1.185.644	(173.154)	1.012.490
Valor adicionado distribuído	4.979.096	(255.348)	4.723.748	6.058.478	(262.355)	5.796.123

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os impactos nas demonstrações dos resultados abrangentes e das mutações do patrimônio líquido se restringem ao efeito líquido do resultado do exercício demonstrado acima. Os impactos nas demonstrações dos fluxos de caixa se restringem à reclassificação entre rubricas dentro das atividades operacionais, sem, contudo, afetar os subtotais de atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos.

2.4. Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita

As receitas decorrentes da venda de produtos ou mercadorias, incluindo as revendas de produtos no mercado externo efetuadas pelas subsidiárias Raízen Trading LLP e Raízen International Universal Corporation, são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia. Os preços de venda são estabelecidos com base em ordens de compra ou contratos. Bens ou serviços cuja receita é diferida são registrados sob o título de outras obrigações e são contabilizados como receitas mediante a transferência dos riscos e benefícios de propriedade significativos para o cliente ou prestação de serviço efetivo.

A receita proveniente da venda da cogeração de energia é registrada com base na energia disponibilizada na rede e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. Devido ao fluxo de faturamento, a energia elétrica produzida e comercializada por meio de leilão é inicialmente contabilizada como receita antecipada, reconhecida no resultado do exercício somente quando disponível para uso dos clientes.

A receita é apresentada líquida dos impostos (Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”), Programa de Integração Social (“PIS”), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”) e outros), das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo, no caso das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pelas entidades da Companhia pela taxa da moeda funcional vigente na data da transação ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda Real, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica Resultado financeiro, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, reconhecidos na Demonstração do resultado abrangente.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Itens não-monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de conversão na data inicial da transação. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

c) Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado, ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia estão elencados na Nota 24.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*, os quais são reconhecidos no Patrimônio líquido e posteriormente transferidos para a Demonstração do resultado, conforme descrito no item v, abaixo. Os juros, variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na rubrica Resultado financeiro.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, geralmente não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização pelo método de juros efetivos é incluída na rubrica Resultado financeiro na demonstração de resultado.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou, (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e, (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição for relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como, por exemplo, uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado no período em que o evento ocorrer.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: a valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos classificados como instrumento de *hedge* efetivo, conforme o caso ou custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo diretamente relacionado à transação.

Os passivos financeiros da Companhia estão elencados na Nota 24.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas na Demonstração do resultado, quando incorridos.

Custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos, e se houver, a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e detalhes sobre como são calculados estão descritos na Nota 24.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de *commodities* e *swaps* de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, dos preços de *commodities* e das taxas de juros, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são reconhecidos diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* designados como *hedge accounting*, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- *hedge* de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado;
- *hedge* de fluxo de caixa ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou
- *hedge* de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar a contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para fins de *hedge*.

A documentação inclui: (i) a identificação do instrumento de *hedge*, (ii) o item ou transação objeto de *hedge*, (iii) a natureza do risco objeto de *hedge*, (iv) a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge*; e (v) a forma em que a Companhia avaliará a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*. No *hedge* de fluxos de caixa, o caráter altamente provável da transação prevista como objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de *hedge*.

Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se efetivamente foram altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Na prática, os principais *hedges* que satisfazem os critérios para contabilidade de *hedge accounting* são os elencados abaixo:

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

***Hedge* de fluxo de caixa**

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Os tipos de instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* estão elencados na Nota 24.

d) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, não excedendo o valor realizável líquido. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os necessários para efetuar a venda.

As perdas estimadas de baixa rotatividade ou obsoletos para estoques de almoxarifado são constituídas quando não possuem movimentação dentro do período de dois anos e não sejam considerados estratégicos pela Administração.

e) Partes relacionadas

O Grupo Raízen, no qual a Companhia está inserida, tem uma gestão totalmente integrada do fluxo de caixa de suas empresas e subsidiárias.

Dentre os principais instrumentos utilizados para a gestão do caixa entre as empresas do Grupo, que seja aplicável à Companhia, destacam-se:

- (i) Contrato de Gestão de Recursos Financeiros (“GRF”) - operação utilizada entre empresas domiciliadas no Brasil

A RESA, como centralizadora das atividades corporativas do Grupo, é responsável pela gestão do caixa, com base no referido contrato.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Tais operações estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa, em base líquida, no fluxo de caixa de financiamento.

- (ii) Contratos de Pré pagamento de Exportação (“PPEs”) - operação utilizada entre empresas domiciliadas no Brasil e empresas domiciliadas no exterior

Em determinadas situações, empresas do Grupo domiciliadas no exterior captam recursos no mercado financeiro internacional e na sequência os repassam a empresas do Grupo domiciliadas no Brasil, na forma de contratos de PPEs. Os referidos contratos são formalizados com lastro em volumes de exportação de produtos suficientes para liquidação dos contratos.

Tais operações estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa de investimento quando concedidos (saída de recursos) e, quando recebidos (entrada de recursos), na demonstração dos fluxos de caixa de financiamento.

As transações com partes relacionadas são celebradas em condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

f) Investimento em coligadas e controladas (demonstração financeira individual)

Os investimentos nas entidades sobre as quais a Companhia exerce influência significativa ou controla são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição da participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas ou controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada ou controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada ou controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada ou controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia passa a reconhecer o investimento a valor justo.

Os resultados não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação da Companhia. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

g) Ativos biológicos

Os ativos biológicos referem-se às plantações de cana-de-açúcar.

O canavial é mensurado pelo valor justo, excluindo o terreno sobre o qual é plantado, de acordo com o método de fluxo de caixa descontado.

Para a cana, a Companhia utiliza os fluxos de caixa futuros projetados de acordo com o ciclo de produtividade projetado para cada colheita, levando-se em consideração a vida útil estimada de cada plantio, os preços do açúcar total recuperável, produtividades estimadas e os custos estimados relacionados à produção, colheita, carregamento e transporte para cada hectare plantado.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Mudanças nos valores justos entre os períodos são alocadas na Demonstração do resultado na rubrica Custo dos produtos vendidos.

Eventuais terras da própria da Companhia e suas controladas em que o ativo biológico é produzido são contabilizadas na rubrica Imobilizado.

h) Imobilizado

Itens do imobilizado, incluído o plantio de cana, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos relativos a recursos captados para obras em andamento são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

A Companhia e suas controladas realizam as principais atividades de manutenção programadas em suas unidades industriais em bases anuais. Isso ocorre, normalmente, entre os meses de janeiro a março, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes.

Os principais custos de manutenção anual incluem custos de mão-de-obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Esses custos estão classificados como peças e componentes de substituição frequente, no ativo imobilizado, sendo amortizados integralmente na safra seguinte.

O custo do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva ou introduzem aprimoramentos aos equipamentos. Os terrenos não são depreciados.

Em 31 de março de 2017 e 2016, a depreciação de tais ativos foi calculada com base no desgaste da vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Classe de ativo imobilizado	Taxa média anual	
	2017	2016
Edifícios e benfeitorias	2%	2%
Máquinas, equipamentos e instalações	5%	5%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de informática	21%	18%
Veículos, embarcações e aeronaves	8%	7%
Plantio de cana	20%	20%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

i) Arrendamento mercantil

A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento é baseado na substância do contrato na data de início.

Os contratos de arrendamentos financeiros, nos quais se transfere substancialmente para a Companhia todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem arrendado são capitalizados no início da locação pelo valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos da locação são divididos entre os encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento de forma a alcançar uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Um ativo arrendado é depreciado durante a vida útil do bem, ou prazo do arrendamento, dos dois o menor, exceto se houver evidência de que o bem arrendado será adquirido ao final do contrato .

Os contratos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa operacional na demonstração do resultado linearmente durante o prazo de arrendamento.

j) Intangível

i) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da empresa adquirida. O ágio de aquisições de controladas é divulgada na rubrica Intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio é mantido ao seu valor de custo, deduzido de eventuais perdas do valor recuperável, quando aplicável, cujo teste contábil é efetuado, no mínimo, anualmente. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

ii) Ativos intangíveis de vida útil definida

Intangíveis com vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de março de 2017 e 2016, as taxas médias ponderadas anuais de amortização são como segue:

Classe de ativo intangível	Taxa média anual
Licença de <i>software</i>	20%
Contratos de parceria agrícola	9%
Contratos de fornecimento de cana	10%
Direito de uso de concessões públicas	20%
Tecnologia	10%
Outros	38%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Quando necessário, o valor em uso é comumente apurado com base no fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrentes do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicadores de perda de valor, o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes, são testados quanto à recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável, a perda é reconhecida como despesa operacional na demonstração do resultado.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

m) Benefícios a empregados

A Companhia possui um plano de contribuição definida e parcela de benefício definido, no qual mantém contratado um plano de previdência privada complementar, destinado a todos os empregados.

A Companhia reconhece um passivo com base em metodologia que considera uma série de fatores que são determinados por cálculos atuariais, que utilizam premissas para a mensuração do custo ou receita para planos de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes e mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

A Companhia reconhece uma perda estimada quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

n) Imposto sobre a renda e contribuição social

As receitas (despesas) de imposto sobre a renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto sobre a renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

Ou seja, de forma composta, a Companhia está sujeita a uma alíquota teórica de impostos sobre renda equivalente a 34%.

Imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos relativos a prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em países diferentes, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. Os tributos diferidos são calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente.

Créditos tributários são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

o) Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. Os gastos incrementais atribuíveis diretamente à emissão de ações, quando ocorridos, são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, líquido de efeitos tributários.

A única ação preferencial classe A, assim como cada ação ordinária, dá direito a um voto nas deliberações nas assembleias gerais da Companhia, bem como dividendos fixos anuais de R\$ 0,01 (um centavo).

As ações preferencias classes B e C emitidas pela Companhia, não têm direito a voto e tem por finalidade o reembolso de ativos, principalmente representados por benefícios fiscais, contribuídos pelos acionistas Cosan e Shell, respectivamente, à medida que forem utilizados pela Companhia.

As ações preferenciais classe D não têm direito a voto e farão jus ao recebimento de um dividendo fixo anual pelo acionista Shell.

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos no estatuto social da Companhia e nas leis vigentes.

p) Combinações de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas de acordo com o método de aquisição e os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da sociedade ou negócio adquirido são avaliados a valor justo para fins de cálculo e reconhecimento do ágio originado na transação de acordo com as normas contábeis vigentes. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em relação à participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da sociedade adquirida. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos a diferença deverá ser reconhecida na demonstração de resultado.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

q) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) e pelo Conselho de Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia possui um único segmento de negócio: Etanol, Açúcar e Bioenergia, conforme divulgado na Nota 20.

r) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

2.5. Novas IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2017. A adoção antecipada de normas, embora aceita pelo IASB não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - *Financial Instruments* (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 (CPC 48) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e para a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*.

A IFRS 9 (CPC 48) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso do Grupo, a partir de 1º de abril de 2018) e substitui as orientações existentes na IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38). A adoção antecipada da norma é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 (CPC 48) nas demonstrações financeiras do Grupo para a safra 2018/19 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que o Grupo detiver e das condições econômicas nos referidos anos, bem como de decisões e julgamentos contábeis que o Grupo fará no futuro. A nova norma exigirá que o Grupo revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, o Grupo realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 (CPC 48) com base em sua posição em 31 de março de 2017 e nas relações de *hedge* ocorridas na safra 2017/18 no âmbito da IAS 39 (CPC 38). O resultado desta avaliação é indicado nos itens abaixo.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O Grupo adotará a IFRS 9 (CPC 48) em suas demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 31 de março de 2019 e está avaliando se pretende utilizar a abordagem prospectiva ou retrospectiva, bem como se algum expediente prático será aplicável às suas operações e se estes serão utilizados quando da sua adoção.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

A IFRS 9 (CPC 48) contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 (CPC 48) contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação preliminar, o Grupo não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de março de 2017, teriam um impacto significativo na contabilização de aplicação financeira, caixa restrito, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, partes relacionadas e outros ativos financeiros.

Em 31 de março de 2017, o Grupo não tinha investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda. Quando da adoção da IFRS 9 (CPC 48), caso o Grupo venha a ter ativos com a referida classificação, o Grupo poderá decidir então classificá-los como VJORA ou VJR.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 (CPC 48) substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9 (CPC 48), as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O Grupo acredita que as perdas por redução ao valor recuperável tendem a aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9 (CPC 48), caso o ambiente econômico que os clientes do Grupo estão inseridos não se recupere ou se mantenha em patamares abaixo do Grau de Investimento. O Grupo ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da IFRS 9 (CPC 48), assim nenhuma expectativa quantitativa foi apurada.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 (CPC 38) para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39 (CPC 38), todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

Em 31 de março de 2017, o Grupo tem designado certos passivos a valor justo para fazer face a instrumentos financeiros derivativos, reduzindo o descasamento contábil de valorização dos instrumentos negociados em conjunto. Na avaliação preliminar do Grupo, entendemos que os impactos do risco de crédito do próprio Grupo tendem a ser imateriais devido ao fato de o Grupo apresentar classificação de risco baixa e com reduzida volatilidade. Assim, neste momento, não são esperados impactos relevante em ORA, que de acordo com a IAS 39 (CPC 38) são atualmente reconhecidos no resultado.

(iv) Contabilidade de hedge

Na aplicação inicial da IFRS 9 (CPC 48) o Grupo pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge da IAS 39 (CPC 38) em vez dos novos requerimentos da IFRS 9 (CPC 48). O plano atual do Grupo é o de optar por aplicar os requerimentos da IFRS 9 (CPC 48).

A IFRS 9 (CPC 48) exigirá que o Grupo assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco do Grupo e que o Grupo aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 (CPC 48) também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. Atualmente, o Grupo não realiza hedge de tais componentes de risco.

O Grupo utiliza contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos, recebíveis, vendas e compras de estoques em moeda estrangeira.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O Grupo está efetuando uma análise preliminar dos principais impactos da IFRS 9 (CPC 48) nas operações de hedge e, neste momento, temos conhecimento que possíveis novas designações poderão ser realizadas, principalmente as que estão em *compliance* com nossas políticas de gestão de risco e que, eventualmente, não se enquadravam na relação de hedge devido aos percentuais de efetividade previstos no IAS 39 (CPC 38).

(v) Divulgações

A IFRS 9 (CPC 48) exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. O Grupo está efetuando uma avaliação preliminar e estará preparado para atender aos novos requisitos da IFRS 9 (CPC 48), quando da sua adoção.

IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 (CPC 47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida. A IFRS 15 (CPC 47) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da Raízen, a partir de 1º de abril de 2018) e substituirá as orientações atuais de reconhecimento de receita presentes no IAS 18 / CPC 30 - Receitas, IAS 11/ CPC 17 - Contratos de Construção e IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A adoção antecipada da norma é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O Grupo adotará a IFRS 15 (CPC 47) em suas demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 31 de março de 2019 e está avaliando se pretende utilizar a abordagem prospectiva ou retrospectiva, bem como se algum expediente prático será aplicável às suas operações e se estes serão utilizados quando da sua adoção.

O Grupo concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 (CPC 47) em suas demonstrações financeiras, conforme divulgado a seguir:

(i) Venda de produtos

Para vendas de açúcar e etanol, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente ou retiradas por estes nos armazéns do Grupo, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Administração com os produtos.

De acordo com a IFRS 15 (CPC 47), a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Assim, não são esperadas alterações relevantes na forma de mensuração e reconhecimento das receitas com a adoção da referida nova norma contábil.

(ii) Venda de energia elétrica

A receita proveniente da venda de energia atualmente é registrada com base na energia disponibilizada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia elétrica produzida e comercializada por meio de leilão é inicialmente contabilizada como receita antecipada, quando do faturamento aos clientes e reconhecida no resultado do exercício somente quando disponível para uso dos mesmos.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

De acordo com a IFRS 15 (CPC 47), não é esperada alteração relevante na forma de mensuração e reconhecimento da receita de venda de energia elétrica visto que, atualmente, as receitas já são reconhecidas quando os clientes obtém controle sobre a energia elétrica disponibilizada na rede elétrica.

(iii) Devoluções de clientes

Após o cliente confirmar formalmente o recebimento dos produtos, momento em que a qualidade dos produtos é mensurada e aceita, não há, atualmente, negociações que permitem ao cliente devolver a mercadoria. Assim, atualmente, não há reconhecimento das devoluções que possam futuramente ser feitas pelos clientes.

IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 (no caso da Raízen, a partir de 1º de abril de 2019). A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

O Grupo iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que o Grupo irá reconhecer novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de terras, máquinas e veículos. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. O Grupo ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC, além das citadas acima, que entraram em vigor e que se espera que tenham um impacto significativo sobre a Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a nova norma IFRS 16.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Recursos em banco e em caixa	15.055	349.672	309.961	591.953
Valores aguardando fechamento de câmbio (1)	171.674	83.330	171.674	84.599
Aplicações financeiras:				
Fundos de investimentos (2)	-	4.028	838.512	1.693.807
Certificados de Depósito Bancário - CDB e Compromissadas (3)	368.544	67.390	2.116.886	437.174
<i>Time Deposit</i> (4)	-	-	-	177.953
Outras aplicações	579	2.182	579	2.189
	<u>555.852</u>	<u>506.602</u>	<u>3.437.612</u>	<u>2.987.675</u>
No País (moeda nacional)	455.688	157.004	3.057.125	2.225.218
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 24.d)	100.164	349.598	380.487	762.457
	<u>555.852</u>	<u>506.602</u>	<u>3.437.612</u>	<u>2.987.675</u>

- (1) Referem-se, basicamente, a recebimentos de recursos financeiros em moeda estrangeira, de clientes situados no exterior, cujo fechamento de câmbio junto às instituições financeiras não foi realizado até a data do balanço e, também, se referem a recursos represados no exterior para pagamento de dívidas atreladas à *performance* de exportação.
- (2) Correspondem à aplicação em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por cotas com rendimentos e liquidez diários. Em 31 de março de 2017, a remuneração média dos referidos fundos foi equivalente a 99,4% do CDI (99,6% em 2016).
- (3) Correspondem a aplicações financeiras de renda fixa, tipo CDB (Certificado de Depósito Bancário) e compromissadas, realizadas junto a instituições bancárias de primeira linha, as quais são remuneradas a uma taxa média de 101,1% do CDI (101,3% em 2016), com rendimento e liquidez diários.
- (4) Correspondem a depósitos interbancários no mercado internacional. Possuem prazo fixo e são inegociáveis até o vencimento. São realizados com instituições de primeira linha, com prazo médio de 10 dias. Em 31 de março de 2016, a remuneração média dos referidos depósitos foi equivalente a 0,43% ao ano em moeda estrangeira.

4. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos (1)	-	-	47.206	52.455
Aplicações financeiras vinculadas a operações com derivativos (Nota 24.g) (2)	28.246	107.582	28.246	107.582
Margem em operações com derivativos (Nota 24.g) (3)	122.821	651.450	158.748	651.450
	<u>151.067</u>	<u>759.032</u>	<u>234.200</u>	<u>811.487</u>
No País	28.246	107.582	75.452	160.037
No exterior	122.821	651.450	158.748	651.450
	<u>151.067</u>	<u>759.032</u>	<u>234.200</u>	<u>811.487</u>

- (1) Correspondem a aplicações financeiras tipo LFT (Letra Financeira do Tesouro), realizadas junto a bancos de primeira linha, que são mantidas em função dos financiamentos junto ao BNDES, cujo resgate está condicionado ao pagamento de determinadas parcelas do referido financiamento. Em 31 de março de 2017 e 2016, os referidos títulos obtiveram remuneração média de 100,1% do CDI.
- (2) Correspondem a aplicações financeiras tipo CDB, realizadas junto a bancos de primeira linha, que são utilizadas em operações de instrumentos derivativos. Em 31 de março de 2017, a remuneração média das referidas aplicações foi equivalente a 101,2% (101,1% em 2016).
- (3) Os depósitos de margem em operações com derivativos se referem às chamadas de margens por contrapartes em operações de instrumentos derivativos e são expostos à variação cambial do dólar norte-americano (Nota 24.g).

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
No País	95.116	131.616	257.901	363.943
No Exterior	22.967	2.749	140.499	118.907
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(3.778)	(3.669)	(26.470)	(25.055)
	<u>114.305</u>	<u>130.696</u>	<u>371.930</u>	<u>457.795</u>

A Companhia não cedeu nenhum título como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes mencionada acima.

A análise do vencimento das contas a receber de clientes é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	105.723	128.694	271.216	351.900
Vencidas:				
Até 30 dias	5.592	1.505	94.895	21.973
De 31 a 90 dias	2.928	365	4.214	45.985
De 91 a 180 dias	63	66	212	40.517
Mais de 180 dias	3.777	3.735	27.863	22.475
	<u>12.360</u>	<u>5.671</u>	<u>127.184</u>	<u>130.950</u>
	<u>118.083</u>	<u>134.365</u>	<u>398.400</u>	<u>482.850</u>

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi estimada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de março de 2015	(7.318)	(25.196)
Perda estimada	(1.301)	(5.026)
Baixa	4.950	4.950
Varição cambial	-	217
Em 31 de março de 2016	<u>(3.669)</u>	<u>(25.055)</u>
Perda estimada	(533)	(3.211)
Baixa	424	1.401
Varição cambial	-	395
Em 31 de março de 2017	<u>(3.778)</u>	<u>(26.470)</u>

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2017, a Companhia possuía o montante de R\$ 122.317 e R\$ 177.816, na Controladora e no Consolidado respectivamente, (R\$ 66.833 e R\$ 105.912, na Controladora e Consolidado respectivamente em 2016) registrado no passivo circulante, na rubrica de Adiantamentos de clientes, os quais se referem, substancialmente, a recebimentos de clientes no exterior para aquisição de açúcar.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados:				
Açúcar	143.549	23.928	204.923	40.460
Etanol	189.109	136.818	327.489	242.773
Produtos em processo	2.965	17.897	4.695	31.276
Almoxarifado e outros	143.586	153.947	187.146	203.631
Perda estimada com obsolescência e realização dos estoques	(62.568)	(7.921)	(77.207)	(12.720)
	<u>416.641</u>	<u>324.669</u>	<u>647.046</u>	<u>505.420</u>

A movimentação da perda estimada para não realização e obsolescência é assim demonstrada e foi contabilizada na demonstração do resultado na rubrica Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de março de 2015	(8.313)	(12.343)
Perda estimada	-	(377)
Reversão	392	-
Em 31 de março de 2016	<u>(7.921)</u>	<u>(12.720)</u>
Perda estimada (1)	(61.895)	(72.384)
Reversão	7.248	7.897
Em 31 de março de 2017	<u>(62.568)</u>	<u>(77.207)</u>

(1) Em 31 de março de 2017, o montante registrado como perda estimada refere-se, principalmente, a redução ao valor realizável líquido dos estoques de etanol.

7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia correspondem a cana em pé produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como fonte de matéria prima para a produção de açúcar, etanol e bioenergia no momento da sua colheita. O método de avaliação do valor justo é o fluxo de caixa descontado a valor presente. O modelo de valorização considera o valor presente dos fluxos de caixa esperados a serem gerados, incluindo projeções de 2 anos, ou seja, para a safra 2017/18 e 2018/19, considerando as estimativas de data efetiva de corte da cana em pé.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo reconhecidas como imobilizado. As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Área estimada de colheita (hectares)	360.732	371.904	415.095	427.768
Produtividade prevista (toneladas de cana por hectare)	76,70	79,37	77,06	80,04
Quantidade de ATR (kg)	132,30	130,19	132,30	130,12
Preço do Kg de ATR médio projetado (R\$/kg)	0,70	0,63	0,70	0,63

Os fluxos de caixa foram descontados por 6,08% (7,48% em 2016) que é o WACC (Weighted Average Capital Cost - Custo Médio Ponderado do Capital) da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-a caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente. No exercício findo em 31 de março de 2017, identificou-se a necessidade da revisão das premissas, principalmente devido à evolução da expectativa do preço médio do ATR (média ponderada de todos os fluxos de caixa de R\$ 0,63 /kg em 31 de março de 2016 para R\$ 0,70 /kg em 31 de dezembro de 2016, mantendo-se no mesmo patamar em 31 de março de 2017), consoante à expectativa do mercado do preço do açúcar e da moeda norte-americana.

A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de março de 2015 (Reapresentado)	<u>506.004</u>	<u>595.200</u>
Adições de tratos da cana (1)	437.642	515.437
Absorção dos custos de cana colhida	(434.788)	(515.289)
Mudança no valor justo	280.702	336.035
Realização do valor justo	36.860	39.093
Transferências e reclassificações	<u>2.897</u>	<u>2.897</u>
Saldo em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	<u>829.317</u>	<u>973.373</u>
Adições de tratos da cana (1)	468.118	545.134
Absorção dos custos de cana colhida	(464.868)	(547.109)
Mudança no valor justo	565.581	652.984
Realização do valor justo	<u>(292.348)</u>	<u>(348.061)</u>
Saldo em 31 de março de 2017	<u>1.105.800</u>	<u>1.276.321</u>

(1) Os referidos gastos incluem os montantes de R\$ 12.434 e R\$ 14.925 (R\$ 17.033 e R\$ 20.980 em 2016), Controladora e Consolidado, respectivamente, decorrentes de depreciação de ativos da área agrícola que fazem parte do custo dos ativos biológicos.

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior)

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

O período de colheita anual de cana na região Centro-Sul do Brasil geralmente começa entre abril e maio, e termina entre novembro e dezembro. Isso gera variações de estoque, que comumente se encontra mais elevado em novembro e dezembro, para cobrir as vendas na entressafra (dezembro a abril) e um grau de sazonalidade no lucro bruto, que tende a ser menor no último trimestre do ano fiscal (outubro a dezembro).

8. Outros ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Créditos de ações indenizatórias (1)	496.779	826.233	496.779	828.250
Certificados do Tesouro Nacional - CTN (2)	721.526	613.970	737.088	627.219
Outros	1	1	1	1
	1.218.306	1.440.204	1.233.868	1.455.470
Circulante	(11.048)	(10.028)	(11.048)	(10.028)
Não circulante	1.207.258	1.430.176	1.222.820	1.445.442

- (1) Créditos decorrentes de sentenças transitadas e julgadas favoravelmente à RESA, em fevereiro de 2007, dezembro de 2013 e 2015, que não são parte dos ativos líquidos contribuídos pela Cosan na formação do Grupo. Dessa forma, a RESA registrou uma obrigação de igual valor, classificada no passivo circulante e não circulante, na rubrica Partes relacionadas (Nota 9.c), uma vez que restituirá integralmente o valor dos referidos créditos à Cosan, quando efetivamente recebidos. Esses créditos rendem variação do IPCA-E e Selic mais juros anuais de 6%.

Em 28 de dezembro de 2016, por meio de escritura pública de cessão de direitos de créditos, a RESA realizou, à terceiros, cessão de créditos de ações indenizatórias da Açucareira Corona S.A., pelo montante de R\$ 233.570. O montante negociado foi recebido em 6 de janeiro de 2017 e repassado, na mesma data, à acionista Cosan. Tais operações não geraram ou gerarão impacto no resultado da RESA.

- (2) Títulos públicos, emitidos pelo Tesouro Nacional Brasileiro, no âmbito do Programa Especial de Securitização Agrícola - PESA, com prazo original de 20 anos, com vencimento entre 2018 e 2025 cedidos em garantia à operação de financiamento, denominada PESA. Esses títulos rendem variação do IGP-M mais juros anuais de 12%, que são capitalizáveis. O valor desses títulos no seu vencimento será equivalente ao valor do principal da dívida devida do PESA, podendo ser utilizados para sua liquidação.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas (8)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Gestão de recursos (1)				
Raízen Combustíveis e suas controladas	339.404	12.114	339.404	12.114
Raízen Centroeste Açúcar e Álcool Ltda.	6.561	215.844	-	-
Benálcóol Açúcar e Álcool Ltda.	309	32.894	-	-
Raízen Tarumã Ltda.	-	299.699	-	-
Agrícola Ponte Alta Ltda.	-	8.169	-	-
Outros	1.172	8.314	-	-
	<u>347.446</u>	<u>577.034</u>	<u>339.404</u>	<u>12.114</u>
Debêntures (2)				
Raízen Combustíveis S.A. e suas controladas	-	270.567	206.916	270.567
Operações comerciais (3)				
Raízen Combustíveis e suas controladas	22.826	31.312	180.291	43.748
Nova América Agrícola Caarapó Ltda.	-	-	102.289	74.645
Agroterenas S.A.	85	-	49.183	26.669
Grupo Rumo / ALL	26.679	20.423	26.828	20.819
Pilipinas Shell Petroleum Corp.	-	-	4.241	5.958
Cosan S.A. Indústria e Comércio	3.623	5.855	3.623	6.680
Raízen International Universal Corporation	202.282	243.067	-	-
Raízen Trading LLP	3.755	48.397	-	-
Outros	30.352	22.311	10.779	6.894
	<u>289.602</u>	<u>371.365</u>	<u>377.234</u>	<u>185.413</u>
Operações financeiras (4)				
Raízen Combustíveis e suas controladas	-	-	2.355.347	1.128.585
Reestruturação societária				
Logum Logística S.A.	1.714	-	1.714	-
Operações Framework (6)				
Cosan S.A. Indústria e Comércio	435.806	266.960	488.047	310.039
Outros	58	23	58	23
	<u>435.864</u>	<u>266.983</u>	<u>488.105</u>	<u>310.062</u>
	1.074.626	1.485.949	3.768.720	1.906.741
Ativo circulante	<u>(760.909)</u>	<u>(1.056.483)</u>	<u>(758.803)</u>	<u>(244.095)</u>
Ativo não circulante	<u>313.717</u>	<u>429.466</u>	<u>3.009.917</u>	<u>1.662.646</u>

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Passivo				
Gestão de recursos (1)				
Raízen Combustíveis e suas controladas	96.583	313	96.582	313
Agrícola Ponte Alta Ltda.	26.181	-	-	-
Bioenergia Barra Ltda. e suas controladas	16.179	34.969	-	-
Raízen Caarapó Açúcar e Álcool Ltda.	16.402	350	-	-
Teas Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda.	9.225	36.042	-	-
Outros	1.554	-	-	-
	<u>166.124</u>	<u>71.674</u>	<u>96.582</u>	<u>313</u>
Operações comerciais (3)				
Agroterenas S.A.	-	-	17.568	43.725
Cosan S.A. Indústria e Comércio	17.073	5.579	18.410	5.590
Nova América Agrícola Caarapó Ltda.	-	-	19.299	17.963
Propriedades Agrícola Radar e suas controladas	12.431	4.336	12.431	4.336
Nova América Agrícola Ltda.	-	-	9.172	26.077
Grupo Rumo / ALL	8.117	18.975	8.250	21.134
Raízen Combustíveis e suas controladas	3.760	29.907	4.984	50.894
Cosan Lubrificantes e Especialidades	2.577	3.575	3.162	4.657
Comgás Companhia de Gás de São Paulo	309	3.644	309	3.644
Nova America Terras Ltda.	-	-	616	1.054
Iogen Energy Corporation	107	4.511	107	4.511
Agrícola Ponte Alta Ltda.	5.784	-	-	-
Bioenergia Barra Ltda. e suas controladas	3.933	3.892	-	-
Raízen Paraguai Ltda.	2.897	10.782	-	-
Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda.	1.165	3.063	-	-
Raízen Tarumã Ltda.	-	6.543	-	-
Outros	4.819	8.811	1.017	22.852
	<u>62.972</u>	<u>103.618</u>	<u>95.325</u>	<u>206.437</u>
Operações financeiras (4)				
Raízen Fuels Finance S.A.	1.203.365	-	-	-
Raízen Luxembourg S.A.	-	1.348.865	-	-
Raízen Energy Finance Limited	-	735.962	-	-
Outros	5.322	9.672	5.322	9.672
	<u>1.208.687</u>	<u>2.094.499</u>	<u>5.322</u>	<u>9.672</u>
Reestruturação societária (5)				
Logum Logística S.A.	61.457	-	61.457	-
Uniduto Logística S.A.	14.281	-	14.281	-
Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	-	593	-	609
	<u>75.738</u>	<u>593</u>	<u>75.738</u>	<u>609</u>
Operações Framework (6)				
Cosan S.A. Indústria e Comércio	677.629	947.386	793.283	1.059.048
Ações preferenciais (7)				
Cosan S.A. Indústria e Comércio	60.008	89.762	60.008	89.762
Shell Brazil Holding B.V.	-	3.538	-	3.538
	<u>60.008</u>	<u>93.300</u>	<u>60.008</u>	<u>93.300</u>
	2.251.158	3.311.070	1.126.258	1.369.379
Passivo circulante	<u>(360.739)</u>	<u>(957.163)</u>	<u>(325.168)</u>	<u>(256.300)</u>
Passivo não circulante	<u>1.890.419</u>	<u>2.353.907</u>	<u>801.090</u>	<u>1.113.079</u>

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(1) Gestão de recursos

Em 31 de março de 2017, os montantes registrados no ativo de R\$ 347.446 e R\$ 339.404 (R\$ 557.034 e R\$ 12.114 em 2016), Controladora e Consolidado, respectivamente, referem-se a recursos disponibilizados às sociedades como forma de gestão de recursos financeiros. Sobre essas operações, a Companhia registrou receitas financeiras no montante de R\$ 19.044 e R\$ 12.420 (R\$ 186.146 e R\$ 52.299 em 2016) Controladora e Consolidado, respectivamente, em função da administração financeira de caixa, nos termos do contrato de gestão de recursos. A redução no saldo da Controladora durante o exercício, está substancialmente relacionado ao pagamento efetuado pela Tarumã em maio de 2016, devido a incorporação da mesma pela Paraguaçu no montante de R\$ 299.699 e ao pagamento efetuado pela Centroeste no montante de R\$ 209.283.

Em 31 de março de 2017, os montantes registrados no passivo, R\$ 166.124 e R\$ 96.583 (R\$ 71.674 e R\$ 313 em 2016), Controladora e Consolidado, respectivamente, referem-se a recursos recebidos das sociedades como forma de gestão de recursos financeiros. Sobre essas operações, a Companhia registrou despesas financeiras no montante de R\$ 41.212 e R\$ 14.129 (R\$ 96.511 e R\$ 7.058 em 2016), Controladora e Consolidado, respectivamente, em função da administração financeira de caixa, nos termos do contrato de gestão de recursos.

(2) Debêntures

Em 31 de março de 2017, os montantes registrados no ativo de zero e R\$ 206.916 (R\$ 270.567 em 2016), Controladora e Consolidado, respectivamente referem-se às seguintes transações:

i) Em 28 de dezembro de 2016 a Petróleo Sabbá S.A. (“Sabbá”) liquidou com a RESA a debênture privada celebrada em 11 de setembro de 2015, no montante de R\$ 301.372, sendo R\$ 250.000 de principal e R\$ 51.372 de juros.

ii) Também em 28 de dezembro de 2016 foi feita uma nova emissão de debêntures entre Centroeste e a Sabbá, por meio do Instrumento Particular de Escritura da 2ª. emissão de debêntures privada simples da Sabbá, na qual foram emitidas 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, totalizando R\$ 200.000. As debêntures têm prazo de vencimento de cinco anos e seu vencimento ocorrerá em 28 de dezembro de 2021. Sobre o valor principal, incidirá atualização de 110% do CDI. No exercício findo em 31 de março de 2017, a Companhia registrou receitas financeiras no montante de R\$ 6.916.

(3) Operações comerciais

Em 31 de março de 2017, os montantes registrados no ativo de R\$ 289.602 e R\$ 377.234 (R\$ 371.365 e R\$ 185.413 em 2016), Controladora e Consolidado, respectivamente, referem-se a operações comerciais de venda de produtos, tais como: açúcar, etanol e outros materiais, assim como adiantamentos para aquisição de cana e operações de elevação portuária.

Em 31 de março de 2017, os montantes registrados no passivo de R\$ 62.972 e R\$ 95.325 (R\$ 103.618 e R\$ 206.437 em 2016), Controladora e Consolidado, respectivamente, referem-se a operações comerciais de prestação de serviços e compra de produtos tais como: açúcar, cana, óleo diesel e etanol.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(4) Operações financeiras

Em 31 de março de 2017, o montante registrado no ativo consolidado refere-se, principalmente, a contratos de pré pagamento de exportação (“PPE”), no montante de R\$ 2.355.347 (R\$ 1.128.585 em 2016), equivalente a US\$ 569 milhões e € 166 milhões. A variação de R\$ 1.226.762 ocorrida no exercício refere-se:

(i) R\$ 316.900, correspondente a US\$ 100 milhões, PPE que a Raízen Combustíveis liquidou com a Fuels, em 25 de janeiro de 2017;

(ii) R\$1.692.611, correspondente a US\$ 527 milhões, relacionado à reestruturação societária da Fuels, conforme descrito na Nota 27.ii. Os montantes de PPE’s serão liquidados da seguinte forma:

- US\$ 219 milhões em 27 de abril de 2020. Sobre o referido contrato, incidem *Libor* trimestral mais juros anuais de 1,69%, resultando em uma taxa média efetiva de 2,84% ao ano.
- US\$ 350 milhões em 20 de janeiro de 2027. Sobre o referido contrato, incidem juros anuais de 5,49%.
- €66 milhões em 15 de outubro de 2021. Sobre o referido contrato incidem juros anuais pré-fixados de 3,09%.
- €40 milhões em 20 de janeiro de 2022. Sobre o referido contrato incidem juros de Euribor trimestral mais juros anuais de 2,21%, resultando em uma taxa média efetiva de juros de 1,88% ao ano.
- €60 milhões, a ser liquidado em 21 de janeiro de 2022. Sobre o referido contrato incidem juros de Euribor trimestral mais juros anuais de 2,50%, resultando em uma taxa média efetiva de juros de 2,17% ao ano.

Em 31 de março de 2017, os montantes registrados no passivo referem-se substancialmente a contratos de PPE, no montante de R\$ 1.208.687 e R\$ 5.322 (R\$ 2.094.499 e R\$ 9.672 em 2016), Controladora e Consolidado, respectivamente. Em 25 de janeiro de 2017, a Controladora liquidou o montante de R\$ 646.657 equivalente a US\$ 204 milhões, sobre o qual incidiam juros anuais de 7,0%.

O principal saldo remanescente no montante de R\$ 1.203.365, Controladora, equivalente a US\$ 381 milhões, será liquidado da seguinte forma:

- US\$ 231 milhões em 27 de abril de 2020. Sobre o referido contrato incide *Libor* trimestral mais juros anuais de 1,69%, resultando em uma taxa média efetiva de 2,84% ao ano.
- US\$ 150 milhões em 20 janeiro de 2027. Sobre o referido contrato incide *Libor* trimestral mais juros anuais de 1,69%, resultando em uma taxa média efetiva de 2,84% ao ano.

(5) Reestruturação societária

Em 31 de março de 2017, os montantes registrados no passivo, Controladora e Consolidado, referem-se à subscrição de capital que a RESA tem a integralizar com as coligadas Logum Logística S.A. e Uniduto Logística S.A., nos montantes de R\$ 61.457 e R\$ 14.281, respectivamente. O prazo para a integralização de capital é 31 de dezembro de 2017.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(6) Operações contratuais (*framework agreement*)

Em 31 de março de 2017, os montantes registrados no ativo e passivo referem-se a valores gastos ou a pagar, totalmente reembolsáveis, em função da formação do Grupo Raízen. As principais variações ocorridas durante o exercício foram:

(i) ativo - RESA e Paraguaçu registraram os saldos recobráveis da Cosan, R\$ 154.182 e R\$ 9.594, respectivamente, relacionados ao reconhecimento de débitos tributários no âmbito do programa de recuperação fiscal - REFIS IV, Lei 11.941/09, aprovado pelo governo brasileiro.

(ii) passivo - Em 28 de dezembro de 2016, a Companhia assinou contrato de cessão de créditos de ações indenizatórias a terceiros no montante de R\$ 140.833, cujo valor de face era R\$ 233.570, tendo recebido e repassado o referido à acionista o mesmo montante em 6 de janeiro de 2017. (Nota 8).

(7) Ações preferenciais

O saldo de ações preferenciais a pagar, registrado no passivo, refere-se a:

- valor de benefícios fiscais a reembolsar à Cosan, quando efetivamente aproveitados pela Companhia, determinado pelos saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (“NOL”) e benefício fiscal sobre amortização de ágio (“GW”) oriundos de anos anteriores à formação do Grupo Raízen.
- valor gerado nas incorporações da Ispagnac Participações Ltda. (“IPL”) pela Raízen Energia Participações S.A. (“REPSA”) e subsequentemente pela Companhia, ocorridas em 30 de novembro de 2012 para o qual foram emitidas ações preferenciais Classe C que garantirão base para dividendos exclusivos à Shell, detentora exclusiva do benefício.

Em AGO, realizada em 29 de julho de 2016, os acionistas da Companhia deliberaram e aprovaram dividendos aos detentores de ações preferenciais no montante de R\$ 2.420, sendo: (i) R\$ 1.332 aos detentores de ações preferenciais classe B, a ser creditado integralmente à acionista Cosan; e (ii) R\$ 7 e R\$ 1.081, aos detentores de ações preferenciais classe C e D, respectivamente, a ser creditado à acionista Shell. Todos os pagamentos foram realizados em 28 de setembro de 2016.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017 a Companhia destinou como dividendos todo o montante em aberto de ações preferenciais Classe C, pertencente à acionista Shell, a serem pagos durante o exercício a findar em 31 de março de 2018, no montante de R\$ 3.531. Adicionalmente, a Companhia propôs destinação de R\$ 28.422 de dividendos aos detentores de ações preferenciais Classe B a pagar à Cosan.

A redução no saldo refere-se a destinações de dividendos durante o exercício findo em 31 de março de 2017 e 2016, conforme Notas 18.a e 18.b.

(8) Exposição cambial

Em 31 de março de 2017, os montantes líquidos registrados com partes relacionadas que apresentaram exposição cambial correspondem à (R\$ 1.002.032) e R\$ 2.483.722 [(R\$ 1.807.357) e R\$ 1.083.422 em 2016], Controladora e Consolidado, respectivamente.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Resumo das transações com partes relacionadas (4)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Venda de produtos				
Raízen International Universal	3.531.136	2.093.316	-	-
Raízen Combustíveis S.A. e suas controladas	465.590	439.097	2.016.786	1.238.434
Raízen Trading LLP. e controladas	458.157	285.171	-	-
Shell Trading US Company	-	-	154.278	67.728
Philippinas Shell Petroleum	-	-	86.081	99.736
Raízen Tarumã Ltda.	1.342	44.917	-	-
Outros	27.224	23.710	7.254	54.534
	<u>4.483.449</u>	<u>2.886.211</u>	<u>2.264.399</u>	<u>1.460.432</u>
Compra de mercadorias e serviços				
Shell Trading US Company	-	-	(621.445)	-
Raízen Combustíveis S.A. e suas controladas	(439.199)	(414.955)	(499.023)	(474.626)
Grupo Rumo / ALL (i)	(323.027)	(304.076)	(355.845)	(352.144)
Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda.	(61.328)	(32.955)	-	-
Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	(24.281)	(24.694)	-	-
Raízen Paraguacu Ltda.	(15.374)	(97.365)	-	-
Agroterenas S.A.	-	-	(279.953)	(248.133)
Nova América Agrícola Caarapó Ltda.	-	-	(199.587)	(110.230)
Nova América Agrícola Ltda.	-	-	(160.919)	(182.914)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	(18.430)	(18.927)	(22.978)	(24.137)
Outros	(50.351)	(72.934)	(62.129)	(13.831)
	<u>(931.990)</u>	<u>(965.906)</u>	<u>(2.201.879)</u>	<u>(1.406.015)</u>
Recobrança de despesas compartilhadas (1)				
Raízen Combustíveis S.A. e suas controladas	148.270	125.489	148.270	125.488
Companhia de Gás de São Paulo	31.104	26.264	31.104	26.264
Grupo Rumo / ALL (i)	27.375	13.380	27.375	13.380
Raízen Centroeste Açúcar e Álcool Ltda.	7.537	7.539	-	-
Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda.	6.015	5.399	-	-
Cosan S.A. Indústria e Comércio	4.335	3.954	4.335	3.954
Raízen Tarumã Ltda.	2.330	23.888	-	-
Outros	47.816	22.486	9.900	7.688
	<u>274.782</u>	<u>228.399</u>	<u>220.984</u>	<u>176.774</u>
Arrendamento de terras (2)				
Grupo Radar (iii)	(83.480)	(60.177)	(83.480)	(60.177)
Grupo Aguassanta (ii)	(27.063)	(26.803)	(27.063)	(26.803)
Grupo Tellus	(25.116)	(16.232)	(25.116)	(16.232)
Grupo Janus	(16.491)	(7.636)	(16.491)	(7.636)
	<u>(152.150)</u>	<u>(110.848)</u>	<u>(152.150)</u>	<u>(110.848)</u>
Resultado financeiro, líquido (3)				
Raízen Luxembourg S.A.	107.114	(162.192)	-	-
Raízen Energy Finance Limited	43.562	(256.434)	-	-
Raízen Combustíveis S.A. e suas controladas	31.375	(164.228)	19.992	(28.100)
Raízen International Universal	(55.922)	(66.281)	-	-
Raízen Centroeste Açúcar e Álcool Ltda.	(6.090)	(26.129)	-	-
Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda.	(3.455)	(14.970)	-	-
Shell Finance B.V.	(3.970)	(5.478)	(3.970)	(5.478)
Agroterenas S.A.	-	-	3.148	3.397
Nova América Agrícola Caarapó Ltda.	-	-	10.299	9.318
Raízen Tarumã Ltda.	3.264	94.608	-	-
Raízen Trading LLP.	(8.791)	11.956	-	-
Outros	(13.398)	(11.531)	(3.523)	(2.125)
	<u>93.689</u>	<u>(600.679)</u>	<u>25.946</u>	<u>(22.988)</u>

- (i) O termo Grupo Rumo refere-se às operações ferroviárias e portuárias representado pelas sociedades Rumo Logística Operadora Multimodal S.A., ALL - América Latina Logística S.A. e Logisport Armazéns Gerais S.A..
- (ii) O termo Grupo Aguassanta refere-se às operações de arrendamento de terras para cultivo de cana-de-açúcar junto às sociedades Aguassanta Agrícola Ltda., Aguassanta Participações S.A., Palermo Agrícola S.A. e Vila Santa Empreendimentos Imobiliários Ltda.
- (iii) O termo Grupo Radar refere-se às operações de arrendamento de terras para cultivo de cana-de-açúcar, sendo que as principais sociedades do grupo são Radar Propriedades Agrícolas S.A., Nova Agrícola Ponte Alta S.A., Nova Amaralina S.A., Terras da Ponte Alta, Nova Santa Barbara Agrícola S.A., Radar II Propriedades Agrícolas S.A., Vale da Ponte Alta S.A., Proud Participações S.A. e Bioinvestments Negócios S.A..

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (1) Gastos com o compartilhamento dos custos corporativos, gerenciais e operacionais recobrados das partes relacionadas;
- (2) Gastos com arrendamento de terras com partes relacionadas fora do Grupo Raízen;
- (3) Refere-se principalmente aos encargos gerados entre as referidas sociedades como forma de gestão de recursos financeiros, em função da administração financeira de caixa e contrato de PPE.
- (4) As transações com partes relacionadas são celebradas em condições razoáveis e cumulativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

c) Resumo dos saldos restituíveis e recobráveis da acionista Cosan

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo Circulante				
Outros ativos financeiros (Nota 8)	11.048	10.028	11.048	10.028
Outros créditos (i)	34.665	22.803	41.153	28.309
	<u>45.713</u>	<u>32.831</u>	<u>52.201</u>	<u>38.337</u>
Ativo não circulante				
Depósitos judiciais (Nota 16)	85.328	76.334	192.570	178.608
Outros ativos financeiros (Nota 8)	485.731	816.205	485.731	818.222
Outros créditos (i)	60.857	22.016	62.781	23.881
	<u>631.916</u>	<u>914.555</u>	<u>741.082</u>	<u>1.020.711</u>
Total do ativo	<u>677.629</u>	<u>947.386</u>	<u>793.283</u>	<u>1.059.048</u>
Passivo circulante				
Tributos a pagar	23	21	2.939	3.491
Outras obrigações (ii)	123.780	109.563	136.374	120.777
	<u>123.803</u>	<u>109.584</u>	<u>139.313</u>	<u>124.268</u>
Passivo não circulante				
Tributos a pagar (ii)	157.383	140	169.747	4.379
Provisão para demandas judiciais (Nota 16)	154.620	157.236	178.987	181.392
	<u>312.003</u>	<u>157.376</u>	<u>348.734</u>	<u>185.771</u>
Total do passivo	<u>435.806</u>	<u>266.960</u>	<u>488.047</u>	<u>310.039</u>

(i) Refere-se substancialmente a despesas jurídicas a receber do acionista.

(ii) Refere-se substancialmente a créditos tributários a reembolsar ao acionista.

d) Outras informações significativas envolvendo partes relacionadas

Committed Back-up Credit Facility Agreement

A Companhia é beneficiária de um contrato de linha de crédito *Revolving* (“*Committed Back-up Credit Facility Agreement*”) de US\$ 700 milhões concedido pela Shell Finance (Netherlands) B.V. e Cosan S.A. Indústria e Comércio. Até o término do exercício findo em 31 de março de 2017, a referida linha não foi utilizada.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

e) Diretores e membros do Conselho de Administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave, incluindo diretores estatutários e membros do Conselho de Administração, está registrada no resultado do exercício como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração regular	(46.983)	(42.362)
Bônus e outras remunerações variáveis	<u>(45.207)</u>	<u>(63.461)</u>
Total da remuneração	<u><u>(92.190)</u></u>	<u><u>(105.823)</u></u>

A Companhia compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais com sua parte relacionada Raízen Combustíveis S.A. (“RCSA”). O pessoal-chave da administração e demais posições administrativas são compostas, em sua maioria, por empregados da própria Companhia. Dessa forma, em 31 de março de 2017, a RCSA reembolsou à Companhia por toda estrutura compartilhada, incluindo pessoal-chave e demais empregados da administração, o montante de R\$ 71.909 (R\$ 55.868 em 2016).

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

a) Controladora

	País	Negócio	Percentual de participação	2017	Investimentos (1)		Equivalência patrimonial	
					2016 (Reapresentado)	1º de abril de 2015 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
<u>Valor contábil</u>								
Agrícola Ponte Alta Ltda.	Brasil	Comércio de etanol	91,21%	956.282	869.307	792.932	93.926	76.533
Benálcool Açúcar e Álcool Ltda.	Brasil	Holdings	99,99%	212.504	46.832	20.868	129.420	9.907
Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	Brasil	P&D	19,04%	105.145	86.024	68.574	4.105	1.795
Raízen Caarapó Açúcar e Álcool Ltda.	Brasil	Usina de açúcar e etanol	31,48%	199.188	176.735	-	22.629	11.364
Raízen Centroeste Açúcar e Álcool Ltda.	Brasil	Usina de etanol	47,37%	872.794	784.459	784.423	88.847	76.978
Logum Logística S.A. (9)	Brasil	Logística	21,28%	62.906	53.687	64.370	(35.074)	(46.829)
Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda. (3)	Brasil	Usina de açúcar e etanol	99,99%	799.979	737.520	700.029	56.087	37.494
Raízen Luxembourg S.A. (7)	Luxemburgo	Financiamento	100,00%	-	3.900	1.012	1.137	2.812
Raízen Fuels Finance S.A. (8)	Luxemburgo	Financiamento	100,00%	30.475	-	-	14.870	-
Raízen International Universal Corporation	Ilhas Virgens Britânicas	Comércio de açúcar	100,00%	-	-	19.142	-	(13.511)
Raízen Energy Finance Ltd.	Ilhas Cayman	Financiamento	100,00%	31.055	37.741	38.441	(2.654)	(5.003)
Raízen Paraguaçu Ltda. (3) (5)	Brasil	Usina de açúcar e etanol	99,99%	844.851	-	-	150.755	-
Raízen Tarumã Ltda. (3) (4)	Brasil	Usina de açúcar e etanol	99,99%	-	697.235	579.887	19.968	131.497
TEAS - Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda.	Brasil	Terminal portuário	99,99%	109.958	106.432	68.975	3.561	37.816
Bionergia Barra Ltda.	Brasil	Cogeração de energia	99,99%	999.092	758.637	425.111	242.952	259.057
Uniduto Logística S.A. (6)	Brasil	Logística	46,48%	15.773	12.740	30.587	(38.783)	(25.514)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(2.757)
Subtotal				5.240.002	4.371.249	3.594.351	751.746	551.639
<u>Ágio sobre investimento</u>								
Na Benálcool Açúcar e Álcool Ltda.			99,99%	49.202	49.202	49.202	-	-
Na Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda.			99,99%	197.013	197.013	197.013	-	-
Na Raízen Tarumã Ltda.			99,99%	92.379	92.379	92.379	-	-
Na Uniduto Logística S.A.			46,48%	5.676	5.676	5.676	-	-
No Centro de Tecnologia Canavieira S.A.			19,04%	45.514	43.463	41.379	-	-
Subtotal				389.784	387.733	385.649	-	-
Total do investimento				5.629.786	4.758.982	3.980.000	751.746	551.639
<u>Provisão para patrimônio líquido negativo em controladas e coligadas (2)</u>								
Raízen International Universal Corporation	Ilhas Virgens Britânicas	Comércio de etanol e açúcar	100,00%	(38.888)	(43.205)	-	(884)	(56.150)
Unimodal Ltda.	Brasil	Logística	53,17%	(1.923)	(1.923)	(1.923)	-	-
Outros	Brasil	-	-	(2)	(2)	(1)	-	-
Total da provisão para patrimônio líquido negativo				(40.813)	(45.130)	(1.924)	(884)	(56.150)
							750.862	495.489

(1) Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial; (2) Classificado no passivo não circulante, na rubrica "Outras obrigações"; (3) Em 31 de março de 2017, os saldos dos investimentos incluem parcela alocada de mais valia gerados na incorporação da Curupay e na aquisição da Usina Zanin, nos montantes de R\$ 115.251 e R\$ 55.391 (negativo) (R\$ 124.868 e R\$ 49.971 (negativo) em 2016), respectivamente. As amortizações das mais valias das referidas alocações, classificadas na Controladora como resultado da equivalência patrimonial, totalizaram R\$ 9.616 e R\$ 5.600 (R\$ 11.205 e R\$ 7.278 em 2016), respectivamente.; (4) Empresa incorporada pela Paraguaçu em 1º de junho de 2016; (5) Participação adquirida após incorporação da Tarumã, maiores detalhes vide Nota 27; (6) Em 31 de março de 2017, o saldo do investimento inclui o montante de R\$ 14.281 (zero em 2016) referente a aporte de capital, conforme Nota 9a.5; (7) Empresa incorporada em 15 de setembro de 2016 pela Fuels, maiores detalhes vide Nota 27.1.ii; (8) Empresa adquirida em 29 de julho de 2016, maiores detalhes vide Nota 27.1.ii; e (9) Em 31 de março de 2017, inclui perda estimada por *impairment* no investimento, vide Nota 10.d.ii.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Consolidado

	País	Negócio	Percentual de participação	Investimentos (1)		Equivalência patrimonial	
				2017	2016	2017	2016
<u>Valor contábil</u>							
Centro de Tecnologia Canaveira S.A.	Brasil	P&D	19,58%	108.128	88.483	4.222	1.840
Logum Logística S.A. (4)	Brasil	Logística	21,28%	62.906	53.687	(35.074)	(46.829)
Uniduto Logística S.A. (3)	Brasil	Logística	46,48%	15.773	12.740	(38.783)	(25.514)
Outros	-	-	-	-	-	-	(2.757)
Subtotal				186.807	154.910	(69.635)	(73.260)
<u>Ágio sobre investimento (2)</u>							
Na Uniduto Logística S.A.			46,48%	5.676	5.676	-	-
No Centro de Tecnologia Canaveira S.A.			19,58%	51.946	49.839	-	-
Subtotal				57.622	55.515	-	-
Total do investimento				244.429	210.425	(69.635)	(73.260)

(1) Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial; (2) Ágio na aquisição e transferência de ações; (3) Em 31 de março de 2017, o saldo do investimento inclui o montante de R\$ 14.281 (zero em 2016) referente a aporte de capital, conforme Nota 9a.5; e (4) Em 31 de março de 2017, incluiu perda estimada por *impairment* no investimento, vide Nota 10.d.ii.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da participação em controladas e coligadas:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de março de 2015 (Reapresentado)	<u>3.980.000</u>	<u>210.586</u>
Equivalência patrimonial	551.639	(73.260)
Adições ao investimento	217.965	48.914
Ágio sobre investimento	2.084	8.458
Transferências - patrimônio líquido negativo	(7.928)	-
Dividendos declarados	(6.762)	-
Ganho de capital por diluição de participação societária	15.121	15.583
Outras	6.863	144
Saldo em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	<u>4.758.982</u>	<u>210.425</u>
Equivalência patrimonial	751.746	(69.635)
Adições ao investimento (Nota 10.d.i)	286.438	219.838
Baixa (Nota 27.1.ii)	(4.555)	-
Perda estimada por impairment no investimento (Nota 10.d.ii)	(131.792)	(131.792)
Dividendos declarados	(43.890)	-
Ganho de capital por diluição de participação societária (Nota 10.d.i)	14.312	14.697
Outras	(1.455)	896
Saldo em 31 de março de 2017	<u>5.629.786</u>	<u>244.429</u>

Movimentação da provisão para patrimônio líquido negativo em controladas e coligadas:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de março de 2015	<u>(1.924)</u>	<u>(2.653)</u>
Equivalência patrimonial	(56.150)	-
Adição de consolidação - controle obtido sobre a Unimodal Ltda.	-	2.653
Efeito de conversão de moeda estrangeira - CTA	5.016	-
Transferências e reclassificações	7.928	-
Saldo em 31 de março de 2016	<u>(45.130)</u>	<u>-</u>
Equivalência patrimonial	(884)	-
Efeito de conversão de moeda estrangeira - CTA	5.201	-
Saldo em 31 de março de 2017	<u>(40.813)</u>	<u>-</u>

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Informações financeiras resumidas das coligadas, considerando ajustes para equivalência patrimonial, quando aplicável.

- Em 31 de março de 2017

	Logum Logística S.A. (1)/(2)	Uniduto Logística Ltda. (1)/(2)	Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (2)/(4)	Iogen Energy Corporation (3)
Ativo	2.603.854	32.818	824.612	29.855
Passivo	(1.689.053)	(30.791)	(272.381)	(248.287)
Patrimônio líquido	<u>914.801</u>	<u>2.027</u>	<u>552.231</u>	<u>(218.432)</u>
Receita operacional líquida	123.871	-	120.917	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(162.633)	(83.387)	20.945	(1.505)

- Em 31 de março de 2016

	Logum Logística S.A. (1)/(2)	Uniduto Logística Ltda. (1)/(2)	Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (2)/(4)	Iogen Energy Corporation (3)
Ativo	2.505.051	29.436	695.961	39.950
Passivo	(2.236.615)	(3.068)	(265.120)	(293.184)
Patrimônio líquido	<u>268.436</u>	<u>26.368</u>	<u>430.841</u>	<u>(253.234)</u>
Receita operacional líquida	120.041	-	78.332	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(234.147)	(55.943)	3.021	(4.972)

- O exercício social destas investidas encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.
- A definição da influência significativa nestas sociedades se dá, principalmente, pelo direito da Companhia em eleger pessoas-chave na administração das mesmas, bem como no direito de decisão em assuntos estratégicos e operacionais relevantes das mesmas.
- Sociedade de controle compartilhado na qual a Companhia participa em 50% das ações ordinárias, cujo exercício social encerra-se em 31 de agosto de cada ano. A Companhia não constituiu perda estimada de perdas de equivalência patrimonial, uma vez que a mesma não possui responsabilidade sobre obrigações legais ou construtivas (não formalizada) de fazer pagamentos por conta dessa sociedade.
- Exercício findo em 31 de março de cada ano.

d) Transações ocorridas em 2017

i) Adições ao investimento

Aumento de capital na Logum Logística S.A. (“Logum”)

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, foram deliberados, aprovados e subscritos aumentos de capital da sociedade no montante de R\$ 809.000. Os valores subscritos pela Companhia nestas operações totalizaram R\$ 176.086, dos quais R\$ 114.629 foram integralizados em espécie e os R\$ 61.457 registrados como capital a integralizar, na rubrica “Partes relacionadas”, no passivo circulante, devendo ser integralizado até 31 de dezembro de 2017.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao final desta operação, a Companhia passou a deter 21,28% e 26,23% de participação direta e indireta, respectivamente, na Logum (20% e 24,65% em 2016).

Aumento de capital na Uniduto Logística S.A. (“Uniduto”)

A Uniduto é acionista da Logum e se obrigou através de compromissos previstos no Acordo de Acionistas e nos boletins de subscrições de aumentos de capital da Logum, a integralizar o montante de R\$ 88.043, durante o exercício findo em 31 de março de 2017.

A RESA subscreveu nestas operações o montante de R\$ 40.922, dos quais R\$ 26.641 foram integralizados em espécie e os R\$ 14.281 registrados como capital a integralizar, na rubrica “Partes relacionadas”, no passivo circulante, devendo ser integralizado até 31 de dezembro de 2017.

Não ocorreu variação no percentual de participação no capital social dessa investida, uma vez que todos os acionistas efetuaram aportes na proporção de sua participação detida anteriormente.

Aumento de capital na Fuels

Em 29 de julho de 2016, a Companhia adquiriu através de reestruturação societária sob controle comum a participação de 96,11% na Fuels através de sua controlada Luxembourg no montante de R\$ 4.555. Esta operação foi realizada a valor de livros e gerou perda de capital no montante de R\$ 38, contabilizado na rubrica “Reserva de capital”.

Em 15 de setembro de 2016, a Companhia adquiriu da RCSA a participação restante de 3,89% pelo montante de R\$ 274. Para maiores detalhes, vide Nota 27.ii.a.

Em 17 de março de 2017, efetuou aporte de capital nesta controlada no montante de R\$ 10.885, correspondente a US\$ 3.502 mil, totalmente subscrito e integralizado.

Aumento de capital na Benálcool Açúcar e Álcool Ltda.

Em 19 de maio de 2016, a Companhia efetuou aporte de capital nesta controlada no montante de R\$ 51.000, totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional.

Centro de Tecnologia Canavieira (“CTC”)

a) Aumento de capital

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2016, foi deliberado e aprovado pelos membros do Conselho de Administração do CTC, aumento de capital no montante de R\$ 98.802, mediante a emissão de 41.869 novas ações ordinárias. O valor subscrito e integralizado pela Companhia nesta operação totalizou R\$ 2.754, correspondentes a 1.157 ações ordinárias. Dessa forma a Companhia, reconheceu investimento e ágio no montante de R\$ 704 e R\$ 2.050, respectivamente, na rubrica Investimentos.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme previsto no contrato de promessa de subscrição de ações do CTC celebrado entre as acionistas integrantes do bloco de controle do CTC e o BNDESPar, nesta operação a Companhia e demais acionistas cederam 89,83% de seus direitos de preferência na subscrição de ações do CTC para o BNDES. Dessa forma, seu percentual de participação no capital social desta investida passou de 19,93% para 19,04%, gerando um ganho de capital por diluição de participação societária no montante de R\$ 14.312, registrado na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 22).

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, foi integralizado o montante de R\$ 593 e R\$ 609, Controladora e Consolidado, respectivamente, de acordo com a Reunião do Conselho em 24 de fevereiro de 2016.

b) Aumento de capital pela controlada Paraguaçu

No aumento de capital do CTC em 12 de dezembro de 2016, conforme demonstrado acima, a Paraguaçu subscreveu e integralizou R\$ 76, correspondentes a 32 ações ordinárias. Dessa forma a Paraguaçu, reconheceu o investimento e ágio no valor de R\$ 19 e R\$ 57, respectivamente na rubrica de Investimentos.

Com base na cessão do direito de preferência de subscrição de ações do CTC, também mencionada acima, a Paraguaçu passou de 0,57% para 0,54% sua participação no capital social do CTC, gerando um ganho de capital por diluição de participação societária no montante de R\$ 385, registrado na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 22).

Aumento de capital na Agrícola Ponte Alta pela controlada Raízen Araraquara

Em 20 de dezembro de 2016 a controlada Araraquara subscreveu 80.000.000 novas quotas emitidas no montante de R\$ 80.000, as quais foram integralizadas em 2 de fevereiro de 2017. A Companhia renunciou ao seu direito de subscrição, passando a deter 91,21% de participação societária na Agrícola Ponte Alta, enquanto a Raízen Araraquara, passou a deter 8,79%.

ii) Análise de perda ao valor recuperável do investimento

Consoante ao teste contábil de recuperabilidade do investimento na Logum à luz do IAS 36 (CPC 01) - Redução ao valor recuperável de ativos e IAS 28 (CPC 18) - Investimentos em Coligada e Controlada, em 31 de março de 2017, a Companhia reconheceu perda estimada por *impairment* no investimento da Logum no montante de R\$ 162.384, sendo R\$ 131.792 no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquida” (Nota 22), referente a participação direta de 21,3% na Logum e R\$ 30.592 no resultado de equivalência patrimonial, referente a participação indireta de 4,9% da RESA na Logum via Uniduto.

A infraestrutura atual do projeto Logum funciona como a espinha dorsal das próximas fases do business plan, o que aumentará os volumes à medida que o sistema ganhe capilaridade, conectando produtores e consumidores de etanol. Entretanto, para o teste contábil de 31 de março de 2017, julgamos como apropriado utilizar somente o fluxo de caixa da fase atual do projeto, líquido das dívidas financeiras, sem considerar as etapas futuras bem como sinergias que poderão ser geradas no futuro. À medida que investimentos forem feitos em novas fases do projeto, o teste contábil será refeito, podendo indicar estorno da provisão ora reconhecida.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras 31 de março de 2017**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Transações ocorridas em 2016

(i) Adições ao investimento

Aumento de capital na Raízen Caarapó Açúcar e Álcool Ltda. (“Caarapó”)

Em 30 de outubro de 2015, a Companhia aportou capital na controlada indireta Caarapó por meio da subscrição de 155.000.000 de novas quotas, no valor de R\$ 155.000, conforme descrito no Instrumento Particular de 2ª Alteração do Contrato Social da Sociedade. Assim, a Companhia passou a deter 31,48% de participação societária na Caarapó, enquanto a Raízen Tarumã, controlada da Companhia, passou a deter 68,52%. Neste mesmo instrumento, foi formalizada a saída da Raízen Araraquara como sócia da Caarapó, por meio da venda de sua única quota para a Companhia no valor nominal de R\$ 1,00.

Aumento de capital na Logum Logística S.A. (“Logum”)

Durante o exercício findo em 31 de março de 2016, foram deliberados e aprovados aumentos de capital da sociedade no montante de R\$ 180.000, mediante aporte em espécie. Os valores subscritos e integralizados pela Companhia nestas operações totalizaram R\$ 36.000.

Não ocorreu variação no percentual de participação no capital social dessa investida, uma vez que todos os acionistas efetuaram aportes na proporção de sua participação detida anteriormente.

Aumento de capital na Uniduto Logística S.A. (“Uniduto”)

Durante o exercício findo em 31 de março de 2016, foram deliberados e aprovados aumentos de capital da sociedade no montante de R\$ 16.500, mediante aporte em espécie. Os valores subscritos e integralizados pela Companhia nestas operações totalizaram R\$ 7.668.

Não ocorreu variação no percentual de participação no capital social dessa investida, uma vez que todos os acionistas efetuaram aportes na proporção de sua participação detida anteriormente.

Aumento de capital na Benálcool Açúcar e Álcool Ltda.

Em 09 de abril de 2015, a Companhia efetuou aporte de capital nesta controlada no montante de R\$ 16.000, totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional.

Centro de Tecnologia Canavieira (“CTC”)

i) Transferência de ações

Em 13 de abril de 2015, a controlada Raízen Tarumã recebeu da empresa Sabarácool S.A. - Açúcar e Álcool a transferência de 4.236 ações do CTC, avaliadas em R\$ 8.250, como parte do pagamento da dívida que a mesma mantinha junto a Raízen Tarumã, passando a deter participação no capital social do CTC de 0,5899%. Dessa forma, a Raízen Tarumã, reconheceu pelo método de equivalência patrimonial, investimento e ágio no valor de R\$ 1.933 e R\$ 6.317, respectivamente, na rubrica Investimentos.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao final desta operação, a Companhia passou a deter direta e indiretamente participação no capital social do CTC de 21,52%.

ii) Aumento de capital

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2016, foi deliberado e aprovado pelos acionistas do CTC, aumento de capital no montante de R\$ 94.589, mediante a emissão de 41.869 novas ações ordinárias. O valor subscrito pela Companhia nesta operação totalizou R\$ 2.624, correspondentes a 1.151 ações ordinárias, sendo o montante de R\$ 2.031 integralizado em 28 de março de 2016 e R\$ 593 integralizado em 1º de abril de 2016. Dessa forma a Companhia, reconheceu investimento e ágio no montante de R\$ 540 e R\$ 2.084, respectivamente, na rubrica Investimentos.

Conforme previsto no acordo de acionistas do CTC, nesta operação a Empresa e demais acionistas cederam 89,83% de seus direitos de preferência na subscrição de ações do CTC. Dessa forma, seu percentual de participação no capital social nesta investida passou de 20,93% para 19,93%, gerando um ganho de capital por diluição de participação societária no montante de R\$ 15.121, registrado na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 22).

iii) Aumento de capital pela controlada Raízen Tarumã

No aumento de capital do CTC em 24 de fevereiro de 2016, conforme demonstrado em ii), acima, a Tarumã subscreveu R\$ 73, correspondentes a 32 ações ordinárias, sendo o montante de R\$ 57 integralizado em 28 de março de 2016 e R\$ 16 integralizado em 1º de abril de 2016. Dessa forma a Tarumã, reconheceu o investimento e ágio no valor de R\$ 16 e R\$ 57, respectivamente na rubrica de Investimentos.

Com base na cessão do direito de preferência de subscrição de ações do CTC, também mencionada acima em ii), a Tarumã passou de 0,59% para 0,57% sua participação no capital social do CTC, gerando um ganho de capital por diluição de participação societária no montante de R\$ 462, registrado na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 22).

Aumento de capital na Iogen Energy Corporation

Em 8 de março de 2016, a Companhia efetuou aporte de capital nesta coligada no montante de R\$ 2.757, correspondente a CAD 1.000, totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

a) Controladora

	Terrenos e propriedades rurais	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Aeronaves, embarcações e veículos	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Obras em andamento	Peças e componentes de substituição frequente	Plantio de cana	Outras	Total
Custo:										
Em 1º de abril de 2015 (Reapresentado)	9.329	617.415	3.478.259	433.022	112.238	446.274	862.997	3.196.934	20.675	9.177.143
Adições (1)	-	-	13.564	2.408	270	246.835	407.880	224.006	-	894.963
Baixas	-	(132)	(34.702)	(16.142)	(2.300)	-	-	-	(1)	(53.277)
Transferência entre custo e depreciação	-	-	-	-	-	-	(455.765)	-	-	(455.765)
Transferências	-	67.893	312.123	34.638	18.172	(444.893)	-	26.618	578	15.129
Perda estimada (3)	-	-	1.668	(3)	(168)	-	-	-	-	1.497
Em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	9.329	685.176	3.770.912	453.923	128.212	248.216	815.112	3.447.558	21.252	9.579.690
Adições (1)	-	641	13.250	10.763	394	288.389	481.920	288.885	-	1.084.242
Baixas	-	(34)	(61.509)	(19.736)	(2.379)	-	-	-	(1.587)	(85.245)
Transferência entre custo e depreciação	-	-	-	-	-	-	(480.476)	-	-	(480.476)
Transferências (2)	-	26.778	166.944	35.195	20.265	(260.498)	-	-	46	(11.270)
Perda estimada (3)	-	(33)	(19.166)	(206)	(678)	-	-	-	-	(20.083)
Em 31 de março de 2017	9.329	712.528	3.870.431	479.939	145.814	276.107	816.556	3.736.443	19.711	10.066.858
Depreciação acumulada:										
Em 1º de abril de 2015 (Reapresentado)	-	(191.437)	(1.195.965)	(187.200)	(68.009)	-	(455.765)	(2.025.603)	(20.503)	(4.144.482)
Despesa de depreciação no exercício	-	(19.475)	(176.828)	(27.932)	(13.467)	-	(480.476)	(345.859)	(186)	(1.064.223)
Baixas	-	117	30.125	13.283	1.964	-	-	-	1	45.490
Transferência entre custo e depreciação	-	-	-	-	-	-	455.765	-	-	455.765
Transferências	-	(138)	3.815	(3.415)	(262)	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	-	(210.933)	(1.338.853)	(205.264)	(79.774)	-	(480.476)	(2.371.462)	(20.688)	(4.707.450)
Despesa de depreciação no exercício	-	(22.998)	(183.418)	(25.543)	(15.043)	-	(343.417)	(363.632)	(320)	(954.371)
Baixas	-	34	52.717	14.694	2.254	-	-	(4.273)	1.588	67.014
Transferência entre custo e depreciação	-	-	-	-	-	-	480.476	-	-	480.476
Transferências (2)	-	(258)	4.825	(4.525)	380	-	-	-	16	438
Em 31 de março de 2017	-	(234.155)	(1.464.729)	(220.638)	(92.183)	-	(343.417)	(2.739.367)	(19.404)	(5.113.893)
Valor residual líquido:										
Em 31 de março de 2017	9.329	478.373	2.405.702	259.301	53.631	276.107	473.139	997.076	307	4.952.965
Em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	9.329	474.243	2.432.059	248.659	48.438	248.216	334.636	1.076.096	564	4.872.240
Em 1º de abril de 2015 (Reapresentado)	9.329	425.978	2.282.294	245.822	44.229	446.274	407.232	1.171.331	172	5.032.661

(1) Em 31 de março de 2017 as referidas adições incluem o montante de R\$ 39.360 (36.645 em 2016), decorrentes de depreciação e amortização de ativos da área agrícola que fazem parte do custo do imobilizado.

(2) Em 31 de março de 2017 refere-se às transferências do intangível, correspondentes a licença de *software* principalmente. Em 31 de março de 2016 incluía transferência do ativo circulante, no montante de R\$ 1.102, referente a créditos de ICMS não recuperáveis e transferência para o Intangível, no montante de R\$ 12.591, correspondentes a licença de *software*.

(3) Refere-se à perda líquida estimada de ativos imobilizado, reconhecida no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquida" (Nota 22).

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Terrenos e propriedades rurais	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Aeronaves, embarcações e veículos	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Obras em andamento	Peças e componentes de substituição frequente	Plantio de cana	Outras	Total
Custo:										
Em 1º de abril de 2015 (Reapresentado)	35.211	1.062.302	7.273.719	533.766	134.983	898.734	1.118.980	3.774.268	40.406	14.872.369
Adições (1)	-	-	26.667	2.699	279	441.406	528.873	249.478	-	1.249.402
Baixas	-	(133)	(62.895)	(17.715)	(2.074)	-	-	-	(1)	(82.818)
Transferência entre custo e depreciação	-	-	-	-	-	-	(596.376)	-	-	(596.376)
Transferências	-	188.479	485.431	35.449	23.423	(743.961)	-	26.618	638	16.077
Perda estimada (3)	-	-	1.659	(4)	(174)	388	-	-	-	1.869
Outros	-	-	-	-	132	-	-	-	-	132
Em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	35.211	1.250.648	7.724.581	554.195	156.569	596.567	1.051.477	4.050.364	41.043	15.460.655
Adições (1)	-	913	23.410	1.402	1.324	456.190	626.859	332.365	-	1.442.463
Baixas	-	(34)	(78.807)	(33.082)	(2.455)	(1.694)	-	-	(1.590)	(117.662)
Transferência entre custo e depreciação	-	-	-	-	-	-	(611.755)	-	-	(611.755)
Transferências (2)	-	51.516	329.683	30.703	21.968	(439.168)	-	-	(6.040)	(11.338)
Perda estimada (3)	-	(33)	(21.317)	(208)	(684)	(2.166)	-	-	-	(24.408)
Outros	-	-	-	-	(122)	-	-	-	-	(122)
Em 31 de março de 2017	35.211	1.303.010	7.977.550	553.010	176.600	609.729	1.066.581	4.382.729	33.413	16.137.833
Depreciação acumulada:										
Em 1º de abril de 2015 (Reapresentado)	-	(286.178)	(2.263.115)	(227.084)	(81.983)	-	(596.376)	(2.409.087)	(28.306)	(5.892.129)
Despesa de depreciação no exercício	-	(32.073)	(345.066)	(34.658)	(16.826)	-	(611.755)	(412.993)	(2.907)	(1.456.278)
Baixas	-	116	39.566	15.895	2.013	-	-	-	1	57.591
Transferência entre custo e depreciação	-	-	-	-	-	-	596.376	-	-	596.376
Transferências	-	(19.590)	23.289	(3.435)	(264)	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	-	(337.725)	(2.545.326)	(249.282)	(97.060)	-	(611.755)	(2.822.080)	(31.212)	(6.694.440)
Despesa de depreciação no exercício	-	(35.790)	(352.928)	(31.758)	(18.036)	-	(452.743)	(426.874)	(1.847)	(1.319.976)
Baixas	-	34	64.774	26.768	2.356	-	-	(4.500)	1.588	91.020
Transferência entre custo e depreciação	-	-	-	-	-	-	611.755	-	-	611.755
Transferências (2)	-	(163)	2.493	(2.310)	395	-	-	-	20	435
Em 31 de março de 2017	-	(373.644)	(2.830.987)	(256.582)	(112.345)	-	(452.743)	(3.253.454)	(31.451)	(7.311.206)
Valor residual líquido:										
Em 31 de março de 2017	35.211	929.366	5.146.563	296.428	64.255	609.729	613.838	1.129.275	1.962	8.826.627
Em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	35.211	912.923	5.179.255	304.913	59.509	596.567	439.722	1.228.284	9.831	8.766.215
Em 1º de abril de 2015 (Reapresentado)	35.211	776.124	5.010.604	306.682	53.000	898.734	522.604	1.365.181	12.100	8.980.240

(1) Em 31 de março de 2017 as referidas adições incluem o montante de R\$ 45.291 (42.255 em 2016), decorrentes de depreciação e amortização de ativos da área agrícola que fazem parte do custo do imobilizado.

(2) Em 31 de março de 2017 refere-se às transferências do intangível, correspondentes a licença de *software* principalmente. Em 31 de março de 2016 incluía transferência do ativo circulante, no montante de R\$ 2.767, referente a créditos de ICMS não recuperáveis e transferência para o Intangível, no montante de R\$ 13.308, correspondentes a licença de *softwar*

(3) Refere-se à perda líquida estimada de ativos imobilizado, reconhecida no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquida" (Nota 22).

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Obras em andamento

O saldo em obras em andamento refere-se, principalmente, à: i) projeto de concentração de vinhaça; ii) projeto para recepção da cana picada e separação de palha para cogeração de energia; iii) instalação de tanques para ampliação de capacidade de armazenagem de etanol; e, iv) investimentos para manutenção e melhoria industrial, automação agrícola, além de Segurança, Saúde e Meio Ambiente.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, foram concluídos diversos projetos, sendo os principais: i) investimentos para manutenção e melhoria industrial e automação agrícola no montante de R\$ 205.794 ; ii) melhorias na planta do E2G no montante de R\$ 30.536 ; e iii) expansão da usina Paraguaçu no montante de R\$ 34.453 ; e iv) expansão da usina Raízen Caarapó no montante de R\$ 95.139.

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de março de 2017, os custos de empréstimos capitalizados na Controladora e Consolidado foram de R\$ 10.660 e R\$ 22.426 (R\$ 13.139 e R\$ 25.175 em 2016), respectivamente. As taxas médias ponderadas anuais dos encargos financeiros da dívida, para a Controladora e Consolidado, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foram de 8,12% e 7,51% em 2017 (5,53% e 5,41% em 2016), respectivamente.

Leasing financeiro

Em 31 de março de 2017, a classe aeronaves inclui os valores residuais líquidos de R\$ 4.194 (R\$ 5.162 em 2016), Controladora e Consolidado, em que a Companhia é arrendatária em uma operação de *leasing* financeiro, garantido por uma nota promissória no montante de R\$ 13.076.

Imobilizado dado em garantia

Em 31 de março de 2017, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por terrenos, edificações e maquinários nos valores totais de R\$ 418.862 e R\$ 1.307.185 (R\$ 499.713 e R\$ 1.581.647 em 2016), na Controladora e Consolidado respectivamente.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

a) Controladora

	Licença de <i>software</i>	Ágio	Contratos de parceria agrícola	Contratos de fornecimen to de cana	Tecnologia (2)	Total
Custo ou avaliação:						
Em 31 de março de 2015	130.224	1.213.357	18.411	26.011	179.876	1.567.879
Adições	18.689	-	-	-	-	18.689
Baixas	(4.256)	-	-	-	-	(4.256)
Transferências	12.591	-	-	-	-	12.591
Em 31 de março de 2016	157.248	1.213.357	18.411	26.011	179.876	1.594.903
Adições	16.834	-	-	-	-	16.834
Transferências (1)	11.053	-	-	-	-	11.053
Em 31 de março de 2017	185.135	1.213.357	18.411	26.011	179.876	1.622.790
Amortização acumulada:						
Em 31 de março de 2015	(75.771)	(368.026)	(5.803)	(6.997)	-	(456.597)
Despesas de amortização no exercício	(16.794)	-	(3.223)	(2.869)	(17.988)	(40.874)
Baixas	3.136	-	-	-	-	3.136
Em 31 de março de 2016	(89.429)	(368.026)	(9.026)	(9.866)	(17.988)	(494.335)
Despesas de amortização no exercício	(17.976)	-	(3.225)	(2.870)	(17.987)	(42.058)
Transferências (1)	(221)	-	-	-	-	(221)
Em 31 de março de 2017	(107.626)	(368.026)	(12.251)	(12.736)	(35.975)	(536.614)
Valor residual líquido:						
Em 31 de março de 2017	77.509	845.331	6.160	13.275	143.901	1.086.176
Em 31 de março de 2016	67.819	845.331	9.385	16.145	161.888	1.100.568

(1) Refere-se às transferências provenientes do imobilizado.

(2) Refere-se às tecnologias desenvolvidas pela Iogen para a produção do etanol de segunda geração ("E2G"), representadas por direitos contratuais, incluindo, dentre outros, exclusividade à RESA para comercialização desses direitos nos territórios em que atua. A amortização se dá pelo prazo médio de 10 anos, prazo este que reflete o período estimado de retorno financeiro das tecnologias desenvolvidas para a produção do E2G.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Licença de software	Ágio	Contratos de parceria agrícola	Contratos de fornecimento de cana	Direito de uso de concessões públicas	Tecnologia (3)	Outros (1)	Total
Custo ou avaliação:								
Em 31 de março de 2015	150.175	1.538.446	18.411	181.516	12.541	179.876	24.020	2.104.985
Adições	18.721	-	-	-	-	-	-	18.721
Baixas	(4.256)	-	-	-	-	-	-	(4.256)
Transferências	13.308	-	-	-	-	-	-	13.308
Outros	-	-	-	-	-	-	1.513	1.513
Em 31 de março de 2016	177.948	1.538.446	18.411	181.516	12.541	179.876	25.533	2.134.271
Adições	16.835	-	-	-	-	-	-	16.835
Transferências (2)	11.123	-	-	-	-	-	-	11.123
Outros	-	-	-	-	-	-	(1.156)	(1.156)
Em 31 de março de 2017	205.906	1.538.446	18.411	181.516	12.541	179.876	24.377	2.161.073
Amortização acumulada:								
Em 31 de março de 2015	(95.813)	(431.380)	(5.803)	(55.954)	(5.772)	-	(15.930)	(610.652)
Despesas de amortização no exercício	(17.104)	-	(3.223)	(11.508)	(2.506)	(17.988)	(3.005)	(55.334)
Baixas	3.136	-	-	-	-	-	-	3.136
Em 31 de março de 2016	(109.781)	(431.380)	(9.026)	(67.462)	(8.278)	(17.988)	(18.935)	(662.850)
Despesas de amortização no exercício	(18.291)	-	(3.224)	(11.508)	(2.509)	(17.987)	(1.443)	(54.962)
Transferências (2)	499	-	-	(719)	-	-	-	(220)
Em 31 de março de 2017	(127.573)	(431.380)	(12.250)	(79.689)	(10.787)	(35.975)	(20.378)	(718.032)
Valor residual líquido:								
Em 31 de março de 2017	78.333	1.107.066	6.161	101.827	1.754	143.901	3.999	1.443.041
Em 31 de março de 2016	68.167	1.107.066	9.385	114.054	4.263	161.888	6.598	1.471.421

- (1) Intangíveis registrados na Raizen Trading correspondentes à carteira de clientes e licenças adquiridas em combinações de negócios das operações na Europa e Estados Unidos.
- (2) Refere-se às transferências provenientes do imobilizado.
- (3) Refere-se às tecnologias desenvolvidas pela Iogen para a produção do etanol de segunda geração ("E2G"), representadas por direitos contratuais incluindo, dentre outros, exclusividade à RESA para comercialização desses direitos nos territórios em que atua. A amortização se dá pelo prazo médio de 10 anos, prazo este que reflete o período estimado de retorno financeiro das tecnologias desenvolvidas para a produção do E2G.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ágio

Referem-se aos ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura, amortizados linearmente até 31 de março de 2009, quando, conforme requerido pelo IAS 38 (CPC 04) - Ativo Intangível, deixaram de ser amortizados. Em 31 de março de 2017 e 2016, o saldo dos ágios é como segue:

Ágio	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Na aquisição da Costa Rica Canavieira Ltda.	57.169	57.169	57.169	57.169
Na aquisição da Cerrado Açúcar e Álcool S.A.	24.660	24.660	24.660	24.660
Na aquisição da antiga Cosan S.A. Açúcar e Álcool (atual RESA)	558	558	558	558
Na aquisição da Univalem S.A. Açúcar e Álcool	5.018	5.018	5.018	5.018
Na aquisição da Usina Açucareira Bom Retiro S.A.	81.575	81.575	81.575	81.575
Na aquisição da Usina Benálcool	100.046	100.046	149.247	149.247
Na aquisição da Usina Santa Luíza	42.348	42.348	42.348	42.348
Na aquisição da Usina Zanin Açúcar e Álcool	-	-	98.380	98.380
Na aquisição da Vertical	-	-	4.313	4.313
Na aquisição das ações da TEAS	4.818	4.818	4.818	4.818
Na aquisição do Grupo Corona	380.003	380.003	380.003	380.003
Na aquisição do Grupo Destivale	42.494	42.494	42.494	42.494
Na aquisição do Grupo Mundial	87.435	87.435	87.435	87.435
Na Constituição da FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool	4.407	4.407	4.407	4.407
Na incorporação da Curupay S.A. Participações	-	-	109.841	109.841
Na integralização de capital na Mundial	14.800	14.800	14.800	14.800
	<u>845.331</u>	<u>845.331</u>	<u>1.107.066</u>	<u>1.107.066</u>

Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

A Companhia testa pelo menos anualmente o valor recuperável do ágio.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), identificadas de acordo com a região operacional, apresentadas a seguir:

Regional operacional	Consolidado	
	2017	2016
Piracicaba	138.744	138.744
Jaú	558	558
Araraquara	545.391	545.391
Araçatuba	303.401	303.401
Assis	109.841	109.841
Outros	9.131	9.131
	<u>1.107.066</u>	<u>1.107.066</u>

A Companhia utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada UGC, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados por um período de 20 anos, conforme tempo razoável de recuperação dos ativos relacionados às atividades do setor econômico da Companhia. Não foi considerada taxa de crescimento real no período do fluxo de caixa e nem na perpetuidade, baseado no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de desconto utilizada foi de 6,08% ao ano (7,48% em 2016).

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais premissas utilizadas foram: expectativa de preço de vendas das *commodities* em horizonte de longo prazo, produtividade das áreas agrícolas, desempenho do Açúcar Total Recuperável (“ATR”), custos operacionais e administrativos. Todo fluxo de caixa foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa significativa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida nos exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016. Conforme descrito anteriormente, a determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chave que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas e econômicas vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Materiais e serviços (i)	334.493	353.410	571.349	596.635
Cana-de-açúcar (i)	135.994	176.159	183.362	233.346
Fornecedores - convênios (ii)	75.292	39.484	193.649	61.865
	<u>545.779</u>	<u>569.053</u>	<u>948.360</u>	<u>891.846</u>
No País (moeda nacional)	545.443	568.679	862.556	788.197
No Exterior (moeda estrangeira) (Nota 24.d.)	336	374	85.804	103.649
	<u>545.779</u>	<u>569.053</u>	<u>948.360</u>	<u>891.846</u>

- (i) Saldo a pagar junto a fornecedores de materiais e serviços corresponde à aquisição de máquinas e equipamentos para o parque industrial das usinas, bem como originação de produtos para revenda.

O período de safra da cana-de-açúcar, o qual ocorre geralmente entre abril e dezembro de cada ano, tem impacto direto sobre a sazonalidade do saldo junto a fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.

- (ii) A Companhia possui convênios relacionados a pagamentos com instituições financeiras (“Convênios”), que possibilita que determinados fornecedores tenham a possibilidade de antecipar seus recebíveis referentes a produtos e serviços prestados à Companhia, diretamente com as instituições financeiras. Nos referidos Convênios, cabe ao fornecedor optar ou não pela cessão, e cabe às instituições financeiras decidir por adquirir ou não os referidos créditos, sem interferência da Companhia. A utilização dos Convênios não implica em qualquer alteração dos títulos emitidos pelo fornecedor, sendo mantidas as mesmas condições de valor original e prazo de pagamento, o qual, na média, gira em torno de 60 a 90 dias, prazo que se enquadra no ciclo operacional recorrente da Companhia.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

Finalidade	Vencimento final	Indexador	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado	
			Taxa média anual efetiva de juros (1)		2017	2016	2017	2016
			2017	2016				
Classificação das dívidas por moeda:								
Denominadas em Reais					4.358.787	4.457.531	6.343.343	6.002.578
Denominadas em Dólares e Euro					269.633	445.197	4.047.031	3.925.950
					4.628.420	4.902.728	10.390.374	9.928.528
Modalidade das dívidas (2):								
BNDES	Outubro/25	URTJLP	10,10%	10,03%	202.690	227.671	955.802	1.127.939
BNDES	Julho/24	Pré-fixado	4,03%	4,08%	546.582	653.813	960.242	1.169.293
BNDES	Abril/24	UMBND	6,72%	6,55%	14.392	19.481	56.395	80.261
Debêntures	Outubro/18	CDI	13,17%	15,19%	473.917	475.446	473.917	475.447
Debêntures	Outubro/20	IPCA + juros	10,73%	14,15%	402.808	384.812	402.808	384.812
Pré-pagamentos	Dezembro/20	Dólar (US\$) + <i>Libor</i>	2,82%	2,25%	269.633	445.197	429.499	624.488
<i>Term Loan Agreement</i>	Abril/20	Dólar (US\$) + <i>Libor</i>	2,35%	1,90%	-	-	1.426.154	2.495.537
<i>Senior Notes Due 2017</i>	Fevereiro/17	Dólar (US)	-	7,00%	-	-	-	734.550
<i>Senior Notes Due 2027</i>	Janeiro/27	Dólar (US)	5,30%	-	-	-	1.600.526	-
Resolução 2471 (PESA)	Abril/23	IGP-M	8,48%	11,92%	946.084	902.217	973.477	928.344
Resolução 2471 (PESA)	Outubro/25	Pré-fixado	3,00%	3,00%	68	76	68	76
Notas de créditos	Outubro/20	CDI	13,03%	15,19%	264.126	264.882	264.126	264.882
Finame/ <i>Leasing</i>	Novembro/24	Pré-fixado	6,70%	5,22%	86.104	52.165	128.253	93.225
Finame/ <i>Leasing</i>	Março/21	URTJLP	10,84%	-	132	-	132	-
Crédito rural	-	Pré-fixado	-	6,50%	-	62.726	-	62.726
Certificado de Recebíveis do Agronegócios ("CRA")	Maió/22	CDI	12,06%	14,13%	1.296.483	1.294.466	1.780.644	1.295.797
Certificado de Recebíveis do Agronegócios ("CRA")	Maió/23	IPCA + juros	10,33%	13,41%	125.401	119.776	347.479	119.776
<i>Schuldschein</i>	Outubro/21	Pré-fixada - EUR	2,90%	-	-	-	226.658	-
<i>Schuldschein</i>	Setembro/22	<i>Euribor</i>	1,85%	-	-	-	339.507	-
Outros	Diversos	Dólar (US\$)	-	-	-	-	24.687	71.375
					4.628.420	4.902.728	10.390.374	9.928.528
Despesas com colocação de títulos:								
BNDES					(2.501)	(2.904)	(3.936)	(4.663)
CRA					(18.180)	(21.331)	(29.261)	(21.336)
Crédito Rural					-	(75)	-	(75)
Debêntures					(2.362)	(3.455)	(2.362)	(3.455)
Pré-pagamentos					(92)	(214)	(1.818)	(2.129)
<i>Term Loan Agreement</i>					-	-	(10.102)	(18.859)
<i>Senior Notes Due 2017</i>					-	-	-	(1.563)
<i>Senior Notes Due 2027</i>					-	-	(12.788)	-
<i>Schuldschein</i>					-	-	(11.416)	-
					(23.135)	(27.979)	(71.683)	(52.080)
					4.605.285	4.874.749	10.318.691	9.876.448
Circulante					(638.228)	(506.559)	(1.005.578)	(1.619.259)
Não circulante					3.967.057	4.368.190	9.313.113	8.257.189

(1) A taxa de juros anual efetiva corresponde a taxa do contrato acrescida de *Libor*, URTJLP, IGP-M, UMBND, IPCA e CDI, onde aplicável.

(2) Os empréstimos e financiamentos são em geral garantidos por notas promissórias da Companhia. Em determinados casos, contam ainda com avais de suas controladas, da Raízen Combustíveis S.A., além das garantias reais como: i) direitos creditórios provenientes dos contratos de comercialização de energia (BNDES); ii) CTN (Nota 8) e hipoteca de terras (PESA); iii) ativo imobilizado (Nota 11); e, iv) alienação fiduciária dos bens financiados (Finame).

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As parcelas vencíveis no longo prazo, deduzidas às amortizações das despesas com colocação de títulos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
13 a 24 meses	1.078.984	551.863	1.350.618	1.294.054
25 a 36 meses	1.303.756	1.033.564	1.512.317	1.731.140
37 a 48 meses	678.026	1.268.432	2.407.178	1.467.527
49 a 60 meses	818.525	641.481	1.304.205	2.573.410
61 a 72 meses	63.979	789.436	822.331	914.684
73 a 84 meses	22.108	63.997	323.891	152.814
85 a 96 meses	1.679	17.804	16.779	98.999
A partir de 97 meses	-	1.613	1.575.794	24.561
	<u>3.967.057</u>	<u>4.368.190</u>	<u>9.313.113</u>	<u>8.257.189</u>

Conforme mencionado na Nota 27.ii, durante o exercício findo em 31 de março de 2017, a Companhia assumiu o controle da Fuels através de sua controlada Luxembourg. Na composição dos ativos líquidos assumidos, constavam os empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.702.931, equivalentes a US\$ 530.541 mil, detalhados em suas modalidades abaixo nos itens (i) e (ii):

(i) **Term Loan Agreement (Empréstimo sindicalizado)**

Em 8 de abril de 2014, a controlada indireta Luxembourg contratou empréstimo na modalidade *Syndicated Loan*, com diversas instituições financeiras, no montante de US\$ 250.000 mil. Em 26 de janeiro de 2017, foi liquidado antecipadamente o empréstimo contratado. Sobre o referido contrato incidiam juros de *Libor* trimestral, mais juros fixos anuais de 1,4%, resultando em uma taxa média efetiva de juros de 2,02% ao ano, com prazo de vencimento em março de 2019.

(ii) **Schuldschein**

Em outubro de 2014, a controlada Fuels contratou financiamento no montante de €66.000 mil, com taxa de juros pré-fixada de 2,88% ao ano e vencimento final em 15 de outubro de 2021.

Em janeiro de 2015, foi contratado financiamento no montante de €40.000 mil, com taxa de juros anuais fixos de 2% ao ano e juros *Euribor* trimestral, resultando em uma taxa efetiva de 1,67% ao ano, com vencimento final em 20 de janeiro de 2022.

Em 21 de setembro de 2015, foi contratado financiamento no montante de €60.000 mil, com taxa de juros anuais fixos de 2,30% ao ano e juros *Euribor* trimestral, resultando em uma taxa efetiva de 1,97% ao ano com vencimento final em 21 de setembro de 2022.

a) **Term Loan Agreement (Empréstimo sindicalizado)**

Em 26 de janeiro de 2017, foi liquidado antecipadamente o empréstimo contratado em 8 de abril de 2014, por meio de sua controlada Fuels, o qual foi obtido com diversas instituições financeiras, no montante de US\$ 350.000 mil. Sobre o referido contrato incidiam juros *Libor* trimestral, mais juros fixos de 1,4% ao ano, resultando em uma taxa média efetiva de juros de 2,02% ao ano, com vencimento final em março de 2019.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de março de 2015, a Luxembourg contratou um empréstimo junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais, no montante de US\$ 450.000 mil. Sobre o referido contrato incidem variação cambial do dólar norte-americano e juros de *Libor* trimestral, mais juros anuais de 1,2%, resultando em uma taxa média efetiva de juros de 2,35% ao ano com vencimento trimestral, e prazo de vencimento em 27 de abril de 2020. Através deste sindicato, a Companhia obteve também uma linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*) de US\$ 285.000 mil, também com vencimento em 27 de abril de 2020. Até o término do exercício findo em 31 de março de 2017, a referida linha não foi utilizada.

b) PESA - Resolução 2471

No período entre 1998 e 2000, a Companhia e controladas renegociaram com diversas instituições financeiras suas dívidas relativas a financiamentos para custeio agrícola, reduzindo seu custo financeiro para taxas de juros anuais inferiores a 8,48%, garantindo a amortização da dívida com a cessão e transferência de Certificados do Tesouro Nacional, resgatáveis na liquidação da dívida, aproveitando incentivo promovido pela resolução do Banco Central nº 2471, de 26 de fevereiro de 1998. A referida dívida é auto-liquidável mediante resgate dos CTNs e cumprimento dos dispositivos contratuais, conforme mencionado na Nota 8.

c) Senior Notes Due 2017

Em 26 de janeiro de 2007, a Finance emitiu *Senior Notes* no mercado internacional de acordo com os "Regulations S and 144A" no montante de US\$ 400.000 mil, as quais estavam sujeitas a juros de 7% ao ano, pagáveis semestralmente em fevereiro e agosto de cada ano.

No exercício findo em 31 de março de 2017, a Companhia liquidou os montantes de principal e juros de US\$ 204.057 mil e US\$ 7.142 mil, respectivamente.

d) Senior Notes Due 2027

Em 20 de janeiro de 2017, a Fuels emitiu *Senior Notes* no mercado internacional de acordo com os "Regulations S and 144A" no montante de US\$ 500.000 mil, as quais estão sujeitas a juros de 5,30% ao ano, com pagamento de juros semestralmente em janeiro e julho de cada ano e pagamento de principal em janeiro de 2027.

Assim como previsto no *Offering Memorandum* da emissão, os recursos líquidos obtidos no âmbito da Oferta foram utilizados para pré-pagamento de dívidas existentes.

e) BNDES

Correspondem a recursos captados pela Companhia e suas controladas, destinados ao financiamento dos projetos de cogeração, *greenfield*, para renovação e implantação de novos canaviais (Prorenova) e construção da usina para produção de E2G.

Em 31 de março de 2017, a Companhia e suas controladas tinham disponíveis linhas de crédito de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante de R\$ 168.665 (R\$ 210.059 em 2016). A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de certas condições contratuais.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Notas de créditos

As notas de créditos serão liquidadas por meio de exportações a serem efetuadas até 2020 e estão sujeitas a juros médios de 13,03% ao ano, pagos semestralmente.

g) Finame

Referem-se às operações de financiamento de máquinas e equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras e são destinados a investimentos no ativo imobilizado. Estes financiamentos estão sujeitos a juros efetivos de 6,71% ao ano, pagos mensalmente e garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

h) PPEs

Em 2013, a RESA firmou contratos de PPEs com diversas instituições a título de financiamento para futura exportação de açúcar. Sobre os referidos contratos incidem variação cambial do dólar norte-americano e juros de *Libor* (trimestral), resultando em uma taxa média efetiva de juros de 2,66% ao ano, com vencimento final em setembro de 2017.

Em 15 de dezembro de 2015, a RESA, por meio de sua controlada Tarumã, contratou um novo empréstimo no valor de R\$ 192.740, equivalente a US\$ 50.000 mil. Sobre tal PPE incidem juros de *Libor* (semestral) mais juros anuais de 1,80%, resultando em uma taxa média efetiva de juros de 3,10% ao ano, com vencimento final em dezembro de 2020.

i) Emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

Em outubro de 2014, a RESA emitiu Cédula Produtor Rural (“CPR”) vinculadas à Distribuição Pública das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 10ª (décima) emissão de CRAs da Gaia Agro Securitizadora S.A. no montante total de R\$ 675.000 e vencimento em dezembro de 2021. Sobre a referida operação, incorreram gastos com captação no montante de R\$ 12.583, a serem amortizados até o vencimento.

Em junho de 2015, a RESA emitiu CPRs vinculadas à Distribuição Pública série única da 14ª emissão de CRAs da Gaia Agro Securitizadora S.A. no montante total de R\$ 675.000, com vencimento em junho de 2021, atualizadas por 100% do CDI. Sobre a referida operação incorreram gastos com captação, no montante de R\$ 12.492, a serem amortizados até o vencimento.

Em maio de 2016, a Tarumã emitiu CPRs vinculadas à Distribuição Pública das 3ª (terceira) e 4ª (quarta) séries da 1ª (primeira) emissão de CRAs da RB Capital Companhia de Securitização no montante total de R\$ 675.000 sendo R\$ 465.706 com vencimento em maio 2022, atualizada por 98% do CDI e R\$ 209.294 com vencimento em maio 2023 e atualizada pelo IPCA mais 6,17% ao ano. Sobre a referida operação, incorreram gastos com captação no montante de R\$ 13.519, a serem amortizados até o vencimento.

O destino final dos recursos captados será a utilização nas atividades da Raízen Energia e suas controladas, relacionadas exclusivamente ao agronegócio, no curso ordinário dos seus negócios, assim entendidas as operações, investimentos e necessidades de financiamento relacionadas com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária, nos termos do parágrafo único do artigo 23 da Lei 11.076.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Debêntures

Em outubro de 2013, a CVM concedeu à Companhia o registro para a sua 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 750.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 750.000.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures, no montante de R\$ 747.710, foram integralmente utilizados para: (i) reforço de caixa da Companhia com relação às debêntures da 1ª Série e às debêntures da 2ª Série; e (ii) custear parte dos investimentos da Companhia relativos à safra do ano de 2013/2014, tanto em sua área agrícola como em sua área industrial, nos termos da Lei 12.431, com relação às debêntures da 3ª série.

	<u>Indexador</u>	<u>Taxa de juros anual</u>	<u>Taxa média efetiva de juros anual</u>	<u>Principal</u>	<u>Data de recebimento</u>	<u>Vencimento</u>
1ª Série	CDI	0,89%	13,1%	105.975	25/10/2013	Out/18
2ª Série	CDI	0,94%	13,2%	340.000	28/10/2013	Out/18
3ª Série	IPCA	6,38%	10,7%	304.025	29/10/2013	Out/20

Cláusulas restritivas (“covenants”)

A Companhia e suas controladas não estão sujeitas ao cumprimento de índices financeiros, estando sujeitas apenas a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como “*cross-default*” e “*negative pledge*”, as quais são atendidas de acordo com as exigências contratuais.

Valor justo

Em 31 de março de 2017 e 2016, o valor justo das *Senior Notes Due 2027* e *Senior Notes Due 2017* são baseados nas cotações de preço no mercado secundário na data do balanço (Nota 24.i), sendo que o valor contábil e o valor justo dos referidos empréstimos, deduzidas as amortizações das despesas com colocação de títulos são como segue:

	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<i>Senior Notes Due 2017</i>	-	732.987	-	758.641
<i>Senior Notes Due 2027</i>	1.587.738	-	1.615.143	-
Valor de face			101,73%	104,13%

Demais empréstimos e financiamentos não possuem valor cotado, mas o valor justo se aproxima substancialmente do seu valor contábil, em função da exposição a taxas de juros variáveis e a variação irrelevante do risco de crédito da Companhia, que pode ser auferida por comparação aos papéis cotados demonstrados acima (Nota 24.i).

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto sobre a renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto sobre a renda e da contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	1.549.844	1.264.187	1.853.681	1.460.137
Imposto sobre a renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(526.945)	(429.821)	(630.252)	(496.447)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	255.293	168.466	(23.676)	(24.908)
Brindes, doações, associação de classe	(1.643)	(2.458)	(3.512)	(3.118)
Ganho de capital por diluição de participação societária	4.866	5.141	4.997	5.298
Regime especial de reintegração de valores tributários -Reintegra	9.040	8.434	9.243	9.404
Subvenção para investimentos - ICMS (Nota 18.d.ii)	-	-	23.038	13.825
Resultado de empresa no exterior (i)	45.211	(526)	54.230	(23.904)
Diferença de alíquota entre lucro presumido e lucro real (ii)	-	-	55.280	61.793
Juros sobre capital próprio	68.000	-	68.000	-
Outros	913	(933)	(6.362)	10.410
Despesa de imposto sobre a renda e contribuição social (corrente e diferida)	<u>(145.265)</u>	<u>(251.697)</u>	<u>(449.014)</u>	<u>(447.647)</u>
Taxa efetiva	9,37%	19,91%	24,22%	30,66%

(i) Reconhecimento do Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos acumulados de anos anteriores até 31 de março de 2017, sobre o prejuízo fiscal apurado no exterior pela controlada Raízen International Universal Corporation.

(ii) As sociedades com atividade de cogeração de energia apuraram o IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido. Esta forma de tributação considera como lucro tributável a aplicação de um percentual sobre o faturamento, conforme determinado pela legislação, gerando uma diferença em relação à taxa nominal do IRPJ e CSLL.

a.1) Impostos sobre a renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre a renda ("IRPJ")	525.872	426.456	600.297	505.167
Contribuição social ("CSLL")	145.765	142.260	155.852	167.120
	671.637	568.716	756.149	672.287
Circulante	(491.994)	(87.426)	(564.271)	(111.367)
Não circulante	179.643	481.290	191.878	560.920

a.2) Impostos sobre a renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IRPJ	-	-	25.882	30.917
CSLL	-	-	2.345	10.509
	-	-	28.227	41.426

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos e passivos:

b.1) Controladora

	2017			2016	1º de abril de 2015
	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	(Reapresentado) Total	(Reapresentado) Total
Ativo (passivo) não circulante					
Prejuízos fiscais					
Prejuízos fiscais	893.628	223.407	-	223.407	36.890
Base negativa de contribuição social	893.633	-	80.427	80.427	13.280
Diferenças temporárias:					
Ágio fiscal decorrente de incorporação reversa	106.371	26.593	9.573	36.166	84.387
Provisões para demandas judiciais	416.976	104.244	37.528	141.772	113.181
Variação cambial - regime de caixa	524.174	131.043	47.176	178.219	380.850
Perda estimada para realização de ativos	313.018	78.255	28.172	106.426	31.452
Remuneração e benefícios a funcionários	191.526	47.882	17.237	65.119	79.607
Provisões diversas e outras diferenças temporárias	106.279	26.569	9.565	36.135	24.473
Total ativos fiscais diferidos		637.993	229.678	867.671	1.077.319
Ativos biológicos	(635.991)	(158.998)	(57.239)	(216.237)	(118.853)
Resultado não realizado com derivativos	(308.668)	(77.167)	(27.780)	(104.947)	(244.705)
Custo de empréstimos capitalizados	(117.826)	(29.457)	(10.604)	(40.061)	(40.226)
Revisão de vida útil do ativo imobilizado	(691.735)	(172.934)	(62.256)	(235.190)	(196.436)
Ágio fiscal amortizado	(662.571)	(165.643)	(59.631)	(225.274)	(219.238)
Total passivos fiscais diferidos		(604.199)	(217.510)	(821.709)	(819.458)
Total de tributos diferidos		33.794	12.168	45.962	257.861

b.2) Consolidado

	2017			2016	1º de abril de 2015
	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	(Reapresentado) Total	(Reapresentado) Total
Ativo (passivo) não circulante					
Prejuízos fiscais					
Prejuízos fiscais	1.234.240	308.560	-	308.560	186.986
Base negativa de contribuição social	1.234.244	-	111.082	111.082	67.319
Diferenças temporárias:					
Ágio fiscal decorrente de incorporação reversa	114.512	28.628	10.306	38.934	87.866
Provisões para demandas judiciais	466.494	116.624	41.984	158.608	129.069
Perda estimada sobre ágios	166.656	41.664	14.999	56.663	98.106
Variação cambial - regime de caixa	490.026	122.507	44.102	166.609	383.845
Perda estimada para realização dos ativos	371.550	92.888	33.439	126.327	49.608
Remuneração e benefícios a funcionários	210.485	52.621	18.944	71.565	85.992
Provisões diversas e outras diferenças temporárias	89.032	22.258	8.013	30.271	41.247
Total ativos fiscais diferidos		785.750	282.869	1.068.619	1.417.010
Ativos biológicos	(729.497)	(182.374)	(65.655)	(248.029)	(139.425)
Resultado não realizado com derivativos	(277.547)	(69.387)	(24.979)	(94.366)	(236.285)
Custo de empréstimos capitalizados	(235.483)	(58.870)	(21.194)	(80.064)	(78.476)
Valor justo do ativo imobilizado	(268.452)	(67.113)	(24.161)	(91.274)	(101.842)
Revisão de vida útil do ativo imobilizado	(1.307.321)	(326.830)	(117.659)	(444.489)	(368.078)
Ágio fiscal amortizado	(813.356)	(203.339)	(73.202)	(276.541)	(306.282)
Total passivos fiscais diferidos		(907.913)	(326.850)	(1.234.763)	(1.230.388)
Total de tributos diferidos		(122.163)	(43.981)	(166.144)	186.622
Tributos diferidos - Ativo, líquido				19.562	275.688
Tributos diferidos - Passivo, líquido				(185.706)	(89.066)
Total de tributos diferidos				(166.144)	186.622

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.3) Movimentação líquida dos tributos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo no início do exercício	257.861	247.175	186.622	222.223
Receita (despesa) do resultado	19.036	(251.696)	(121.858)	(298.001)
Tributos diferidos sobre outros resultados abrangentes	(230.935)	262.382	(230.766)	262.389
Outros	-	-	(142)	11
Saldo no final do exercício	<u>45.962</u>	<u>257.861</u>	<u>(166.144)</u>	<u>186.622</u>

b.4) Realização do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos:

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Não há prazo de validade para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém a utilização desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de ativos fiscais diferidos, incluindo ativos de prejuízos acumulados, base negativa e diferenças temporárias:

Exercícios:	Controladora	Consolidado
Safra 2017/2018	454.923	504.718
Safra 2018/2019	91.934	107.044
Safra 2019/2020	90.708	101.495
Safra 2020/2021	92.684	107.975
Safra 2021/2022	81.120	96.562
A partir de 2022	56.302	150.825
Total	<u>867.671</u>	<u>1.068.619</u>

Em 31 de março de 2017, as controladas Agrícola Ponte Alta Ltda. e Raízen Biotecnologia S.A. apresentavam saldos de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no montante de R\$ 16.654 (R\$ 15.371 em 2016), para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativo, em face de sua expectativa de recuperação não ser considerada provável.

16. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

Composição das demandas judiciais consideradas como de perda provável

Em 31 de março de 2017 e 2016, os saldos das demandas judiciais é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Tributárias	33.683	24.368	44.133	30.824
Cíveis	26.783	31.694	29.396	34.242
Trabalhistas	169.349	148.993	220.384	200.084
	<u>229.815</u>	<u>205.055</u>	<u>293.913</u>	<u>265.150</u>
Demandas judiciais não reembolsáveis	75.195	47.819	114.926	83.758
Demandas judiciais reembolsáveis (Nota 9.c)	154.620	157.236	178.987	181.392

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No processo de formação da Raízen foi acordado que a Cosan deverá reembolsar à Companhia o montante das demandas judiciais com data base antes de sua formação, e por sua vez, que a Companhia deverá restituir à Cosan o montante dos depósitos judiciais realizados com data base antes de sua formação. Em 31 de março 2017 e 2016, os saldos dos depósitos judiciais, são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Tributárias	100.057	75.514	210.160	179.560
Cíveis	8.944	8.838	9.750	9.650
Trabalhistas	42.908	33.274	55.856	42.442
	<u>151.909</u>	<u>117.626</u>	<u>275.766</u>	<u>231.652</u>
Depósitos judiciais próprios	66.581	41.292	83.196	53.044
Depósitos judiciais restituíveis (Nota 9.c)	85.328	76.334	192.570	178.608

i) Demandas judiciais não reembolsáveis

	Controladora			Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	
Em 31 de março de 2016	2.343	3.187	42.289	47.819
Provisionamento no ano	2.763	754	53.584	57.101
Baixas / reversões	(79)	(722)	(18.486)	(19.287)
Pagamentos	-	(214)	(17.889)	(18.103)
Atualização monetária (i)	43	145	7.477	7.665
Em 31 de março de 2017	<u>5.070</u>	<u>3.150</u>	<u>66.975</u>	<u>75.195</u>

	Consolidado			Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	
Em 31 de março de 2016	6.186	4.572	73.000	83.758
Provisionamento no ano	4.270	1.284	79.180	84.734
Baixas / reversões	(119)	(980)	(29.734)	(30.833)
Pagamentos	-	(215)	(32.400)	(32.615)
Atualização monetária (i)	2.396	333	7.153	9.882
Em 31 de março de 2017	<u>12.733</u>	<u>4.994</u>	<u>97.199</u>	<u>114.926</u>

(i) Contabilizado no resultado do exercício na rubrica Resultado financeiro.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Demandas judiciais reembolsáveis (i)

				Controladora
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Em 31 de março de 2016	22.025	28.507	106.704	157.236
Provisionado no ano	4.233	8.360	28.009	40.602
Baixas / reversões	(204)	(4.651)	(17.086)	(21.941)
Pagamentos	-	(3.594)	(15.940)	(19.534)
Atualização monetária	2.559	(4.989)	687	(1.743)
Em 31 de março de 2017	<u>28.613</u>	<u>23.633</u>	<u>102.374</u>	<u>154.620</u>
				Consolidado
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Em 31 de março de 2016	24.638	29.670	127.084	181.392
Provisionado no ano	4.254	8.548	31.827	44.629
Baixas / reversões	(227)	(4.924)	(19.534)	(24.685)
Pagamentos	-	(3.594)	(17.473)	(21.067)
Atualização monetária	2.735	(5.298)	1.281	(1.282)
Em 31 de março de 2017	<u>31.400</u>	<u>24.402</u>	<u>123.185</u>	<u>178.987</u>

(i) A movimentação de 2017 não tem efeito no resultado do exercício.

iii) Total de demandas judiciais

				Controladora
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Em 31 de março de 2016	24.368	31.694	148.993	205.055
Provisionado no ano	6.996	9.114	81.593	97.703
Baixas / reversões	(283)	(5.373)	(35.572)	(41.228)
Pagamentos	-	(3.808)	(33.829)	(37.637)
Atualização monetária	2.602	(4.844)	8.164	5.922
Em 31 de março de 2017	<u>33.683</u>	<u>26.783</u>	<u>169.349</u>	<u>229.815</u>
				Consolidado
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Em 31 de março de 2016	30.824	34.242	200.084	265.150
Provisionado no ano	8.524	9.832	111.007	129.363
Baixas / reversões	(346)	(5.904)	(49.268)	(55.518)
Pagamentos	-	(3.809)	(49.873)	(53.682)
Atualização monetária	5.131	(4.965)	8.434	8.600
Em 31 de março de 2017	<u>44.133</u>	<u>29.396</u>	<u>220.384</u>	<u>293.913</u>

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS") (i)	792	732	2.590	2.311
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") (ii)	20.515	19.168	23.827	19.908
PIS e COFINS	204	197	204	197
Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI")	817	758	2.726	2.567
Honorários advocatícios	4.869	2.183	7.375	3.685
Outros	6.486	1.330	7.411	2.156
	<u>33.683</u>	<u>24.368</u>	<u>44.133</u>	<u>30.824</u>
Demandas judiciais não reembolsáveis	5.070	2.343	12.733	6.186
Demandas judiciais reembolsáveis	28.613	22.025	31.400	24.638

- i) O montante provisionado de INSS corresponde aos valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo questionada por meio de ação judicial. A Companhia realizou depósitos judiciais relativos à referida ação judicial, no montante de R\$ 275.177 (R\$ 212.789 em 2016). Dessa forma, ambos os saldos estão apresentados de forma líquida nestas demonstrações financeiras.
- ii) O montante provisionado a título de créditos de ICMS é representado, substancialmente, por: (a) autos de infração recebidos, os quais, apesar de estarmos defendendo nas esferas administrativas ou judiciais, os consultores jurídicos da Companhia entendem que as chances de perda são prováveis; (b) aproveitamento de créditos e encargos financeiros em assuntos cujo entendimento da Administração da Companhia e assessores tributários diverge das interpretações das autoridades fiscais.

b) Cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversas ações cíveis referentes a (i) indenização por danos materiais e morais, (ii) disputas contratuais, (iii) execuções, (iv) cobranças, (v) prestações de contas, (vi) possessórias, e (vii) ações civis públicas e anulatórias de queima de palha de cana-de-açúcar.

A Companhia e suas controladas são ainda partes em diversas ações trabalhistas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços que questionam, entre outros, o pagamento de horas extras, adicional noturno e de periculosidade, reintegração de emprego, devolução de descontos efetuados em folha de pagamento tais como, contribuição confederativa, imposto sindical e outros.

As seguintes demandas judiciais foram consideradas como de perda possível e, por consequência, nenhuma provisão para demandas judiciais foi reconhecida nas demonstrações financeiras

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ICMS (i)	1.620.452	1.006.318	1.909.687	1.229.396
INSS (ii)	483.175	448.696	496.956	461.618
IPI (iii)	401.966	390.319	440.872	427.788
IRPJ e CSSL (iv)	406.000	352.587	524.053	412.754
PIS e COFINS (v)	905.334	597.533	944.514	599.699
Compensações com crédito de IPI - IN 67/98 (vi)	109.323	105.217	129.618	124.737
IOF	41.941	39.985	41.941	39.985
MP 470 parcelamento de Débito (vii)	174.765	-	174.765	-
Outros	292.966	275.013	327.354	296.030
	<u>4.435.922</u>	<u>3.215.668</u>	<u>4.989.760</u>	<u>3.592.007</u>
Demandas judiciais não reembolsáveis	1.520.245	657.071	1.718.076	715.936
Demandas judiciais reembolsáveis	2.915.677	2.558.597	3.271.684	2.876.071

Caso uma provisão reembolsável para essas demandas tenha que ser reconhecida no futuro por alteração de prognóstico de perda, ou por qualquer outro motivo, a Companhia registrará no mesmo momento valor a receber dos acionistas de igual montante e, portanto, não haverá impacto no resultado da Companhia. Caso a provisão seja não reembolsável, a Companhia registrará a demanda judicial contra o resultado do período em que a ocorrer alteração da probabilidade de perda.

(i) ICMS - Imposto sobre a circulação de mercadorias

Refere-se substancialmente a: (i) parte relativa à multa de auto de infração lavrado em virtude de suposta ausência de recolhimento de ICMS e descumprimento de obrigação acessória, em operação de parceria agrícola e de industrialização por encomenda, no período de maio de 2005 a março de 2006 e maio de 2006 a março de 2007; (ii) ICMS incidente nas saídas de açúcar cristalizado destinado à exportação, que segundo entendimento das autoridades fiscais, tal produto enquadra-se como mercadoria semielaborada o que, de acordo com o regulamento do ICMS, seria passível de tributação; (iii) ICMS incidente sobre supostas divergências de estoque de açúcar e etanol, derivadas do cotejo entre os arquivos fiscais magnéticos e Livros de Registro de Inventário; (iv) autos de infração relativos à cobrança de diferencial de alíquota de ICMS decorrente de vendas de etanol destinadas a empresas situadas em outros estados da Federação, as quais, supervenientemente, tiveram suas inscrições estaduais cassadas; e, (v) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial.

O aumento das demandas judiciais possíveis durante o exercício findo em 31 de março de 2017, refere-se substancialmente a: i) alegação da suposta existência de diferença de estoque de açúcar e etanol; provado de fato a inexistência das supostas diferenças, as defesas foram apresentadas com base na legislação vigente da qual aguardamos julgamento; ii) glosa de crédito de ICMS - óleo diesel, sendo a defesa apresentada por ser esse essencial às atividades da Companhia com base no artigo 155 §2º, I da Constituição Federal e LC 87/96.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

As demandas judiciais possíveis relacionadas a INSS envolvem, essencialmente: (i) questionamento acerca da legalidade e constitucionalidade da Instrução Normativa MPS/SRP nº 03 de 2005, que restringiu a imunidade constitucional das contribuições previdenciárias sobre as receitas decorrentes de exportação exclusivamente às vendas diretas, passando a tributar as exportações feitas por meio de empresas comerciais exportadoras ou *trading companies*; (ii) exigência de contribuição a título do SENAR em operações de exportação direta e indireta, em que a Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRFB”) entende não haver direito à imunidade constitucional; e, (iii) exigência de recolhimento de contribuição previdenciária sobre revenda de mercadorias no mercado interno e para terceiros, que não entram no cômputo da base de cálculo da contribuição previdenciária, a qual incide apenas sobre a receita bruta decorrente da produção efetiva do estabelecimento e não de mercadorias adquiridas.

(iii) IPI - Imposto sobre produtos industrializados

A Instrução Normativa SRF nº 67/98 convalidou o procedimento adotado pelos estabelecimentos industriais que deram saídas sem lançamento e recolhimento do IPI, relativos às operações com açúcar de cana-de-açúcar do tipo demerara, cristal superior, cristal especial, cristal especial extra e refinado granulado, praticadas no período de 6 de julho de 1995 a 16 de novembro de 1997 e com açúcar refinado do tipo amorfo, no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997. Tal norma foi levada a efeito nos respectivos processos movidos pela SRFB.

(iv) IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica e CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido

Nas demandas judiciais reembolsáveis, em dezembro de 2011, a Companhia recebeu autos de infração, no montante atualizado de R\$ 427.204 (R\$ 538.851 em 2016), lavrados pela RFB cobrando IRPJ e CSLL dos anos-calendários de 2006 a 2009, questionando: (i) dedutibilidade de despesas de amortização de determinados ágios; (ii) compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativas da CSLL; e, (iii) tributação sobre diferenças das reavaliações dos bens integrantes do ativo imobilizado. A Companhia apresentou sua defesa em janeiro de 2012 e, em conjunto com seus assessores jurídicos, classificaram como perda possível o montante de R\$ 222.524 (R\$ 267.701 em 2016).

Adicionalmente, em fevereiro de 2014, a controlada Tarumã recebeu autos de infração, no montante atualizado de R\$ 53.958 (R\$ 49.117 em 2016), lavrados pela RFB, cobrando IRPJ e CSLL dos anos-calendários de 2009 a 2012, questionando: (i) amortização de ágio; e, (ii) compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativas da CSLL. A Companhia apresentou sua defesa em janeiro de 2012 e, em conjunto com seus assessores jurídicos, classificaram este caso como perda possível.

Nas demandas judiciais não reembolsáveis, em novembro de 2014, a Companhia recebeu despachos decisórios da RFB que tratam da glosa de créditos de PIS/COFINS não cumulativos, decorrentes de bens e serviços adquiridos no mercado interno e compensados com IRRF e CSLL/IRPJ. Em razão dos créditos glosados estarem vinculados a bens e serviços utilizados na cadeia produtiva da Companhia, a glosa é totalmente indevida e ilegal com base na legislação vigente (Lei 10.637/02 e Lei 10.833/03), razão pela qual a classificação de perda é considerada como possível.

O aumento ocorrido durante o exercício findo em 31 de março de 2017, refere-se a auto de infração lavrado, recobrável do acionista Consan, relativo à glosa de deduções da amortização de ágio dos anos-calendário 2011 a 2012 (fato societário que gerou o direito à utilização do ágio ocorreu em 2006). A Companhia apresentou impugnação requerendo o cancelamento integral do auto de infração lavrado, extinguindo-se a totalidade dos créditos tributários exigidos.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Referem-se, substancialmente à: i) glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo dos anos de 2012 e 2013, previsto nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, respectivamente. Referidas glosas decorrem, em síntese, da interpretação restritiva da S RFB do conceito de insumos, bem como de divergências em relação à interpretação das referidas leis. Tais questionamentos ainda encontram-se na esfera administrativa; (ii) relativos da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo do PIS / COFINS veiculada pela Lei 9.718/98. Oportuno destacar que o Supremo Tribunal Federal já pacificou esta questão, julgando inconstitucional tal exação e (iii) diferença de PIS e COFINS apurada em razão da dedução da CIDE liquidada por meio de compensação. Para a fiscalização, tal dedução somente poderia ter sido efetuada na hipótese de recolhimento da CIDE.

(v) Compensações com crédito de IPI - IN 67/98

A Instrução Normativa SRF nº 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI recolhidos no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo. Diante disso, a RESA, para os períodos que havia efetuado o recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos. No entanto, os pedidos de restituição, bem como de compensação, foram indeferidos pela SRFB. Assim, a RESA impugnou administrativamente o indeferimento.

Após notificação para pagamento dos débitos objetos de compensação, tendo em vista as alterações introduzidas pela IN SRF nº 210/02, a RESA impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar para suspender a exigibilidade dos tributos compensados, objetivando, dessa forma, impedir que a Administração Pública pudesse executar os débitos. A liminar foi deferida pelo juízo competente.

(vi) MP 470 - Parcelamento de Débitos

A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Companhia, sob o argumento de que o prejuízo fiscal oferecido não é suficiente para quitação dos respectivos débitos. A Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.

b) Cíveis e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cíveis	398.489	334.050	694.634	599.008
Trabalhistas	490.583	546.562	580.386	634.618
	<u>889.072</u>	<u>880.612</u>	<u>1.275.020</u>	<u>1.233.626</u>
Demandas judiciais não reembolsáveis	287.843	241.144	444.120	376.363
Demandas judiciais reembolsáveis	601.229	639.468	830.900	857.263

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Compromissos (Consolidado)

Vendas

A Companhia é controladora de entidades que operam no negócio de açúcar, etanol e cogeração de energia. Os contratos de vendas são gerenciados de forma consolidada, associados ao negócio e não vinculado a uma entidade específica. Dessa forma, a própria Companhia em conjunto com suas entidades respondem pelo total de compromissos de vendas.

As vendas no mercado de *commodity* são substancialmente efetuadas ao preço da data da venda. Entretanto, a Companhia, em conjunto com suas controladas, possuem diversos acordos no mercado de açúcar e etanol, por meio dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras.

Em 31 de março de 2017, os compromissos de venda, são como segue:

	Consolidado			
	Açúcar (em toneladas)	Etanol (em M³)	Energia elétrica (em MWh)	Vapor (em toneladas)
Safra 2017/2018	3.550.000	899.593	2.158.783	135.000
Safra 2018/2019	3.550.000	-	1.985.537	-
Safra 2019/2020	3.550.000	-	1.958.175	-
Safra 2020/2021	3.550.000	-	1.960.224	-
A partir da safra 2021/2022	-	-	9.765.257	-
Total	14.200.000	899.593	17.827.976	135.000

Compras

A Companhia e suas controladas possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar de terceiros com a finalidade de garantir parte de sua produção nas safras seguintes. O montante a ser pago pela Companhia é determinado no final de cada safra, de acordo com o preço publicado pelo CONSECANA.

Em 31 de março de 2017, os compromissos de compra por safra, em toneladas, são como segue:

	Consolidado
Safra 2017/2018	29.809.970
Safra 2018/2019	26.684.697
Safra 2019/2020	22.459.339
Safra 2020/2021	18.023.496
A partir da safra 2021/2022	73.050.485
Total	170.027.987

A Companhia e suas controladas possuem contratos para compra de equipamentos industriais destinados à manutenção e ampliação das usinas, bem como para atendimento aos projetos de cogeração de energia elétrica, no montante total de R\$ 28.807 .

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras

A Companhia e suas controladas possuem contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras para plantação de cana-de-açúcar, os quais se encerram em até 20 anos.

Os pagamentos referentes a essas obrigações, são calculados, basicamente, por meio do preço acumulado do ATR na safra 2016/2017 de R\$ 0,6839/kg, divulgado pela CONSECANA e o volume de cana-de-açúcar por hectare, definidos em contrato.

Os montantes a serem pagos sobre os referidos contratos, não canceláveis, são como segue:

	Consolidado
Dentro de um ano	747.172
Entre um a cinco anos	2.196.981
Mais de cinco anos	1.277.716
Total	<u>4.221.869</u>

Serviços de armazenagem

A Companhia e suas controladas possuem contratos de serviços de armazenagens de combustíveis com terceiros, conforme objetivos de logística e estocagem dos combustíveis em determinadas regiões.

Em 31 de março de 2017, os compromissos de armazenagens, em metros cúbicos, são como segue:

Exercícios

Safra 2017/18	1.870.500
Safra 2018/19	1.635.000
Safra 2019/20	1.800.000
Safra 2020/21	1.668.000
A partir da safra 2021/2022	<u>5.151.000</u>
Total	<u>12.124.500</u>

Contratos de transporte e elevação para exportação de açúcar

A Companhia e suas controladas possuem contratos de exclusividade com o Grupo Rumo, referente aos serviços de transporte e elevação de açúcar para exportação.

Em 31 de março de 2017, os compromissos de transporte e elevação, cujo os volumes mínimos, em toneladas, são como segue:

Exercícios

Safra 2017/18	2.000.000
Safra 2018/19	2.000.000
Safra 2019/20	2.000.000
A partir de 2020	<u>14.000.000</u>
Total	<u>20.000.000</u>

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social e Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 31 de agosto de 2015, foi deliberado e aprovado pelas acionistas Shell, Cosan e CIP, o aumento de capital subscrito pelas acionistas Shell e CIP no montante de R\$ 1.500.000, mediante a emissão de 1.340.687.564 novas ações ordinárias normativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 1,118828906.

Em 31 de março de 2017 e 2016, o capital social é de R\$ 6.516.354. A referida rubrica apresenta-se deduzida do saldo de ações preferenciais resgatáveis - instrumento financeiro passivo - no montante de R\$ 60.008 (R\$ 93.300 em 2016), totalizando R\$ 6.456.346 (R\$ 6.423.054 em 2016).

O capital social totalmente subscrito e integralizado está representado como segue:

	Acionistas (ações em unidades)			Total
	Shell	CIP Cosan Investimentos e Participações S.A. ("CIP") (1)	Cosan S.A. Indústria e Comércio ("Cosan S.A.")	
Ordinárias	3.621.641.599	3.621.641.599	-	7.243.283.198
Preferenciais classe A	-	-	1	1
Preferenciais classe B	-	-	133.242.457	133.242.457
Preferenciais classe C	663.476	-	-	663.476
Preferenciais classe D	100.000	-	-	100.000
Total em 31 de março de 2017	3.622.405.075	3.621.641.599	133.242.458	7.377.289.132
Total em 31 de março de 2016	3.622.405.075	3.621.641.599	133.242.458	7.377.289.132

(1) Em junho de 2014, a Cosan S.A. contribuiu todas suas ações ordinárias de emissão da RESA e da RCSA à CIP.

Ações preferenciais resgatáveis

Os benefícios fiscais oriundos de NOL e GW com data base, antes da formação da Raízen (Nota 9.a.7), deverão ser restituídos aos respectivos acionistas à medida que a Companhia os utilizar como redução dos saldos de seus tributos a pagar.

Para a realização dessas restituições foram emitidas ações preferenciais classe B para Cosan e classes C e D para Shell com o objetivo de remunerá-los no montante do benefício fiscal utilizado pela Companhia.

Em 31 de março de 2017, o saldo das ações preferenciais (Classes B e C), contabilizado no patrimônio líquido, na rubrica Capital social, totaliza R\$ 60.008 pertencentes a Cosan (R\$ 93.300 em 2016 pertencentes R\$ 89.762 a Cosan e R\$ 3.538 a Shell), conforme Nota 9.a.7.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, a Companhia provisionou o resgate de ações preferenciais Classe C o montante integral de R\$ 3.531, pertencente à acionista Shell, cujas 663.476 ações preferenciais Classe C serão canceladas e retiradas de circulação mediante o pagamento à acionista Shell a ser realizado durante o exercício a findar em 31 de março de 2018, utilizando-se parte do saldo da conta de reserva de capital, sem redução do capital social da Companhia.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reservas de capital

Reserva de capital

Corresponde substancialmente à reserva de ágio decorrente da parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social. A referida reserva somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, a Companhia destinou o saldo remanescente de ações preferenciais resgatáveis, aos acionistas detentores das ações classe C no montante de R\$ 3.531.

Reserva especial de ágio

Decorre de incorporações reversas ocorridas na Companhia, cujos ágios passaram a ser dedutíveis para fins de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Dessa forma, a Companhia constituiu reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, como efeito reflexo das incorporações reversas, em contrapartida de tributos diferidos ativos, equivalente ao benefício fiscal de 34% que decorrerá da amortização destes ágios.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio (“JCP”)

i) Dividendos

De acordo com o estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Os valores de reserva legal e dos dividendos para o exercício findo em 31 de março de 2017 e 2016, foram determinados como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	1.404.579	1.185.644
(-) Constituição da reserva legal - 5%	(61.588)	(59.283)
(-) Efeito reflexo de incentivos fiscais de controlada	(65.316)	(139.885)
Dividendos a detentores de ações preferenciais classe B	(28.422)	-
Dividendos a detentores de ações preferenciais classe D	(729)	-
Base de cálculo para distribuição de dividendos	<u>1.248.524</u>	<u>986.476</u>
Dividendo mínimo obrigatório de ações ordinárias- 1%	(12.485)	(9.865)
Resgate de ações preferenciais classe C	(3.531)	-
Total de dividendos provisionados	<u>(45.167)</u>	<u>(9.865)</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio remanescente	-	(125.000)
Total na Controladora / Consolidado	<u>(45.167)</u>	<u>(134.865)</u>

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos passivos de dividendos e JCP é como segue:

Em 31 de março de 2015	51.066
Dividendos complementares de 2015	385.700
Dividendos do exercício corrente	9.865
Pagamentos de dividendos	(277.766)
Pagamentos de JCP (líquidos de IRRF)	<u>(34.000)</u>
31 de março de 2016	<u>134.865</u>
Dividendos complementares de 2016	641.420
Dividendos do exercício corrente	45.167
JCP do exercício corrente (líquidos de IRRF)	170.000
Pagamentos de dividendos	(776.285)
Pagamentos de JCP (líquidos de IRRF)	<u>(170.000)</u>
Saldo em 31 de março de 2017	<u>45.167</u>

Em AGO realizada em 29 de julho de 2016, os acionistas da RESA deliberaram e aprovaram dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 9.865, destinados em 31 de março de 2016, a ser creditado individualmente aos acionistas Shell e Cosan no montante de R\$ 4.932 cada. Nesta mesma data, os acionistas da RESA deliberaram e aprovaram dividendos aos detentores de ações preferenciais no montante de R\$ 2.420, sendo: i) R\$ 1.332 aos detentores de ações preferenciais classe B, a ser creditado integralmente à acionista Cosan; e ii) R\$ 7 e R\$ 1.081, aos detentores de ações preferenciais classe C e D, respectivamente, a ser creditado à acionista Shell. Todos os pagamentos foram realizados em 28 de setembro de 2016.

Em AGE realizada em 11 de novembro de 2016, os acionistas da RESA deliberaram e aprovaram dividendos referentes ao lucro acumulado em 31 de março de 2016, no montante de R\$ 223.000, a ser creditado individualmente aos acionistas Shell e Cosan no montante de R\$ 111.500 cada. O pagamento foi realizado em 14 de novembro de 2016.

Em AGE realizada em 22 de dezembro de 2016, os acionistas da RESA deliberaram e aprovaram dividendos referentes ao lucro acumulado em 31 de março de 2016, no montante de R\$ 351.000, a ser creditado individualmente aos acionistas Shell e Cosan no montante de R\$ 175.500 cada. O pagamento foi realizado em 23 de dezembro de 2016.

Em AGE realizada em 22 de março de 2017, os acionistas da RESA deliberaram e aprovaram dividendos referentes ao lucro acumulado em 31 de março de 2016, no montante de R\$ 65.000, a ser creditado individualmente aos acionistas Shell e Cosan no montante de R\$ 32.500 cada. O pagamento foi realizado em 24 de março de 2017.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, foram pagos os dividendos no montante de R\$ 125.000 aprovados em AGE de 18 de março de 2016 aos acionistas detentores das ações ordinárias.

ii) Juros sobre capital próprio

Em AGE realizada em 31 de dezembro de 2016, os acionistas da RESA deliberaram e aprovaram a declaração de JCP apurados no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 200.000, a serem creditados individualmente na proporção de 50% à cada acionista.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O pagamento de JCP está sujeito à retenção de 15% de imposto de renda na fonte no valor de R\$ 30.000, respeitadas as exceções legais. Dessa forma, o valor líquido pago para os acionistas em 24 de março de 2017 foi de R\$ 170.000.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

i) Efeitos de conversão de moeda estrangeira - CTA

Corresponde às diferenças de conversão para o Real das informações contábeis de investidas com moeda funcional diferente da Controladora.

ii) Resultado líquido com derivativos - *hedge accounting*

Refere-se às variações do valor justo decorrentes de *hedge* de fluxos de caixa das receitas de exportação de açúcar tipo VHP e variação cambial dos ACCs e PPEs.

iii) Passivo atuarial

Decorre de ganhos e perdas de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, sobre o plano de benefício definido. Esse componente é reconhecido em outros resultados abrangentes e nunca será reclassificado para o resultado em períodos subsequentes.

iv) Movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial, líquido dos impostos:

	<u>2015</u>	<u>Resultado Abrangente</u>	<u>2016</u>	<u>Resultado Abrangente</u>	<u>2017</u>
Efeito de conversão de moeda estrangeira - CTA	1.377	56	1.433	2.605	4.038
Perdas atuarias de plano de benefícios definidos	(8.961)	(89)	(9.050)	(2.111)	(11.161)
Ganho (perda) líquido com instrumentos financeiros - <i>Hedge accounting</i>	22.832	(509.211)	(486.379)	450.028	(36.351)
Total	<u>15.248</u>	<u>(509.244)</u>	<u>(493.996)</u>	<u>450.522</u>	<u>(43.474)</u>

d) Reservas de lucro

i) Reserva legal

Em 31 de março de 2017 e 2016, a Companhia destinou 5% do lucro líquido apurado no exercício a título de reserva legal, de acordo com o Estatuto Social e em atendimento à Lei das Sociedades por Ações.

ii) Reserva de incentivos fiscais

Em 31 de março de 2017, a Companhia registrou o efeito reflexo dos incentivos fiscais reconhecidos na controlada indireta Raízen Caarapó Açúcar e Álcool Ltda. ("Caarapó") no montante de R\$ 14.985 (R\$ 18.669 em 2016), decorrente de Termo de Acordo nº 331/2008 celebrado entre a Caarapó e o Estado do Mato Grosso do Sul, no qual é garantido benefício fiscal nas operações de industrialização de açúcar naquele Estado, equivalente a 67% do saldo devedor de ICMS.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016, o valor dos incentivos fiscais que impactaram o resultado consolidado foi de R\$ 14.985 e R\$ 9.328, respectivamente, registrados na rubrica Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (Nota 21).

Em 31 de março de 2017, a Companhia registrou o efeito reflexo dos incentivos fiscais por meio da controlada Centroeste no montante de R\$ 50.331 (R\$ 121.216 em 2016), decorrente do programa de incentivo estadual junto ao Estado de Goiás, na forma de financiamento de parte do pagamento do ICMS, denominado “Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir”, com quitação posterior do valor financiado.

Para os exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016, os valores dos incentivos fiscais que impactaram o resultado consolidado foram de R\$ 52.773 e R\$ 31.318, respectivamente, registrados na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 22).

Todo o montante referente a esses benefícios foram destinados para Reserva de incentivos fiscais.

iii) Reserva para retenção de lucros

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações para a constituição da reserva legal e provisionamento dos dividendos, foi apropriado à referida rubrica. O Estatuto Social da Companhia prevê que até 80% do lucro do exercício pode ser destinado para essa reserva, para operações e novos investimentos e projetos, não podendo exceder o percentual de 80% do capital social.

e) Participação dos acionistas não controladores

Corresponde à participação dos acionistas não controladores, na proporção de 26,59% sobre o patrimônio líquido da controlada Unimodal Ltda.

f) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo de lucro básico e diluído por ação para o exercício findo em 31 de março de 2017 e 2016 (em milhares, exceto valores por ação):

Básico e Diluído:

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (Reapresentado)
Numerador		
Lucro líquido do exercício	1.404.667	1.012.490
Lucro disponível aos acionistas preferencialistas	(29.151)	-
Lucro disponível aos acionistas ordinários	<u>1.375.516</u>	<u>1.012.490</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>7.243.283</u>	<u>6.682.832</u>
Lucro básico e diluído por ação ordinária (reais por ação)	<u>0,190</u>	<u>0,152</u>

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e diluído por ação são equivalentes.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta na venda de produtos e serviços	6.398.882	6.595.288	12.900.645	12.557.268
Impostos e deduções sobre vendas	(283.852)	(272.944)	(719.953)	(690.180)
Receita operacional líquida	<u>6.115.030</u>	<u>6.322.344</u>	<u>12.180.692</u>	<u>11.867.088</u>

A receita operacional líquida é segregada entre os seguintes componentes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta na venda de produtos e serviços	7.118.987	6.140.862	13.184.649	11.685.606
Ganho (perda) com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	(1.021.607)	165.106	(1.021.607)	165.106
Ganho (perda) com derivativos de <i>commodities</i>	<u>17.650</u>	<u>16.376</u>	<u>17.650</u>	<u>16.376</u>
Receita operacional líquida	<u>6.115.030</u>	<u>6.322.344</u>	<u>12.180.692</u>	<u>11.867.088</u>

20. Informações por segmento

A Administração da Raízen Energia definiu o segmento de etanol, açúcar e bioenergia (“EAB”) como o único segmento operacional, baseando-se nos relatórios utilizados pelo Presidente da Companhia e pelo Conselho de Administração, os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas. As metas de avaliação de desempenho são definidas e acompanhadas considerando o segmento de EAB como um todo.

O segmento EAB abrange a produção e comercialização de etanol e açúcar gerados a partir do processamento de cana-de-açúcar, assim como a cogeração de energia que é produzida a partir da queima do bagaço de cana-de-açúcar.

Tendo em vista que os ativos são utilizados igualmente para a produção de açúcar, etanol e bioenergia, não há a divulgação em separado desses ativos.

A Companhia acompanha a receita operacional líquida obtida na comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo, como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Mercado externo (1)	6.136.473	6.916.192
Mercado interno	<u>6.044.219</u>	<u>4.950.896</u>
Total	<u>12.180.692</u>	<u>11.867.088</u>

(1) Inclui vendas efetuadas para clientes no Brasil na categoria equiparada a exportação.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O detalhamento da receita operacional líquida por produto é como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Etanol	6.074.060	5.867.725
Açúcar	5.240.209	5.108.965
Energia	517.685	586.071
Outros produtos e serviços	348.738	304.327
Total	12.180.692	11.867.088

O percentual de receita operacional líquida por área geográfica é como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Brasil	45,03%	46,47%
Europa	10,67%	15,47%
Asia	31,03%	23,62%
América do Norte	12,09%	13,37%
América Central	0,37%	0,17%
Outros (1)	0,81%	0,90%
Total	100,00%	100,00%

(1) América do Sul (exceto Brasil), África e Oceania.

Os principais clientes de EAB durante os exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016, que individualmente representaram 4% ou mais das receitas totais da Companhia, são como segue:

Cliente	Consolidado	
	2017	2016
Wilmar Sugar Pte Ltd	19,42%	10,14%
Raízen Combustíveis S.A.	15,63%	9,02%
Camil Alimentos S.A	5,96%	4,77%
Mitsubishi International Corporation	5,67%	6,51%

21. Custo e despesas por natureza

Reconciliação dos custos e despesas por natureza

Os custos e despesas são demonstrados no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza para os exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016 está detalhada como segue:

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Matéria-prima	(1.874.872)	(1.768.907)	(5.748.313)	(5.161.558)
Depreciação e amortização	(1.370.296)	(1.383.092)	(1.818.791)	(1.876.896)
Despesas com pessoal	(792.652)	(880.478)	(1.113.343)	(1.195.930)
Corte, carregamento e transporte (CCT)	(545.826)	(591.145)	(682.378)	(748.782)
Materiais de manutenção	(239.853)	(252.825)	(429.943)	(382.278)
Mão-de-obra contratada	(157.785)	(151.247)	(182.046)	(178.922)
Mudança do valor justo dos ativos biológicos	565.581	280.702	652.984	336.035
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(292.589)	37.522	(348.363)	39.547
Aluguéis e arrendamentos	(352.668)	(232.918)	(383.575)	(250.171)
Revenda de energia	-	-	(61.593)	(61.688)
Outras despesas (1) (2)	(474.264)	(497.189)	(476.785)	(733.869)
	<u>(5.535.224)</u>	<u>(5.439.577)</u>	<u>(10.592.146)</u>	<u>(10.214.512)</u>

(1) Apresenta R\$ 14.985 (R\$ 9.328 em 2016) referentes ao incentivo fiscal de ICMS (Nota 18.d.ii).

(2) Em 31 de março de 2017, inclui créditos extemporâneos, nos montantes de zero (R\$ 14.146 e R\$ 15.515 em 2016), Controladora e consolidado, respectivamente.

b) Classificadas como:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(4.607.586)	(4.549.972)	(9.372.051)	(9.029.702)
Despesas com vendas	(546.878)	(507.344)	(688.568)	(656.247)
Despesas gerais e administrativas	(380.760)	(382.261)	(531.527)	(528.563)
	<u>(5.535.224)</u>	<u>(5.439.577)</u>	<u>(10.592.146)</u>	<u>(10.214.512)</u>

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita de subvenção para investimentos - ICMS	-	-	52.773	31.318
Ganho de capital por diluição de participação societária (Nota 10.d)	14.312	15.121	14.697	15.583
Resultado na venda de sucatas e resíduos	9.158	5.260	11.341	7.010
Reconhecimento de créditos extemporâneos	10.219	20.799	6.737	22.891
Resultado na venda de soqueira	1.473	1.975	1.543	1.975
Reembolso de sinistro (1)	-	-	-	46.695
Receita decorrente de multas por quebra de contrato	-	5.467	-	7.011
Reversão (constituição) da perda estimada de imobilizado e investimentos (Notas 10 e 11)	(151.875)	1.497	(156.200)	1.869
Constituição de provisão para demandas judiciais e contingências, líquida	(34.249)	(18.334)	(37.692)	(21.016)
Perda com operação comercial (2)	(19.349)	(17.142)	(16.741)	(57.453)
Resultado na venda de imobilizado e investimento	5.425	6.060	(3.522)	(9.255)
Outras (3)	7.369	2.042	(3.147)	3.257
	<u>(157.517)</u>	<u>22.745</u>	<u>(130.211)</u>	<u>49.885</u>

(1) Refere-se a reembolso de danos do incêndio que ocorreu no Terminal de Santos.

(2) Refere-se, substancialmente, ao resultado de *washout* de determinados contratos comerciais, no âmbito da execução da estratégia comercial da Companhia no curso ordinário de seus negócios.

(3) Em 31 de março de 2017, inclui R\$ 13 milhões de provisões para perda de ativos, referente a incêndio ocorrido no dia 20 de outubro de 2016, na controlada Centroeste. A Raízen detém seguro para os ativos perdidos e está em fase de investigação e coleção de provas e documentação para envio à seguradora. O recebível da seguradora será constituído quando a mesma confirmar os montantes que serão reembolsados.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros	(542.015)	(732.874)	(766.030)	(787.189)
Variação monetária passiva	(67.300)	(141.621)	(80.693)	(157.597)
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(16.828)	(22.230)	(29.804)	(29.957)
Despesas bancárias	(7.084)	(8.661)	(14.169)	(20.129)
	<u>(633.227)</u>	<u>(905.386)</u>	<u>(890.696)</u>	<u>(994.872)</u>
Menos: montantes capitalizados em ativos qualificados (Nota 11)	10.660	13.139	22.426	25.175
	<u>(622.567)</u>	<u>(892.247)</u>	<u>(868.270)</u>	<u>(969.697)</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros	229.499	362.577	337.432	278.427
Rendimentos de aplicações financeiras	41.138	182.467	288.837	318.373
Variação monetária ativa	31.412	60.147	32.171	61.447
Descontos obtidos	1.051	3.852	6.907	6.551
	<u>303.100</u>	<u>609.043</u>	<u>665.347</u>	<u>664.798</u>
Variações cambiais líquidas ⁽¹⁾	<u>(67.505)</u>	<u>(455.735)</u>	<u>(68.164)</u>	<u>(441.525)</u>
Efeito líquido dos derivativos ⁽²⁾	<u>763.665</u>	<u>602.125</u>	<u>736.068</u>	<u>577.360</u>
	<u>376.693</u>	<u>(136.814)</u>	<u>464.981</u>	<u>(169.064)</u>

(1) Inclui perdas cambiais, líquidas sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira; e

(2) Inclui resultados realizados e não realizados com futuros, opções, *swaps* e NDFs e outros derivativos.

24. Instrumentos financeiros

a) Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de suas operações, as quais são equalizadas e administradas por meio de determinados instrumentos financeiros:

- risco de preço
- risco de taxa de câmbio
- risco de taxa de juros
- risco de crédito
- risco de liquidez

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui políticas específicas de tesouraria e *trading* que definem como deve ser feito o gerenciamento de risco. Para monitoramento das atividades e assecuração do cumprimento das políticas a Companhia possui os seguintes principais comitês: (i) Comitê de Riscos que se reúne semanalmente para analisar o comportamento dos mercados de *commodities* (principalmente açúcar) e de câmbio e deliberar sobre as posições de cobertura e estratégia de fixação de preços das exportações de açúcar, visando reduzir os efeitos adversos de mudanças nos preços e na taxa de câmbio, assim como monitorar os riscos de liquidez e de contraparte (crédito); (ii) Comitê do etanol que se reúne mensalmente visando avaliação dos riscos ligados à comercialização do etanol e adequação aos limites definidos nas políticas de risco.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, sendo os principais: (i) oscilações dos preços de açúcar e etanol; (ii) oscilações das taxas de câmbio; e (iii) oscilações das taxas de juros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco para os quais a Administração busca cobertura.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2017 e 2016, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção ou outras finalidades foram mensurados a valor justo (“*fair value*”) por meio de fatores observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos de caixa descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional		Controladora Valor justo		Nocional		Consolidado Valor justo	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<u>Risco de preço</u>								
Derivativos de mercadorias								
Contratos futuros	2.018.131	2.708.843	68.984	(423.766)	1.997.655	2.730.412	84.459	(402.443)
	2.018.131	2.708.843	68.984	(423.766)	1.997.655	2.730.412	84.459	(402.443)
<u>Risco de taxa de câmbio</u>								
Derivativos de taxa de câmbio								
Contratos futuros	(298.622)	714.432	3.689	7.199	(298.622)	714.432	3.689	7.199
Contratos a termo	3.922.885	3.439.300	67.593	357.138	3.922.885	3.439.300	67.593	357.138
Swap de câmbio	(1.197.402)	(1.919.710)	74.758	626.637	(1.361.519)	(2.112.402)	34.993	601.642
	2.426.861	2.234.022	146.040	990.974	2.262.744	2.041.330	106.275	965.979
<u>Risco de taxa de juros</u>								
Derivativos de juros								
	745.842	(622.808)	14.810	(6.715)	(960.699)	(622.808)	23.418	(6.715)
	745.842	(622.808)	14.810	(6.715)	(960.699)	(622.808)	23.418	(6.715)
Total			229.834	560.493			214.152	556.821
Ativo circulante			372.926	513.987			422.055	566.477
Ativo não circulante			151.717	674.660			160.325	674.660
Total do ativo			524.643	1.188.647			582.380	1.241.137
Passivo circulante			(260.404)	(459.252)			(294.094)	(490.650)
Passivo não circulante			(34.405)	(168.903)			(74.134)	(193.667)
Total do passivo			(294.809)	(628.155)			(368.228)	(684.317)

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia e suas controladas, principalmente açúcar VHP (*sugar #11*), açúcar refinado (*#5 ou white sugar*) e etanol. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas da Companhia. Para mitigar esse risco, a Companhia monitora permanentemente o mercado, buscando antecipar-se a movimentos de preços. No quadro abaixo demonstramos as posições dos instrumentos financeiros derivativos para cobertura de risco de preço de *commodities*:

							Consolidado
Risco de preço: derivativos de mercadorias em aberto em 31 de março de 2017							
Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (unidades)	Nocional (R\$ mil)	Valor justo (R\$ mil)
Futuro	Vendido	NYSE LIFFE	Sugar#5	jun/17-set/17	47.500 t	55.865	6.341
Futuro	Vendido	ICE	Sugar#11	jul/17-set/18	1.929.831 t	2.310.719	12.746
Opções	Vendido	ICE	Sugar#11	abr/17-set/18	525.448 t	38.449	(9.629)
Acumulador	Vendido	OTC	Sugar#11	abr/17-set/18	- t	-	13.251
Sub-total de açúcar vendido					2.502.779 t	2.405.033	22.709
Futuro	Comprado	NYSE LIFFE	Sugar#5	jun/17-set/17	(20.300) t	(32.744)	(2.121)
Futuro	Comprado	ICE	Sugar#11	jul/17-set/18	(251.421) t	(321.316)	(25.898)
Opções	Comprado	ICE	Sugar#11	abr/17-set/18	(474.646) t	(37.580)	74.836
Sub-total de açúcar comprado					(746.367) t	(391.640)	46.817
Sub-total de açúcar					1.756.412 t	2.013.393	69.526
Futuro	Vendido	B3	Etanol	mai-ago/17	19.350 m ³	29.816	74
Futuro	Vendido	CHGOETHNL	Etanol	abr-dez/17	73.293 m ³	360	(9.668)
Futuro	Vendido	NYMEX	Etanol	abr/17-mar/18	102.500 m ³	162.847	(305)
Opções	Vendido	CHGOETHNL	Etanol	ago/17-dez/17	17.346 m ³	288	(2.377)
Sub-total de etanol vendido					212.489 m ³	193.311	(12.276)
Futuro	Comprado	B3	Etanol	jul-17	(16.230) m ³	(25.078)	(616)
Futuro	Comprado	CHGOETHNL	Etanol	abr-set/17	(183.246) m ³	(905)	27.677
Futuro	Comprado	NYMEX	Etanol	abr/17-nov/18	(103.600) m ³	(165.235)	174
Opções	Comprado	CHGOETHNL	Etanol	abr-17	(2.100) m ³	-	208
Sub-total de etanol comprado					(305.176) m ³	(191.218)	27.443
<i>Physical fixed</i>	Vendido	CHGOETHNL	Etanol	abr-dez/17	736 m ³	1.143.096	(470)
Sub-total de <i>physical fixed</i> de etanol vendido					736 m ³	1.143.096	(470)
<i>Physical fixed</i>	Comprado	CHGOETHNL	Etanol	abr/17-mar/18	(859) m ³	(1.160.927)	236
Sub-total de <i>physical fixed</i> de etanol comprado					(859) m ³	(1.160.927)	236
Sub-total de etanol					(92.810) m ³	(15.738)	14.933
Exposição líquida dos derivativos de mercadorias em 31 de março de 2017						1.997.655	84.459
Exposição líquida dos derivativos de mercadorias em 31 de março de 2016						2.730.412	(402.443)

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio utilizadas pela Companhia para a receita de exportações, importações, fluxos de dívida e outros ativos e passivos em moeda estrangeira. A Companhia utiliza operações de derivativos para gerenciar os riscos de fluxo de caixa advindos das receitas com exportação denominadas em dólares norte-americanos, líquido dos demais fluxos de caixa também denominados em moeda estrangeira. No quadro abaixo demonstramos as posições dos derivativos utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio em aberto em 31 de março de 2017 e 2016:

							Consolidado
Risco de preço: derivativos de câmbio em aberto em 31 de março de 2017							
Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (US\$ mil)	Nocional (R\$ mil)	Valor justo (R\$ mil)
Futuro	Vendido	B3	Dólar comercial	abr-mai/17	891.000	2.823.044	(27.125)
Sub-total de futuro vendido					891.000	2.823.044	(27.125)
Futuro	Comprado	B3	Dólar comercial	abr-17	(985.250)	(3.121.666)	30.814
Sub-total de futuro comprado					(985.250)	(3.121.666)	30.814
Termo	Comprado	OTC/B3	NDF	abr-17	(1.364.480)	(4.295.639)	23.331
Termo	Vendido	OTC/B3	NDF	abr-jun/17	2.587.884	8.218.524	44.262
Sub-total de termo comprado/vendido					1.223.404	3.922.885	67.593
<i>Swap</i> de câmbio	Comprado	Dólar Fixo/OTC	<i>Swap</i> de câmbio	jun/17-jan/22	(543.117)	(1.720.812)	(46.523)
<i>Swap</i> de câmbio	Vendido	Dólar Fixo/OTC	<i>Swap</i> de câmbio	out/21-jan/22	113.399	359.293	81.516
Subtotal de <i>swap</i>					(429.718)	(1.361.519)	34.993
Exposição líquida dos derivativos de câmbio em 31 de março de 2017					<u>699.436</u>	<u>2.262.744</u>	<u>106.275</u>
Exposição líquida dos derivativos de câmbio em 31 de março de 2016					<u>454.696</u>	<u>2.041.330</u>	<u>965.979</u>

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2017 e 2016, o resumo dos dados quantitativos sobre a exposição contábil de risco cambial da Companhia está apresentado abaixo:

	Consolidado	
	2017	
	R\$	US\$ (em milhares)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	380.487	120.088
Caixa restrito (Nota 4)	158.748	50.104
Contas a receber no exterior (Nota 5)	140.499	44.344
Partes relacionadas (Nota 9)	2.483.722	783.904
Fornecedores (Nota 13)	(85.804)	27.081
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	(4.047.031)	(1.277.311)
Derivativos (Nota 24) (*)		(699.436)
Exposição cambial líquida	<u>(969.379)</u>	<u>(951.226)</u>
Derivativos liquidados no mês subsequente ao fechamento (**)		134.539
Exposição cambial líquida, ajustada em mar/17(***)		<u>(816.687)</u>
Exposição cambial líquida, ajustada em mar/16(***)		<u>(822.707)</u>

(*) Refere-se ao notional das operações de derivativos de câmbio.

(**) Liquidação pela PTAX do último dia do mês do fechamento.

(***) A exposição cambial líquida, ajustada será substancialmente compensada futuramente com receitas altamente prováveis de exportação de produtos.

e) **Efeitos do hedge accounting**

A Companhia designa formalmente suas operações sujeitas a *hedge accounting*, as quais tem o objetivo de proteção de fluxos de caixa das receitas em dólares norte-americanos, relacionadas à exportação de açúcar e etanol, documentando: (i) a relação do *hedge*, (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em adotar o *hedge*, (iii) a identificação do instrumento financeiro, (iv) o objeto ou transação coberta, (v) a natureza do risco a ser coberto, (vi) a descrição da relação de cobertura, (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura, e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2017 e 2016, os impactos reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros	Mercado	Risco	Exercícios de realização			
			2017/18	2018/19	2017	2016
Futuro	OTC / ICE	<i>Sugar#11</i>	(26.651)	7.760	(18.891)	(399.036)
Futuro	B3	Etanol	222	-	222	1.771
Opções (1)	OTC / ICE	<i>Sugar#11</i>	58.377	-	58.377	-
PPE	Dívida	Câmbio	(94.787)	-	(94.787)	(339.670)
			(62.839)	7.760	(55.079)	(736.935)
(-) Tributos diferidos			21.366	(2.638)	18.728	250.556
Efeito no patrimônio líquido em 2017			(41.473)	5.122	(36.351)	(486.379)

- (1) No exercício findo em 31 de março de 2017, a Companhia começou a operar no mercado de opções de *commodities* “*Sugar#11*”. A estratégia atualmente utilizada é de *zero cost collar*, sendo que tais operações são designadas como *hedge accounting*, contabilizando o efeito da variação do valor intrínseco das opções como hedge de fluxo de caixa diferindo seus efeitos no patrimônio líquido. A variação do valor extrínseco das opções é reconhecido diretamente na Demonstração do resultado na rubrica Receita operacional líquida.

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o exercício:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	(486.379)	22.832
Ganhos/(perdas) ocorridas no exercício:		
Valor justo de futuros de <i>commodities</i> designados como <i>hedge accounting</i>	(474.563)	(260.796)
Variação cambial de contratos de dívidas designados como <i>hedge accounting</i>	134.814	(339.670)
Resultado de <i>commodities</i> em Receita operacional líquida (Nota 19)	911.538	(525.758)
Resultado de contratos de dívidas em Receita operacional líquida	110.069	360.652
Resultado de instrumentos financeiros considerados como <i>hedge accounting</i> não efetivo, reconhecidos no resultado financeiro	-	(5.983)
Total das movimentações ocorridas no exercício	681.858	(771.555)
Efeito de tributos diferidos no ajuste de avaliação patrimonial	(231.830)	262.344
	450.028	(509.211)
Saldo no final do exercício	(36.351)	(486.379)

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a determinadas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de *Libor*, e utiliza-se instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos. No quadro abaixo, demonstramos as posições em aberto em 31 de março de 2017 e 2016 dos derivativos utilizados para cobertura de risco de taxa de juros:

							Consolidado
							Risco de preço: derivativos de juros em aberto em 31 de março de 2017
Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (US\$ mil)	Nocional (R\$ mil)	Valor justo (R\$ mil)
Swap de juros	Comprado	OTC	Swap de juros	set/17-mar/23	(303.213)	(960.699)	23.418
Exposição líquida dos derivativos de juros em 31 de março de 2017					(303.213)	(960.699)	23.418
Exposição líquida dos derivativos de juros em 31 de março de 2016					(175.000)	(622.808)	(6.715)

g) Risco de crédito

Parte substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é feita para um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas, como *trading companies*, companhias de distribuição de combustíveis e grandes redes de supermercados.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos. A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela Administração da Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

A Companhia opera derivativos de mercadorias nos mercados futuros e de opções das bolsas de mercadorias de Nova Iorque - NYBOT, Chicago - CBOT e de Londres - LIFFE, assim como no mercado de balcão com contrapartes selecionadas. A Companhia opera derivativos de taxa de câmbio, de *commodities* e em contratos de balcão registrados na B3, principalmente, com os principais bancos nacionais e internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento.

Margens em garantia - As operações de derivativos em bolsas de mercadorias (NYBOT, LIFFE e B3) requerem margem em garantia. A margem total do consolidado depositada em 31 de março de 2017 é de R\$ 186.994 (R\$ 759.032 em 2016), sendo R\$ 28.246 (R\$ 107.582 em 2016) em aplicações financeiras vinculadas e R\$ 158.748 (R\$ 651.450 em 2016) em margem de operações de derivativos.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações de derivativos da Companhia em balcão (“OTC”) não requerem margem em garantia.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa, é mitigado através da distribuição conservadora dos fundos de investimentos e CDBs (Nota 3) que compõe a rubrica. A distribuição segue critérios rígidos de alocação e exposição às contrapartes, que são os principais bancos nacionais e internacionais considerados, na sua maioria, como Grau de Investimento pelas agências internacionais de *rating*.

h) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Como parte do processo de gerenciamento de liquidez, a Administração prepara planos de negócios e monitora sua execução, discutindo os riscos positivos e negativos de fluxo de caixa e avaliando a disponibilidade de recursos financeiros para suportar suas operações, investimentos e necessidades de refinanciamento.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros contratados por faixas de vencimentos:

	Consolidado				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos (1)	1.079.539	1.556.603	6.928.345	4.805.500	14.369.987
Fornecedores (Nota 13)	948.360	-	-	-	948.360
Instrumentos financeiros derivativos	294.094	303	73.831	-	368.228
Partes relacionadas (1)	336.884	-	-	801.090	1.137.974
Em 31 de março de 2017	<u>2.658.877</u>	<u>1.556.906</u>	<u>7.002.176</u>	<u>5.606.590</u>	<u>16.824.549</u>
Em 31 de março de 2016	<u>3.382.736</u>	<u>1.617.284</u>	<u>7.895.182</u>	<u>3.071.462</u>	<u>15.966.664</u>

(1) Fluxos de caixas contratuais não descontados.

i) Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir.

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, outros ativos financeiros, contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras obrigações de curto prazo se aproxima de seu respectivo valor contábil, em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O

valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seu valor contábil.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima em sua maioria dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis (Nota 14). O valor justo das *Senior Notes* negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. Em 31 de março de 2017, o valor de mercado das *Senior Notes* com vencimento em 2027 (Nota 14), é de 101,73% de seu valor de face (104,13% em 2016).

Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a *swaps* de taxas de juros, contratos cambiais a termo e contratos de *commodities* a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da *commodity* objeto do *hedge*.

As categorias dos instrumentos financeiros são assim apresentadas:

	Classificação	Valor contábil		Consolidado	
		2017	2016	2017	Valor justo 2016
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicação financeira (Nota 3)	Empréstimos e recebíveis	481.635	676.552	481.635	676.552
Aplicação financeira (Nota 3)	Valor justo por meio do resultado	2.955.977	2.311.123	2.955.977	2.311.123
Caixa restrito, exceto aplicação financeira vinculada (Nota 4)	Empréstimos e recebíveis	158.748	651.450	158.748	651.450
Aplicação financeira vinculada (Nota 4)	Valor justo por meio do resultado	75.452	160.037	75.452	160.037
Contas a receber de clientes (Nota 5)	Empréstimos e recebíveis	371.930	457.795	371.930	457.795
Instrumentos financeiros derivativos (2)	Valor justo por meio do resultado	582.380	1.241.137	582.380	1.241.137
Partes relacionadas (Nota 9)	Empréstimos e recebíveis	3.768.720	1.906.741	3.768.720	1.906.741
Outros ativos financeiros (Nota 8)	Empréstimos e recebíveis	1.233.868	1.455.470	1.233.868	1.455.470
		<u>9.628.710</u>	<u>8.860.305</u>	<u>9.628.710</u>	<u>8.860.305</u>
Passivo financeiros					
Empréstimos e financiamentos (1) (Nota 14)	Custo amortizado	(10.318.691)	(9.876.448)	(10.346.096)	(9.902.102)
Instrumentos financeiros derivativos (2)	Valor justo por meio do resultado	(368.228)	(684.317)	(368.228)	(684.317)
Fornecedores (Nota 13)	Custo amortizado	(948.360)	(891.846)	(948.360)	(891.846)
Partes relacionadas (Nota 9)	Custo amortizado	<u>(1.126.258)</u>	<u>(1.369.379)</u>	<u>(1.126.258)</u>	<u>(1.369.379)</u>
		<u>(12.761.537)</u>	<u>(12.821.990)</u>	<u>(12.788.942)</u>	<u>(12.847.644)</u>

(1) Apresentam-se líquidos de despesas com colocação de títulos.

(2) Em 31 de março de 2017, inclui derivativos designados como instrumentos de *hedge* no montante de R\$ (55.079) (R\$ (736.935) em 2016).

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
-

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os instrumentos financeiros estão assim classificados:

Instrumentos financeiros avaliados a valor justo	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras (Nota 3)	-	2.955.977	-	2.955.977
Instrumentos financeiros derivativos - ativos	303.993	265.136	13.251	582.380
Instrumentos financeiros derivativos - passivos	(229.096)	(139.132)	-	(368.228)
Em 31 de março de 2017	74.897	3.081.981	13.251	3.170.129
Em 31 de março de 2016	(384.972)	3.263.188	(10.273)	2.867.943

Em 31 de março de 2017 e 2016, não houve transferências entre os referidos níveis para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

j) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade do valor justo dos instrumentos financeiros de acordo com os tipos de risco considerados relevantes pela Companhia, consoante a Instrução CVM nº 475, emitida em 17 de março de 2008.

Premissas para a análise de sensibilidade

A Companhia adotou para a análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam apresentar efeitos adversos no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário provável foi definido a partir das curvas de mercado futuro de açúcar e do dólar norte-americano em 31 de março de 2017 para a mesma que determina o saldo do valor justo dos derivativos na data. Os cenários adversos possíveis e remotos foram definidos considerando impactos adversos de 25% e 50% sobre as curvas de preço de açúcar e dólar norte-americano, que foram considerados como base para o cenário provável.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quadros de sensibilidade

i) Sensibilidade sobre a variação do valor justo dos instrumentos financeiros

		Impactos no Resultado (*)				
		31 de março de 2017				
Fator de risco		Cenário provável	Cenário possível (25%)	Saldo de valor justo	Cenário remoto (50%)	Saldo do valor justo
Risco de preço						
Derivativos de mercadorias						
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra e venda	Alta do preço do açúcar	69.526	(589.274)	(535.223)	(1.178.548)	(1.124.497)
Compromissos de compra e venda	Alta do preço do etanol	14.933	(111.052)	(80.644)	(222.103)	(191.695)
		84.459	(700.326)	(615.867)	(1.400.651)	(1.316.192)
Risco de taxa de câmbio						
Derivativos de taxa de câmbio						
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra e venda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	3.689	(2.733)	956	(5.466)	(1.777)
Contratos a termo:						
Compromissos de compra e venda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	67.593	(947.703)	(880.110)	(1.895.406)	(1.827.813)
Swaps de Câmbio:						
Compromissos de compra e venda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	34.993	278.846	313.839	557.692	592.685
		106.275	(671.590)	(565.315)	(1.343.180)	(1.236.905)
Risco de taxa de juros						
Contratos Swap, Termo e Futuro						
	Baixa na taxa de juros	23.418	(5.672)	17.746	(11.344)	12.074
		23.418	(5.672)	17.746	(11.344)	12.074
Total		214.152	(1.377.588)	(1.163.436)	(2.755.175)	(2.541.023)

(*) Resultado projetado para ocorrer em até 12 meses a partir de 31 de março de 2017.

ii) Exposição cambial líquida

O cenário provável considera a posição em 31 de março de 2017. Os efeitos dos cenários possível e remoto que seriam lançados no resultado consolidado como receita (despesa) de variação cambial são como segue:

		Efeito de variação cambial			
		Cenários			
Exposição cambial líquida 31 de março de 2017		Cenário possível +25%	Cenário remoto +50%	Cenário possível -25%	Cenário remoto +50%
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	380.487	95.122	190.244	(95.122)	(190.244)
Caixa restrito (Nota 4)	158.748	39.689	79.377	(39.689)	(79.377)
Contas a receber no exterior (Nota 5)	140.499	35.126	70.252	(35.126)	(70.252)
Partes relacionadas (Nota 9)	2.483.722	620.930	1.241.860	(620.930)	(1.241.860)
Fornecedores (Nota 13)	(85.804)	(21.450)	(42.901)	21.450	42.901
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	(4.047.031)	(1.011.759)	(2.023.517)	1.011.759	2.023.517
Impacto no resultado do exercício	(969.379)	(242.342)	(484.685)	242.342	484.685

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Sensibilidade nas taxas de juros

Em 31 de março de 2017, o cenário provável considera a taxa média (8,37%) ponderada anual de juros pós-fixados dos empréstimos e financiamentos, e para as aplicações financeiras e caixa restrito, o CDI (13,75%) acumulado dos últimos 12 meses. Em ambos os casos, foram realizadas simulações com aumento e redução de 25% e 50%. Os resultados consolidados dessa sensibilidade estão apresentados a seguir:

	31 de março de 2017				
	Cenário provável	Sensibilidade da taxa de juros			
		Cenário possível +25%	Cenário remoto +50%	Cenário possível -25%	Cenário remoto -50%
Aplicações financeiras	408.778	102.195	204.389	(102.195)	(204.389)
Caixa restrito	10.425	2.606	5.213	(2.606)	(5.213)
Empréstimos e financiamentos	(625.490)	(156.373)	(312.745)	156.373	312.745
Impacto no resultado do exercício	(206.287)	(51.572)	(103.143)	51.572	103.143

k) Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar sua estrutura de capital é assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimento, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado a seus acionistas.

A Companhia possui relação com as principais agências de *rating* locais e internacionais, conforme demonstrado abaixo:

Agência	Escala	Rating	Outlook	Data
Fitch	Nacional	AAA (bra)	Estável	09/08/2016
Moody's	Nacional	Aaa.Br	Negativo	31/05/2017
Standard & Poor's	Nacional	brAAA	Negativo	15/05/2017

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2017 e 2016, foram calculados como segue:

	Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)
Capital de terceiros		
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	10.318.691	9.876.448
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(3.437.612)	(2.987.675)
(-) Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos (Nota 4)	(47.206)	(52.455)
(-) Certificados do Tesouro Nacional - CTN (Nota 8)	(737.088)	(627.219)
(-) Derivativos de taxa de câmbio e de juros	(129.693)	(959.264)
	5.967.092	5.249.835
Capital próprio		
Patrimônio líquido		
Atribuído aos acionistas da Controladora	9.385.155	8.383.387
Participação dos acionistas não controladores	(963)	(963)
	9.384.192	8.382.424
Total do capital	15.351.284	13.632.259
Índice de alavancagem financeira	39%	39%

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios a empregados

(a) Fundo de pensão

Contribuição definida

A Companhia patrocina o Plano de Benefícios Raiz, administrado pela Raízprev - Entidade de Previdência Privada, que é uma Entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

A Entidade é dotada com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

A Companhia não possui obrigações legais ou construtivas para contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano não tenha ativos suficientes para o pagamento de todos os benefícios ou eventual ocorrência de déficit.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, o montante de contribuição reconhecido como despesa foi de R\$ 12.652 (R\$ 10.021 em 2016).

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta metas previamente definidas aos funcionários. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que tenha criado uma obrigação não formalizada.

26. Seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de seguros e gerenciamento de risco que proporciona cobertura e proteção compatíveis com seus ativos patrimoniais e sua operação.

As coberturas contratadas são baseadas em criterioso estudo de riscos e perdas sendo as modalidades de seguro contratadas consideradas, pela Administração, suficientes para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades da Companhia e suas controladas. As principais em 31 de março de 2017 estão detalhadas a seguir:

<u>Bens segurados</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Riscos operacionais	Incêndio, raio, explosão e outros	868.856
Responsabilidade civil geral	Reclamações de terceiros	<u>250.000</u>
		<u>1.118.856</u>

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Reorganização societária interna e combinação de negócios

1) Transações ocorridas durante o exercício findo em 31 de março de 2017

i) Incorporação reversa da Tarumã pela Paraguaçu

Em 1º de junho de 2016, foi aprovada a incorporação reversa da Tarumã pela Paraguaçu. Em decorrência desta incorporação e considerando que a Tarumã era detentora de 99,9999% do capital social da Paraguaçu, registrou-se um aumento de capital social nesta sociedade, mediante a emissão de 247.433.845 nova quotas, no montante de R\$ 247.434, já deduzido dos seguintes montantes: (a) R\$ 301.729 referente ao investimento que a Tarumã tinha na Paraguaçu; e (b) R\$ 43.049 correspondente ao efeito reflexo da reserva de incentivos fiscais reconhecidos na controlada Caarapó. Dessa forma, as cotas de participação no capital da Paraguaçu passaram a ser de posse da Raízen Energia juntamente com sua controlada Raízen Araraquara, na proporção de suas respectivas participações.

O detalhamento dos ativos líquidos contribuídos na Paraguaçu é como segue:

Rubricas	Total
Caixa e equivalentes de caixa	262.626
Contas a receber de clientes	119.741
Estoques	92.569
Partes relacionadas	61.324
Dividendos a receber	5.813
Impostos a recuperar	12.608
Depósitos judiciais	100.986
Investimentos	435.849
Imobilizado	408.964
Intangível	17.707
Outros créditos	34.282
Empréstimos e financiamentos	(881.276)
Fornecedores	(43.443)
Ordenados e salários a pagar	(19.566)
Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar	(13.590)
Tributos a pagar	(20.128)
Dividendos a pagar	(1.228)
Partes relacionadas	(235.104)
Instrumentos financeiros derivativos	(26.445)
Provisão para demandas judiciais	(13.847)
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	(3.649)
Reserva de incentivos fiscais	(43.049)
Outras obrigações	(3.710)
	247.434

ii) Incorporação da Luxembourg pela Fuels

a) Aumento de capital da Fuels pela Raízen Energia

Em 29 de julho de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia integralizou capital na Fuels, à época controlada da RCSA, cedendo 100% da participação que detinha na Luxembourg, no montante de R\$ 4.555, equivalente a US\$ 1.419 mil, ficando-lhe atribuída a participação de 96,11% no investimento da Fuels, passando, a partir de então, a ter o controle direto da Fuels, cujos ativos líquidos totalizavam R\$ 146, equivalente a US\$ 45 mil. Em função dessa operação, a Companhia reconheceu perda no investimento da

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fuels no montante de R\$ 38, equivalente a US\$ 12 mil, contabilizada no patrimônio líquido, na rubrica Reserva de capital, por tratar-se de transação de capital entre acionistas. A referida reestruturação societária foi realizada sob controle comum e, portanto, reconhecida a valor de livros.

O detalhamento dos ativos líquidos da Fuels assumidos pela Companhia é como segue:

Rubricas	US\$	R\$
Caixa e equivalentes de caixa	3.232	10.398
Partes relacionadas (Nota 9)	527.326	1.692.611
Impostos a recuperar	28	90
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	(530.541)	(1.702.931)
Variação cambial sobre aporte	-	(22)
	45	146

b) Aquisição de participação societária adicional

Em 15 de setembro de 2016, a Companhia adquiriu as 45.000 ações que a RCSA detinha da Fuels, pelo montante de R\$ 274, equivalente à US\$ 84 mil, passando, a partir desta data, a Companhia a deter 100% da participação societária da Fuels.

c) Incorporação da Luxembourg pela Fuels

Em 15 de setembro de 2016, foi aprovada a incorporação da Luxembourg pela Fuels, cujo acervo patrimonial líquido totalizava US\$ 1.741 mil. Dessa forma, o investimento da Fuels nessa sociedade foi substituído pelo patrimônio líquido vertido, permanecendo o capital social inalterado, com consequente extinção da Luxembourg.

2) Transações ocorridas durante o exercício findo em 31 de março de 2016

i) Reestruturação societária envolvendo ativos líquidos relativos à atividade de cogeração de energia elétrica.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2016, a Companhia e suas controladas passaram por uma reestruturação societária, na qual a Bioenergia Jataí Ltda. (“Bio Jataí”), controlada indiretamente pela Companhia e detentora da autorização para exploração de usina termoelétrica (“UTE”), teve seu capital social aumentado mediante subscrição particular efetuada pela Centroeste, controlada direta da Companhia, que integralizou referido aumento de capital com seus ativos líquidos pelo valor contábil, relativos à atividade de cogeração de energia elétrica. Os detalhes desta reestruturação estão descritos a seguir.

Em 1º de abril de 2015, por meio da 2ª Alteração do Contrato Social da Bio Jataí, foi aprovado o aumento de Capital da Bio Jataí pela controlada Centroeste no montante de R\$ 148.713 que foram contabilizados na rubrica capital social da UTE. Os referidos montantes correspondem aos ativos líquidos relativos à atividade de cogeração de energia elétrica da usina. O detalhamento dos ativos líquidos contribuídos à referida UTE é como segue:

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubricas	Centroeste
Imobilizado	148.486
Outros créditos	431
Ordenados e salários	(199)
Receitas antecipadas	(11.005)
	<u>148.713</u>

Em 2 de abril de 2015, por meio da 4ª Alteração do Contrato Social da Bioenergia Barra Ltda. (“Bio Barra”), foi aprovado o aumento de Capital da Bio Barra pela controlada Centroeste no montante de R\$ 77.063 contabilizados na rubrica capital social. Os referidos montantes são correspondentes aos ativos líquidos relativos à participação societária em UTE relacionada ao aporte de capital ocorrido em 1º de Abril de 2015, citado anteriormente, e as dívidas com o BNDES. O detalhamento das contribuições na Bio Barra é como segue:

Rubricas	Centroeste
Investimentos	148.713
Empréstimos e financiamentos	(71.650)
	<u>77.063</u>

Adicionalmente, em 30 de abril de 2015, a controlada Centroeste efetuou redução de seu capital, mediante cancelamento parcial das quotas de titularidade da sócia RESA, no montante de R\$ 77.063, cedendo em contrapartida à referida redução do capital as quotas de emissão da Bio Barra, no mesmo valor das quotas canceladas.

Ao final da referida operação, a RESA passou a deter participação acionária direta de 99,999% no capital social da Bio Barra, e esta, participação acionária direta de 99,999% no capital social Bio Jataí.

28. Informações suplementares ao fluxo de caixa

As transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Transações de investimentos:				
Depreciação de ativos da área agrícola capitalizados como Ativo biológico (Nota 7)	(12.434)	(17.033)	(14.925)	(20.980)
Depreciação de ativos da área agrícola capitalizados como Imobilizado (Nota 11)	(39.360)	(36.645)	(45.291)	(42.255)
Créditos de impostos sobre Ativo imobilizado, incluindo AVP	(1.193)	(471)	(3.741)	(922)
Juros capitalizados em Ativos imobilizado (Notas 11 e 23)	(10.660)	(13.139)	(22.426)	(25.175)
Transferência de ações do CTC como pagamento de dívida (Nota 9.d)	-	(8.250)	-	(8.250)
Capital subscrito e não integralizado (Nota 10)	(75.738)	-	(75.738)	-
	<u>(139.385)</u>	<u>(75.538)</u>	<u>(162.121)</u>	<u>(97.582)</u>
Transações de financiamento que não envolvem caixa				
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 18.b)	(45.167)	(134.865)	(45.167)	(134.865)
	<u>(45.167)</u>	<u>(134.865)</u>	<u>(45.167)</u>	<u>(134.865)</u>

RAÍZEN ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Eventos subsequentes

Emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

Conforme Anúncio de Encerramento da Distribuição Pública da 6ª e 7ª Séries da 1ª Emissão da RB Capital Companhia de Securitização divulgado em 05 de maio de 2017, a Raízen Energia S.A. concluiu a emissão de CRAs para captação de R\$ 969.691 com vencimento em abril de 2024 (7ª série), considerando o exercício total de Opção de Lote Adicional (20%), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º da Instrução Normativa (“IN”) CVM 400 e de exercício parcial da Opção de Lote Suplementar (9,3%), nos termos do artigo 24 da IN CVM n.º 400. A liquidação financeira ocorreu em 03 de maio de 2017.

Proposta de investimento na Tonon Bioenergia S.A. (“Tonon”)

Em 13 de junho de 2017, a RESA apresentou proposta vinculante no valor total de R\$ 823 milhões para aquisição das usinas de Santa Cândida e Paraíso, no âmbito da Recuperação Judicial da Tonon Bioenergia S.A. - Em Recuperação Judicial, Tonon Holding S.A. - Em Recuperação Judicial e Tonon Luxembourg S.A. - Em Recuperação Judicial.

As usinas de Santa Cândida e Paraíso estarão organizadas sob a forma de Unidade Produtiva Isolada - UPI, sendo que a alienação será feita em leilão judicial, na modalidade de propostas fechadas, conforme prevê o edital de oferta pública do referido leilão.

Até a emissão destas demonstrações financeiras não existe qualquer resultado concreto do processo competitivo.
